

Albuquerque

REVISTA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

A stylized, grey, hand-drawn outline of the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, positioned to the right of the title 'Albuquerque'.

ISSN 1983-9472



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO SUL

Reitora:

Célia Maria Silva Correa Oliveira

Vice-Reitor:

João Ricardo Filgueiras Tognini

Câmara Editorial

Coordenador – Carlos Martins Junior. (Campus de Aquidauana - UFMS); **Secretário** - Valmir Batista Corrêa (UFMS); Alexandre Pierezan (Campus de Nova Andradina – UFMS); Eduardo Gerson de Saboya Filho (Campus de Corumbá – UFMS); Emilia Mariko Kashimoto (Museu de Arqueologia – UFMS); Ezio Luiz da Rocha Bittencourt (Campus de Nova Andradina – UFMS); Gilson Rodolfo Martins (Museu de Arqueologia – UFMS); Jérry Roberto Marin (Campus de Campo Grande - UFMS); Luperco Antônio Pereira (Universidade Estadual de Maringá-UEM); Vitor Wagner Neto de Oliveira (Campus de Três Lagoas - UFMS).

Conselho Científico

Adelina Pusineri (Museo Andrés Barbero – Asunción/Paraguay); Adhemar Lourenço da Silva Jr (Universidade Federal de Pelotas - UFPel); Adriano Luiz Duarte (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Al-bana Xavier Nogueira (Universidade para o desenvolvimento do Pantanal – Uniderp); Aldrin Armstrong Silva Castellucci (Universidade do Estado da Bahia – UNEB); Ana Paula Squinelo (Campus de Campo Grande – UFMS); Carla Villamaina Centeno (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal - UNIDERP); Eudes Fernando Leite (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Fernando Teixeira da Silva (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); Francisco Alves da Silva (Universidade Paulista - UNIP); Francisco Alambert (Universidade de São Paulo - USP); Gilberto Luiz Alves (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal – UNIDERP); Lúcia Salsa Corrêa (UFMS); Maria Celma Borges (Campus de Três Lagoas – UFMS); Ney Iared Reynaldo (Universidade Federal de Mato Grosso); Otávio Canavarros (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT); Paulo Roberto Cimó Queiroz (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Paulo Roberto de Almeida (Universidade Federal de Uberlândia - UFU); Paulo Roberto Ribeiro Fontes (Fundação Getúlio Vargas - CPDOC); Ricardo Luis Vicente Pavetti (Universidad Nacional de Asunción – Paraguay); Robert W. Wilcox (Northern Kentucky University); Silvia Regina Ferraz Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); Tito Carlos Machado de Oliveira (Campus de Aquidauana – UFMS).

Revisão: A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as)

Capa: Marília Leite e Lennon Godoi

Ilustração da capa: Mineiro carregando um raído de erva mate.

Revista Albuquerque

Revista de História da UFMS

Responsabilidade: Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda/BPRAM/DHI/CPAQ/UFMS

Endereço eletrônico: revistaalbuquerque@cpaq.ufms.br

Editora UFMS • Endereço eletrônico: conselho@editora.ufms.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Albuquerque : revista de história / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
– v. 1, n. 1 (2009) - Campo Grande, MS : A Universidade, 2009 -
v. ; 21 cm.

Semestral
ISSN 1983-9472

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 905

Sumário

APRESENTAÇÃO5

ARTIGOS

SODRÉ, Olga.

O ISEB, Nelson Werneck Sodré e a cultura brasileira:

Um testemunho Histórico9

HANEMANN, Marcos

A Relação pela Culatra: como fracassou a tentativa do

Império de levar justiça ao Mato Grosso (1874 – 1889).....23

CORRÊA, Valmir Batista.

Os herdeiros de Leverger37

CORRÊA, Lúcia Salsa.

Saúde pública na fronteira:

as epidemias de Corumbá nos documentos históricos (1856 – 1922).....57

NEDER, Álvaro.

“Enquanto este trem atravessa o litoral central”:

Platinidad, poéticas do deslocamento e (des)construção identitária

na canção popular urbana de Campo Grande, MS73

DOSSIÊ

GUERRA COM O PARAGUAI

TULUX, Bruno Mendes

Desentendimentos no sul da capitania de Mato Grosso:

a ocupação e a guarnição da fronteira colonial oeste, 1748 - 180197

PAULA, Edgley Pereira de. <i>A imprensa vai à Guerra do Paraguai.</i> <i>O uso da caricatura como arma de guerra no século XIX</i>	115
--	-----

DOURADO, Maria Teresa Garritano. <i>História social da Guerra do Paraguai:</i> <i>fome, doenças e penalidades</i>	129
---	-----

CADERNO ESPECIAL

<i>III Encontro Internacional de História sobre as Operações Bélicas da</i> <i>Guerra da Tríplice Aliança. Apresentação – Hildebrando Campestrini</i>	153
--	-----

<i>III Encontro Internacional de História sobre as Operações Bélicas da</i> <i>Guerra da Tríplice Aliança. Referencial Histórico</i>	161
---	-----

<i>Impressões pessoais do Dr. Wilson Barbosa Martins a respeito da</i> <i>política no sul Mato Grosso entre as décadas de 1930 e 1950</i>	173
--	-----

Apresentação

O ano de 2011 teve um significado especial para os estudos históricos pela comemoração do centenário de nascimento de Nelson Werneck Sodré, historiador, professor e ideólogo que influenciou gerações de estudantes e professores de história, pesquisadores e historiadores. A festiva programação foi intensa, com discussões, simpósios, reedições e publicações de seus livros que enriqueceram a historiografia brasileira. A **Revista Albuquerque** não poderia ficar alheia a estes eventos. Assim, honrosamente, traz aos seus leitores um interessante artigo de Olga Sodré, sua filha. Este texto enfoca a participação do historiador Nelson Werneck Sodré no polêmico Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, e conta a sua luta pelo desenvolvimento de uma cultura nacional, popular e democrática.

As questões relativas á historiografia regional , um dos objetivos de divulgação da **Albuquerque**, encontram-se representadas nos artigos de Marcos Hanemann, Valmir Batista Corrêa, Lúcia Salsa Corrêa e Alvaro Neder. O primeiro enfoca a criação do Tribunal de Relação em Mato Grosso e a fragilidade da aplicação da justiça, motivada pela falta de pessoas formadas que quisessem servir na região. O segundo traça um perfil da historiografia mato-grossense, a partir da segunda metade do século XIX, e a marcante influência de Augusto Leverger na formação dos historiadores regionais. O terceiro enfatiza a importância dos documentos históricos para o estudo das epidemias recorrentes em Corumbá, no período de 1856 e 1922. O quarto texto produz uma instigante reflexão sobre a canção popular urbana, tendo como cenário a cidade de Campo Grande – MS.

Na seção “Dossiê”, a **Revista Albuquerque** abriu espaço ao III Encontro Internacional de História sobre as Operações Bélicas da Guerra da Tríplice Aliança, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do

Sul, em parceria com o Comando Militar do Oeste. Foi uma rara e instigante oportunidade de reunir pesquisadores e interessados sobre este conflito bélico, nacionais e estrangeiros. Neste dossiê são apresentados três trabalhos: no primeiro, Bruno Mendes Tulux discute a gênese da formação do espaço fronteiriço e os entendimentos que mantiveram as partes litigiosas, representando os interesses coloniais de Portugal e de Espanha, em diversos momentos, até a eclosão do conflito com os paraguaios em 1864; no segundo, Edgley Pereira de Paula, estuda o uso de caricaturas publicadas na imprensa da época como estratégia de guerra, tanto da parte brasileira como da paraguaia; o texto de Maria Teresa Garritano Dourado propõe-se a analisar as questões relativas a fome, as doenças e as penalidades durante a guerra, vistas sobre o olhar de um soldado comum. Sem dúvida, são trabalhos que contribuem para a compreensão da história da guerra com o Paraguai, abrindo um painel para a releitura crítica do episódio, de suas fontes e de seus desdobramentos.

O encerramento do sexto número dá-se, como nos números anteriores, com o Caderno Especial. Nesta oportunidade, esta seção traz dois textos, também apresentados no III Encontro Internacional de História sobre as Operações Bélicas da Guerra da Tríplice Aliança. O texto de abertura desta seção, de Hildebrando Campestrini, é a apresentação do evento, revelando uma visão peculiar da Guerra da Tríplice Aliança, acrescido de um Referencial Teórico apresentado como indicador aos participantes do evento. O propósito, neste caso, é resguardar o espaço do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul na historiografia regional, proporcionado um saudável diálogo entre historiadores acadêmicos e diletantes.

Para fechar a sua seção especial, a **Revista Albuquerque** edita, prazerosamente, uma entrevista com o ex-governador e político Wilson Barbosa Martins.

A **Revista Albuquerque** em seu sexto número e terceiro ano, em última instância, simboliza o esforço, misto de teimosia e de quixotismo de seus coordenadores e colaboradores, tendo por princípio divulgar e estimular a produção historiográfica em nossa região, mediante os critérios de relevância e de qualidade. Modestamente, acredita-se que estes princípios seguem contemplados nesta edição.



Artigos

O ISEB, Nelson Werneck Sodré e a cultura brasileira: um testemunho histórico

Olga Sodré*

O trabalho narra a participação do historiador Nelson Werneck Sodré em uma das mais polêmicas e controversas instituições brasileiras de ensino, dos anos cinquenta/sessenta, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que ficou famoso pela sigla ISEB. Delineia não apenas os antecedentes do ISEB e os principais acontecimentos da vida dessa instituição, mas também seu papel e sua importância na luta pelo desenvolvimento e por uma cultura nacional, popular e democrática, o sentido e a atualidade dessa experiência para a história do Brasil e o momento presente de nosso país.

Palavras-Chave: História, Cultura, Memória

The article narrates the participation of historian Nelson Werneck Sodré in one of the most contentious and controversial Brazilian educational institutions, from the years fifties and sixties, the Instituto Superior de Estudos Brasileiros, made famous by ISEB. Outlines not only the background of the ISEB and the main events of the life of this institution, but

1. Os antecedentes do ISEB

A sigla ISEB é o símbolo de uma experiência história que nos ajuda a entender o passado e o presente do Brasil. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros – Nelson Werneck Sodré (ISEB-NWS), criado no Rio de Janeiro, em 2008, para preservar a memória e a obra desse grande historiador brasileiro foi inspirado no nome de um centro de estudos no qual ele ensinou, pesquisou e produziu sua obra de maturidade, entre 1954 e 1964, e que tornou célebre a sigla ISEB. Essa instituição de ensino e pesquisa foi instituída em 1955, um ano após o suicídio

* Doutora em Filosofia, em Psicologia Clínica e pós-doutorado em Filosofia. olgasodre@gmail.com

also its role and its importance in the struggle for development and for a national, popular and democratic culture, the sense and the ac-

tuality of that experience for the history of Brazil and the present of our country.

Key words: History, Culture, Memory.

do Presidente Vargas, pelo seu vice-presidente e sucessor interino, Café Filho¹, como um órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Suas raízes foram plantadas durante o governo de Vargas, tendo sido elaborado com base em um projeto do professor Alberto Torres². Apesar da conotação autoritária e antiliberal do pensamento desse pesquisador social, criticada pelo professor de sociologia do ISEB, Guerreiro Ramos, esse pensador desenvolveu idéias interessantes sobre a identidade nacional e sua base na cultura e na ação das elites intelectuais, delineando o papel que a elas deveria ser dado pelos governos, o que foi realizado posteriormente, na época de Vargas, como é narrado por Nelson Werneck Sodré, em seu livro **Luta pela Cultura**³.

Foi um grupo de intelectuais desse governo, que ficou conhecido como o Grupo Itatiaia⁴, que esboçou o projeto do ISEB, ainda no governo do presidente

¹ Pelo Decreto n. 37.608, de 14 de julho 1955.

² Alberto Torres (1865 - 1917) foi um político, jornalista, bacharel em direito, e pensador social brasileiro preocupado com questões da unidade nacional e da organização social brasileira. Assim como a identidade nacional, a cultura brasileira, para ele, é coisa que não existia ainda. Faltaria uma elite intelectual indispensável à condução dos destinos nacionais e à formação de um caráter nacional, em função da inconsciência mental na qual o país ainda vivia. Caberia aos intelectuais, então, construir o conhecimento que tornaria possível a criação de uma consciência nacional, atuando sob a égide estatal. Essa missão seria urgente, na medida em que toda nacionalidade é moldada à imagem e semelhança de suas elites. A. Torres indica, por conseguinte, a existência de dois caminhos a serem percorridos: a consolidação da independência social e econômica a partir da preservação do que ele chama de órgãos vitais da nacionalidade, ou a transformação do país em uma colônia tropical de companhias e sindicatos estrangeiros. A opção a ser feita seria, então, entre nacionalismo e alienação. O conceito de alienação é o eixo de seu nacionalismo. Uma nação alienada é uma nação que ainda não tomou consciência de seus reais interesses e, por isto, permanece ainda – mesmo que seja formalmente independente – na condição de colônia. Elites desligadas da realidade nacional, alheias aos problemas nacionais e despreocupadas no que tange a seu estudo, são elites alienadas.

³ SODRÉ, Nelson Werneck. *A luta pela cultura*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

⁴ Eram assim chamados porque, quando Vargas era ainda vivo, seus elementos haviam passado alguns dias na sede do Parque Nacional de Itatiaia, por concessão do Ministro da Agricultura, ali discutindo os problemas nacionais.

Getúlio Vargas, mas este projeto só seria, entretanto, implantado nos governos seguintes. O Grupo Itatiaia, que reunia intelectuais do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo, era liderado pelo professor Hélio Jaguaribe. Antes da criação do ISEB, esse professor articulou uma instituição denominada Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). Esse grupo de estudos foi criado, em 1952, a partir dos debates sobre a questão do petróleo e dos rumos do desenvolvimento nacional. Era um grupo forte pelas funções exercidas por alguns de seus componentes e pela assessoria que forneciam ao governo, e seus intelectuais começavam já, no início da década de cinquenta, a ocuparem um lugar no espaço político. Grande parte de seus membros girava em torno do governo Vargas e quase todos eram funcionários. Isso indica que o ISEB surge relacionado à abertura de um espaço de debate público, no qual os intelectuais passaram a ter um papel político e cultural fundamental.

O primeiro contato de Nelson Werneck Sodré com o IBESP ocorreu, no primeiro trimestre de 1954, por intermédio do professor Guerreiro Ramos, que o convidou a integrar esse grupo e participar de suas atividades. Esta instituição foi responsável pela edição da Revista Cadernos de Nosso Tempo, editada entre 1953 a 1956 e em torno da qual viria a se constituir o núcleo do futuro ISEB. No primeiro trimestre de 1954, quando passávamos as férias, no Rio, como fazíamos todos os anos, desde que meu pai fora ‘exilado’ na fronteira do Rio Grande do Sul, ele conheceu o professor Guerreiro Ramos, que já lecionava na EBAP (FGV), aonde eu viria a estudar de 1960 a 1964, ano em que me formei como bacharel em administração pública. Esse professor logo o convidou a participar desse grupo e a escrever trabalhos para essa revista, onde publicou seu estudo sobre o desenvolvimento das classes sociais no Brasil, assim comentado por esse professor, em carta a ele endereçada em 31 de maio de 1954:

“Meu caro Sodré, Acuso recebimento dos recortes de jornais e de suas conferências, que estão magistrais. As ditas conferências constituem um dos pontos altos do Seminário que, aliás, está despertando um interesse extraordinário. Você imagine que temos mantido o salão do Ministério da Educação quase lotado. O interesse dos militares pelo empreendimento tem sido notável. Fizeram-se representar enviando oficiais, entre outros, órgãos do Estado Maior das Forças Armadas, da Escola Superior de Guerra e do Departamento Técnico do Exército, Oficiais da Marinha também estão presentes e é na Marinha que se imprimem as

conferências, gente do Itamarati, inclusive um ministro de assuntos econômicos. Posso lhe dizer que o seminário é um sucesso, até agora.”⁵

A correspondência entre esses dois representantes do grupo de fundadores do ISEB se prossegue até o retorno definitivo de Nelson Werneck Sodré, ao Rio, e por ela já se nota que esse historiador era considerado um elemento de contato com os elementos nacionalistas do Exército aos quais estava ligado. O suicídio do Presidente Vargas, em 24/8/1954, alastra um estopim de pólvora por todo país, freando a tentativa dos conspiradores dentro do governo de realizar um golpe político e obrigando-os a caminhar rumo a um processo eleitoral para a escolha do novo presidente. As forças democráticas se aglutinam, então, em torno da candidatura de Juscelino Kubitschek. Em abril de 1955, quando chega ao Rio para servir no Estado Maior do general nacionalista Newton Estillac Leal, este veio a falecer subitamente e Nelson Werneck Sodré teve que, de público e diante das mais altas testemunhas⁶, tomar partido nessa luta que foi dura e se agravou ao longo de todo o período dos anos cinquenta/ sessenta até culminar no golpe de 1964 e na implantação da ditadura militar.

É importante observar que, em 1955, as forças políticas e militares já estavam divididas entre aqueles que, tendo o general Lott⁷ à frente, defendiam a ordem legal e os que conspiravam contra ela. Ainda em novembro de 1955, o grupo de conspiradores articulou um golpe militar para evitar a posse de Juscelino Kubitschek, após ter este obtido a maior votação no pleito de 3 de outubro de 1955. Nelson Werneck Sodré, então na Diretoria Cultural do Clube Militar, participou ativamente da defesa da ordem legal junto com o grupo de militares nacionalistas, liderado pelo General Lott, que tinha sido mantido no cargo de Ministro da Guerra. A ação política desses militares foi decisiva para que o re-

⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. Cit.*, p. 128.

⁶ Alguns dias apenas após sua chegada, ele já enfrentava o delicado problema de pronunciar, no túmulo desse general nacionalista, as palavras de despedida de seus companheiros. Sabendo do fato de uma conspiração já montada, mantida e desenvolvida dentro do governo, tinha Nelson Werneck Sodré que enfrentar a tarefa de fazer a defesa da ordem legal, na presença das duas figuras militares que se opunham em torno dessa questão: a do ministro do Exército – da Guerra, dizia-se então – general Henrique Batista Duffles Teixeira Lott e a do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes. O primeiro coordenava com dificuldades as forças de defesa da ordem legal, enquanto o segundo conspirava contra ela.

⁷ Em 1954, quando o vice-presidente João Café Filho tomou posse na presidência da República, no dia do suicídio do Presidente Vargas, ele escolheu o general Lott para ocupar o Ministério da Guerra.

sultado da eleição fosse cumprido e os eleitos pelo voto popular assumissem a Presidência da República⁸. Só quem viveu e acompanhou de perto esse processo de luta pelo desenvolvimento brasileiro sabe como foram difíceis os embates dos grupos em conflito e como eles atingiram duramente aqueles que defendiam os interesses populares e nacionalistas, como Nelson Werneck Sodré, em sucessivas conspirações e tentativas de bloquear a ordem legal e impedir a ascensão das forças nacionalistas e populares, que culminaram com o golpe de 1964⁹.

2. As lutas políticas e culturais e à formação do ISEB

O ISEB foi, portanto, criado num período de aguçamento das contradições e lutas políticas, como se pode verificar pela narração de Nelson Werneck Sodré, em seu livro **A Luta pela Cultura**. Nesse livro, ele se espanta diante do fato de o grupo do IBESP, que era tão ligado ao governo Vargas, ter subsistido no governo de Café Filho, que o sucedera e era o seu antípoda, sendo controlado por um grupo militar especializado em golpes de estado. O grupo do IBESP conseguiu inclusive que esse Presidente da República interino, criasse o ISEB, mas, nosso historiador não pode explicar esse fato, pois ainda não estava entrosado ao grupo, embora conhecesse suas figuras principais. Assim sendo, os primeiros

⁸ O movimento golpista continuou, entretanto, vivo e atuante contra essa defesa da ordem e da legalidade feita pelos militares nacionalistas, encabeçada pelo general Lott, que desagradava profundamente aos círculos oposicionistas do governo Kubitschek. Os militares nacionalistas, entre eles o general Lott e Nelson Werneck Sodré, tiveram ainda que enfrentar pesados ataques da imprensa oposicionista, como é relatado por Nelson Werneck Sodré em vários de seus livros, em particular em *Luta pela Cultura*.

⁹ O general Lott, por exemplo, foi extremamente combatido por se ter declarado favorável ao projeto de lei que instituía o voto aos analfabetos, que foi derrotado na Câmara em agosto de 1957. Outro exemplo importante foi o da luta pela Petrobrás, veementemente defendida pelos militares nacionalistas. Em função dessa luta, foi criada em 1956 a Frente Parlamentar Nacionalista, na Câmara dos Deputados, que reuniu parlamentares de quase todos os partidos políticos em defesa de ideais nacionalistas e lançou a candidatura do general Lott à presidência da República nas eleições de 1960, da qual participou intelectualmente Nelson Werneck Sodré. O general Lott perdeu a eleição e Jânio Quadros tomou posse no dia 31 de janeiro de 1961, mas renunciou a seu mandato na presidência da República em 25 de agosto do mesmo ano. Logo após a renúncia, os ministros militares que pertenciam à oposição feita ao general Lott procuraram impedir que o vice-presidente João Goulart, que se encontrava no exterior, assumisse a presidência, porém o general Lott divulgou um manifesto conclamando as forças vivas da nação, as forças da produção e do pensamento, os estudantes e os intelectuais, os operários e o povo em geral a tomarem posição em defesa da Constituição.

tempos do ISEB foram difíceis. Sem sede e sem estrutura, os primeiros cursos do ISEB foram ministrados, em 1956, no auditório do Ministério da Educação e Cultura, onde Nelson Werneck Sodré realizou seu primeiro curso de Formação Histórica do Brasil, tendo participado do ISEB desde a sua fundação.

Quando se desencadeou a tempestuosa campanha para a eleição de Kubitschek, alguns desses intelectuais passaram a fornecer-lhe assessoria e formularam sua política do desenvolvimento, na perspectiva das teses econômicas defendidas pela CEPAL. Quando se focaliza essa questão do desenvolvimento brasileiro raramente se leva em conta que ela se concretizou ao longo de um processo atravessado por contradições, conflitos entre diferentes propostas e lutas entre diferentes visões de mundo. A partir da década de cinquenta, acentuam-se as contradições, acirram-se as oposições e ocorrem divisões entre as várias forças e grupos sociais, como é narrado Nelson Werneck Sodré em seu livro **Luta pela Cultura**. Pelo relato que ele faz, nesse livro, sobre os acontecimentos relacionados ao suicídio de Vargas e à luta pela eleição de Juscelino Kubitschek percebe-se que as forças políticas e militares já estavam não apenas divididas, mas que já havia uma conspiração em curso que culmina com o golpe de 64. Nelson Werneck Sodré enfrenta essas lutas ao lado dos militares nacionalistas, quando era Diretor do Departamento Cultural do Clube Militar, participando com o General Lott do memorável onze de novembro de 1955, que garantiu a legalidade e a posse do presidente JK.

Esse era o contexto no qual Juscelino Kubitschek assumiu a presidência da República. Após sua posse, as coisas se tornaram mais fáceis para o ISEB, e, em 1957, o instituto passou a funcionar com sede própria, na Rua das Palmeiras 55, em Botafogo, promovendo debates sobre os problemas nacionais nas áreas de filosofia, história, a economia, a sociologia, a política e a cultura. O principal objetivo da instituição era inicialmente servir de instrumento para o desenvolvimento de uma ação política na conjuntura econômica e social brasileira, formando quadros para o Estado e para a sociedade brasileira. Para tanto, apresentava-se como um órgão de vanguarda do pensamento desenvolvimentista, reunindo os mais conceituados intelectuais da esquerda, da direita ou do centro¹⁰.

¹⁰ Do qual faziam parte, entre outros: Ignácio Rangel, Miguel Reale, Sérgio Buarque de Holanda, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Cândido Motta Filho, Josué de Castro, Alvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré, sob a direção do filósofo paulista Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier.

Foi, portanto, a partir do governo JK (1956-1961) que se articulou a estrutura do ISEB, tendo sido composta por um Conselho Consultivo¹¹, um Conselho Curador¹² e por vários Departamentos¹³. Em sua primeira etapa, o ISEB se projeta como uma grande frente intelectual e política, reunindo intelectuais de posições teóricas diversas, mas afinados com as propostas de desenvolvimento e industrialização do país, particularmente com as que foram lançadas no governo JK. Esta frente abarcava diferentes intelectuais e projetos das mais distintas orientações: desde os nacionalistas, socialistas e liberais progressistas até os defensores do capital estrangeiro, como o economista Roberto Campos.

Nelson Werneck Sodré comenta que a heterogeneidade de seus membros¹⁴, que podia ser muito interessante para uma reflexão sobre os problemas brasileiros dificultava, entretanto, congregá-los para qualquer formulação econômica, política ou social comum. O pensamento da direção, naquela fase pelo menos, era o de formular a ideologia do desenvolvimento. Salieta nosso historiador

¹¹ Este era formado por uma grande variedade de figuras de destaque Abgar Renault, Afrânio Coutinho, Alberto Guerreiro Ramos, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Ari Torres, Atilio Vivaqua, Cassiano Ricardo, Augusto Frederico Schmidt, padre Augusto Magne, Cândido Mota Filho, Carlos Chagas Filho, Celso Kelly, Djacir Menezes, Fernando de Azevedo, Flaminio Fávero, Francisco Clementino Sant Tiago Dantas, Gilberto Freyre, Heitor Vila Lobos, Herbert Moses, Hermes Lima, Horácio Lafer, João de Scantimburgo, José Carlos Pereira de Sousa, José Flexa Ribeiro, José Honório Rodrigues, José Leite Lopes, Leopoldo Aires, Levi Carneiro, Lucas Lopes, Luís Simões Lopes, Luiz Viana Filho, Marcos Almir Madeira, Mário Travassos, Miguel Reale, Nelson Omegna, Nestor Duarte, Orlando Magalhães Carvalho, Otávio Monteiro de Camargo, Paulo Berredo Carneiro, Paulo Duarte, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, padre Pedro Veloso, Plínio Sussekind Rocha, Sérgio Buarque de Holanda e Sérgio Milliet.

¹² Este conselho era composto, inicialmente, pelas seguintes pessoas: Adroaldo Junqueira Aires, Anísio Teixeira, Ernesto Luís de Oliveira Júnior, Helio de Burgos Cabal, Helio Jaguaribe, Roberto de Oliveira Campos, Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier e Temistocles Brandão Cavalcanti.

¹³ Os chefes deles eram os antigos membros do IBESP, acrescidos de mais um novo elemento, o professor Álvaro Vieira Pinto, catedrático de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil. Ele dirigia o departamento de Filosofia; Cândido Antônio Mendes de Almeida, o de História; Helio Jaguaribe Gomes de Matos, o de Ciência Política; Alberto Guerreiro Ramos, o de Sociologia; e Ewaldo Correia Lima, o de Economia, sendo seu mais destacado colaborador Ignácio Rangel. Nelson Werneck Sodré ficou encarregado de ensinar História Brasileira.

¹⁴ Nelson Werneck Sodré comenta que a composição ampla e heterogênea do início do ISEB refletia o desejo do chamado Grupo de Itatiaia de realizar a mobilização da *intelligentia* brasileira, ou daquilo que se supunha ser isso, para, sob sua direção, formular um pensamento político, a que, na falta de melhor nome, batizou-se então de “ideologia do desenvolvimento”.

que a proposta era a de que o ISEB elaborasse a “ideologia do desenvolvimento” ou teorizasse sobre o desenvolvimento, enquanto o Presidente Kubitschek a concretizava. Nelson Werneck Sodré critica esta proposta por considerar que isto identificava a instituição, que se pretendia científica, com algo eminentemente circunstancial e vago, na suposição de que uma ideologia poderia ser formulada, assim como um programa, como ato de vontade¹⁵.

Cresce, então, a importância das forças que combatem pelo desenvolvimento nacionalista e popular, que já vinham tomando impulso a partir da criação, em 1956, de uma Frente Parlamentar Nacional pela defesa da Petrobrás. Nas eleições de 1961, esse movimento nacional popular apoia a candidatura do General Lott. Embora perdendo a eleição, este eminente nacionalista continua sua luta pelo desenvolvimento e pela legalidade, evitando, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, a tentativa para impedir a posse de Jango Goulart. O quadro das mudanças sociais em curso¹⁶, nesse período, havia favorecido a mobilização e radicalização em torno de propostas nacionalistas e antiimperialistas, que, nos anos sessenta, tomam a forma das chamadas reformas de base. O acirramento dessas lutas levará posteriormente ao golpe de 64, no qual a visão nacionalista e popular do desenvolvimento é derrotada, vencendo o grupo que implantará o projeto de desenvolvimento neoliberal, no Brasil.

3. A dimensão política e cultural da segunda fase do ISEB

Nelson Werneck Sodré opunha-se à proposta de desenvolvimento do governo do Presidente Kubitschek, considerando que seu Programa de Metas mostrava que ele apenas pretendia acelerar o ritmo de crescimento econômico,

¹⁵ Considerava que, por melhores que fossem as intenções, essa proposta limitava o trabalho científico e admitia para a instituição uma finalidade imediatista e partidária.

¹⁶ As transformações sociais desse período haviam conduzido a uma profunda e radical mudança na formação da sociedade brasileira. O processo de industrialização do país e o crescimento da população urbana tornam a vida mais complexa e diversificada, fortalecendo os sindicatos, os partidos políticos e os movimentos sociais, conduzindo a um acirramento das contradições e conflitos sociais.

sem tocar na estrutura, de sorte a alcançar determinados níveis meramente quantitativos, particularmente pelo ingresso maciço de capitais estrangeiros. Considerando que esses níveis – ou metas – não passavam de índices de crescimento ou medida dos diversos setores da produção, concluía que, em essência, tratava-se apenas de acelerar o crescimento da economia brasileira pela generalização e aprofundamento das relações capitalistas, segundo um projeto que conciliava essa aceleração com os interesses do imperialismo e mantinha a velha estrutura agrária.

Assim sendo, ocorreu que, ao começar a ser posto em prática, o Plano de Metas provocou uma inevitável cisão no cenário político: de um lado ficaram os partidários do desenvolvimento proposto pelo governo que abria o caminho para o que viria a ser a globalização; enquanto que, do outro lado, ficaram os partidários do desenvolvimento nacionalista, com base numa outra visão da mundialização. Esta cisão se refletiu no ISEB, levando posteriormente à eclosão de sua composição. Em seu livro **Luta pela Cultura**, Nelson Werneck Sodré descreve detalhadamente a campanha publicitária que alimentou esta cisão e as forças internas e externas que agiram no sentido de levar a uma ruptura final dessa instituição. Apesar de muitas das formulações do ISEB se aglutinarem em torno de uma tese central que ficou conhecida como nacionalismo desenvolvimentista, que parecia se contrapor ao tipo de internacionalização da economia promovida por JK, importantes membros do Instituto apoiaram essa estratégia do presidente.

Parece-me, contudo, incorreto classificar o pensamento de Nelson Werneck Sodré dentro da linha nacional desenvolvimentista, pois ele a ela se opunha. Afinados com a política desenvolvimentista de JK, alguns intelectuais do ISEB receberam apoio do presidente que, em declarações públicas, prestigiou a instituição, definindo-a, como um centro de estudos e pesquisas, que se diferenciava dos demais órgãos universitários por estar voltado para o estudo dos problemas brasileiros. Entretanto, JK criou o Conselho de Desenvolvimento exatamente com essa tarefa e a ele não pertencia nenhum membro do ISEB, o que demonstra um processo de divisão ideológica já em curso, no qual Nelson Werneck Sodré se separa nitidamente das teses do nacionalismo desenvolvimentista de JK optando por um nacionalismo de raízes culturais e populares.

A luta de Nelson Werneck Sodré pelo desenvolvimento tem como base sua luta pela cultura¹⁷, como demonstra o título do livro que estamos comentando. Ao fazer o relato dessas lutas, o autor traça um interessante quadro da dinâmica cultural brasileira, ressaltando a importância do trabalho intelectual e da cultura dentro do processo histórico. Conta que, nessa época, a intelectualidade se fracionou de forma tão violenta, que muitas das feridas então abertas jamais cicatrizaram¹⁸. Em uma entrevista para o periódico **Para Todos**¹⁹, Nelson Werneck Sodré enfatiza que nessa fase se apresentavam, pela primeira vez em nossa história, as condições para o desenvolvimento de uma literatura nacional com base na cultura nacional, na democracia e na integração de enormes parcelas da população na vida nacional²⁰.

O conflito entre essas duas perspectivas do desenvolvimento terá uma grande repercussão na vida do ISEB. De um lado, se encontravam os que defendiam as teses de JK e sua proposta de aliança entre a burguesia brasileira e o capitalismo internacional; enquanto que, do outro lado, estava o grupo do qual participava Nelson Werneck Sodré e que defendia um nacionalismo de base popular, que pretendia também atrair a burguesia brasileira e a ela se associar. Ao longo de sua existência, podemos, portanto, distinguir dois momentos na vida do ISEB. O primeiro (1955-1959) foi o de sua criação, que coincidiu com o período desenvolvimentista do governo JK, no qual se iniciou a grande virada do

¹⁷ Esta luta implicou o ônus da perda de cargos, de exclusão ou exílio dos centros culturais, de prisão e perda dos direitos políticos. Essa luta correspondeu sempre a uma sobrecarga de trabalho pela intensa participação em várias atividades culturais, em particular em revistas e grandes jornais da época, como a Última Hora e o Correio Paulistano, e em outros meios culturais, como a Associação Brasileira de Escritores (ABDE).

¹⁸ Ele mostra como, no início da década de cinquenta, os escritores estavam divididos, ferozmente divididos, e a ABDE (Associação Brasileira de Escritores) atravessava uma crise terrível, que levou ao afastamento de grande parte dos escritores pelo trabalho de divisão e esforço para esmagar a esquerda, que timbrava em querer que a ABDE militasse de fato em defesa da liberdade gravemente ferida no Brasil e pelo sectarismo e isolamento dos esquerdistas.

¹⁹ Este periódico, que tinha ressurgido em 1956 sob a direção de Jorge Amado, organizou, no segundo semestre de 1957, um inquérito importante com uma série de intelectuais sobre o panorama da cultura brasileira, naquela fase do nosso desenvolvimento histórico e social, no qual se integra essa entrevista.

²⁰ Em suas aulas, em seus artigos e suas notas de crítica ou em suas conferências, como as que ele pronunciou, no Clube de Engenharia, em 22 de maio de 1957, defendia sempre a cultura nacional e uma literatura para servir ao povo, sem injunções colonialistas.

capitalismo brasileiro, favorecendo a entrada de tecnologia e capital estrangeiro. Nessa fase, um grupo de intelectuais do ISEB adere à proposta de JK, enquanto o outro grupo aprofunda sua crítica desse caminho do desenvolvimento. Em 1958, essas oposições de pontos de vista levam a uma crise interna que divide o ISEB, dando início a uma nova fase na qual as críticas às teses desenvolvimentistas se acentuam.

Decorridos cinco anos do governo do governo JK, a realidade indicava que o país crescera economicamente, com a consolidação do capitalismo industrial, mas não tinha resolvido seus problemas sociais e as desigualdades tinham aumentado. Nessa segunda fase, ocorreu uma maior politização e a harmonia de idéias sobre o desenvolvimento sofreu fissuras, levando a uma crise dentro do ISEB que provocou uma cisão considerada por Nelson Werneck Sodré como inoportuna, inadequada e sectária. Tendo crescido a oposição entre o grupo liderado por Hélio Jaguaribe e a corrente da qual faziam parte Roland Corbisier e Alberto Guerreiro Ramos, favorável a uma ação menos acadêmica e mais engajada, aquele eminente idealizador do ISEB acabou deixando o instituto, tendo sua saída sido posteriormente profundamente lamentada por Nelson Werneck Sodré. Nova crise leva à saída de Guerreiro Ramos, após a qual o instituto passa a ser dirigido pelos professores Vieira Pinto e Roland Corbisier, que, apoiados por Nelson Werneck Sodré, acompanham o movimento de radicalização do país, privilegiando as mudanças econômico-sociais e as reformas de base defendidas pelo governo João Goulart. Sob a orientação desses três intelectuais, o ISEB, nessa segunda fase de sua história, assume uma posição mais agressiva na crítica dos lucros das empresas estrangeiras, da remessa de lucros, da distribuição de renda e da transformação da estrutura agrária.

Após essas crises, o ISEB reformulou suas atividades, ampliando seus cursos, até então dirigido a alunos indicados pelo serviço público, a exemplo do que já fizera a Fundação Getúlio Vargas. A meta agora era atingir um público maior. Tendo em vista esse objetivo, o ISEB passou a oferecer cursos regulares a militares, estudantes, sindicalistas, empresários, parlamentares, artistas, profissionais liberais, etc. Passou a produzir, também, pequenos livros, denominados Cadernos do Povo, que eram feitos numa linguagem acessível e didaticamente elaborados para serem dirigidos às camadas menos privilegiadas e às classes trabalhadoras. Foi nesse momento, a partir dos anos sessenta, que se intensifica

a atividade intelectual e cultural em torno do ISEB, passando este a exercer uma grande influência e a impregnar a esfera cultural, difundindo uma forma de pensamento e de cultura marcada pela defesa do nacional e do popular.

Essa nova forma de pensamento cultural em defesa do nacional e do popular está nas raízes das propostas do Centro Popular de Cultura (CPC) ligado à União Nacional dos Estudantes (UNE), que era animado por artistas e intelectuais estreitamente relacionados ao ISEB e à **Revista Civilização Brasileira**. Esse enfoque com base na cultura nacional e popular já vinha sendo tecida por Nelson Werneck Sodré há vários anos, a partir de suas concepções e de um intenso intercâmbio com vários artistas e intelectuais de diversas áreas que frequentavam sua casa, mas ela toma forma com o movimento que se aglutina em torno do CPC da UNE, criado em 1961, com a proposta de construção de uma cultura popular e democrática.

Desse modo, na segunda fase de sua história, o ISEB constrói uma ponte ligando os intelectuais, os artistas e os representantes das diferentes áreas da cultura com os estudantes por intermédio do CPC. Nesse período, eu participava como estudante do ISEB e da UNE e acompanhava de perto essas articulações. Não havia nenhuma vinculação entre o ISEB e o CPC, como muitas vezes se sugere. O que existiu foi a convivência e troca de idéias entre pessoas que integravam estas duas instituições e costumavam se frequentar mutuamente. Participei pessoalmente intensamente da atividade dessas duas instituições e me embebi das idéias que circulavam em ambas, tendo observado, contudo, que essas duas instituições que me eram tão caras mantinham suas vidas e atividades separadas sem que houvesse nenhuma forma de associação entre seus membros.

O elemento de ligação entre o ISEB e a UNE era um sociólogo do ISEB, Carlos Estevão Martins, que foi o criador e primeiro diretor do CPC. Ele era ligado ao grupo paulista do Teatro de Arena, que se instalou posteriormente também no Rio de Janeiro²¹. Entre 1961 e 1964, o CPC produziu dezenas de peças e shows musicais, com o apoio do ISEB e a colaboração de muitos artistas, poetas,

²¹ Os representantes desse grupo teatral realizaram peças políticas de grande sucesso, entre elas: *Eles não usam black tie*, de Gianfrancesco Guarnieri; *Chapetuba Futebol Clube*, de Oduvaldo Vianna Filho; e *A mais-valia vai acabar, seu Edgard*, de Oduvaldo Vianna Filho e Francisco de Assis, musicado por Carlos Lyra, que analisava didaticamente o conceito ideológico da teoria marxista.

escritores e atores, Essas peças e shows foram apresentados em diversos teatros, universidades, locais de trabalho e feiras de livros. O CPC percorreu o Brasil de norte a sul, tendo criado centros culturais semelhantes em outros estados, como o Movimento de Cultura Popular do Recife, do qual participou Nelson Xavier. No Rio, nós tínhamos um grupo de redação de textos teatrais, na UNE, dirigido por Oduvaldo Vianna Filho, do qual eu fazia parte. A parceria do ISEB com a UNE teve também influência nas edições dos Cadernos Brasileiros e na História Nova dirigida por Nelson Werneck Sodré.

O grupo que realizou o golpe de estado de 1964 devia considerar as atividades dessas instituições como muito perigosas, pois, logo ao chegar ao poder, se apressou em dismantelar a UNE, o ISEB e o CPC, fechando e arrasando suas sedes. Imediatamente após a instalação da ditadura, em 31 de março de 1964, o ISEB foi extinto por decreto, tendo sido seus diretores e professores investigados e Nelson Werneck Sodré preso. Posteriormente foi instaurado até mesmo um inquérito policial-militar (IPM) para apurar as atividades do Instituto, durante o qual Nelson Werneck Sodré deu um extraordinário depoimento em defesa de suas idéias e propostas sobre o desenvolvimento do Brasil e a cultura nacional e popular, que já se tornaram objeto de pesquisa e tese de doutorado.

A Relação pela Culatra: como fracassou a tentativa do Império de levar justiça ao Mato Grosso (1874-1889)

Marcos Hanemann*

Este artigo procura demonstrar como a ampliação do número de Tribunais da Relação durante o Segundo Império prejudicou o andamento da justiça na província de Mato Grosso. Sustenta que isto se deu não devido à negligência do governo central, mas à falta de pessoas formadas que quisessem servir em Mato Grosso.

Palavras-chave: Tribunal da Relação; Mato Grosso; Império.

This article explains how the increased number of Courts of Appeal during the Second Empire undermined the progress of justice in the province of Mato Grosso. It maintains that this happened not due to neglect of the central government, but the lack of trained staff who wanted to serve in Mato Grosso.

Key words: Court of Appeal; Mato Grosso; Brazilian Empire.

José de Miranda da Silva Reis, presidente da província de Mato Grosso em 1874, assistiu a instalação do Tribunal da Relação em Cuiabá, em 1º de maio daquele mesmo ano, e assim comentou o fato dois dias depois:

A criação de um Tribunal de 2ª instância nesta província tão distante da Corte, ao distrito da Relação da qual até então pertencia, é sem dúvida um auspicioso e inestimável fato que, largamente concorrendo para o progresso desta importante província, para sempre gravará nos corações dos dignos mato-grossenses a mais profunda gratidão aos altos poderes do Estado, que nele lhes outorgaram tão assinalado quanto merecido e justo benefício¹.

* Aluno do Doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. lentedeamento@yahoo.com.br

¹ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na primeira sessão da 20ª legislatura, no dia 3 de maio de 1874 pelo presidente da província, o exm. sr. general dr. José de Miranda da Silva Reis*. Todos os relatórios provinciais foram consultados no site *Center for Research Libraries*, pelo endereço <http://www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso>. Acessos em 09.08.2009.

Tratava-se realmente de um feito memorável e demonstrava um cuidado – que se verá excessivo – do Império com a província. O Brasil contava, segundo o censo de 1872, com 9.930.000 habitantes; deste total, 60.417 moravam em Mato Grosso¹. Com a Relação instalada, esta população que representava 0,61% dos brasileiros teria seu próprio tribunal de última instância.

As funções dos Tribunais e juízos inferiores no Império

As Relações do Império não guardam muitas semelhanças com os atuais tribunais de justiça². As comparações entre uns e outros é meramente pelo fato de que os membros da Relação também se chamavam desembargadores e estes tribunais funcionavam nas capitais das províncias. As competências eram muito diversas. Segundo o art. 158 da Constituição do Império, para julgar as causas em **segunda e última instância** haverá nas províncias do Império as Relações que forem necessárias para comodidade dos povos³. O Supremo Tribunal de Justiça, na época, não era a Corte que julgava em definitivo as causas; suas funções eram:

1º Conceder ou denegar revistas nas causas, e pela maneira, que esta lei determina.

2º Conhecer dos delitos, e erros de officio, que cometerem os seus Ministros; os das Relações, os empregados no Corpo Diplomático, e os presidentes das províncias.

¹ Dados consultados na página do IBGE, <www.ibge.gov.br>. Acesso em 12.09.2009. Os dados podem variar um pouco. Em seu estudo sobre a Guerra do Paraguai, Doratioto aponta que o Império do Brasil contava, em 1860, com pouco mais de 9 milhões de habitantes, e a província de Mato Grosso, com aproximadamente 75 mil pessoas. São números um pouco superiores aos fornecidos pelo IBGE, mas talvez se explique pelo grande número de mortos pela varíola em Cuiabá durante a guerra. Ver DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 91 e 98; e MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. [s.l.: s.e.], 1970, p. 61-62.

² No site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, por exemplo, afirma-se que *este Tribunal foi, primeiramente, designado Tribunal de Relação*. Como explico em seguida, esta é uma comparação um tanto forçada. Ver <www.tjmt.jus.br>. Acesso em 12.10.2009.

³ Disponível no site da Presidência da República, <www.planalto.gov.br>. Acesso em 12.08.2009. O grifo é meu.

3º Conhecer, e decidir sobre os conflitos de jurisdição, e competência das Relações das províncias⁴.

Portanto, o Supremo tinha ampla jurisdição sobre as altas autoridades do Império, mas nas causas envolvendo cidadãos sem privilégios, apenas podia conceder revista das causas. Isso significa que os processos enviados por uma Relação ao STJ e nos quais os ministros reconhecessem a existência de injustiça manifesta eram enviados a outra Relação, que não a sua de origem, para que fossem julgados em última instância, conforme inciso 4º do §1º do art. 10, do decreto n. 5618, de 2 de maio de 1874⁵. Os recursos, agravos, apelações criminais, apelações interpostas dos conselhos municipais de recurso sobre qualificação de votantes, crimes comuns e de responsabilidade dos juizes de direito e chefes de polícia, os de responsabilidade dos comandantes militares, etc., todas eram causas decididas pelos desembargadores das Relações.

Até o ano de 1874, havia quatro Relações no Brasil. A justiça de Mato Grosso estava até então vinculada à justiça da Corte; quando alguém recorria de alguma decisão de um juiz de direito, o processo era enviado para ser decidido pelos desembargadores do Rio de Janeiro. Pelo decreto 2342, de 6 de agosto de 1873⁶, foram criadas mais sete Relações, instaladas no ano seguinte: As Relações de Porto Alegre, S. Paulo, Ouro Preto, Fortaleza e Belém começarão a funcionar no dia 3 de fevereiro de 1874. As de Goiás e Cuiabá no dia 1º de maio do dito ano⁷.

Estes dois últimos distritos funcionariam com um número diminuto de desembargadores: Constará de 17 desembargadores a Relação da Corte; de 11 as de S. Salvador e Recife; de 7 as de Porto Alegre, S. Paulo, Ouro Preto, Fortaleza, S. Luiz e Belém; de 5 as de Goiás e Cuiabá⁸. Entre os seus desembargadores, cada Relação escolheria um presidente e um procurador da coroa, soberania e fazenda nacional.

⁴ Art. 164 da Constituição do Império, transcrito integralmente no art. 5º da lei de 18 de setembro de 1828, disponíveis no site do Senado Federal, <www.senado.gov.br>. Acesso em 12.08.2009. Não é incomum que as leis do Império não fossem numeradas, sendo referidas posteriormente apenas pela sua data de promulgação.

⁵ Disponível no site do Senado Federal, <www.senado.gov.br>. Acesso em 12.08.2009.

⁶ Disponível no site do Senado Federal, <www.senado.gov.br>. Acesso em 12.08.2009.

⁷ Art. 1º do decreto n. 5456, de 5 de novembro de 1873, disponível no site do Senado Federal, <www.senado.gov.br>. Acesso em 12.08.2009.

⁸ Art. 5º do já citado decreto n. 5618, de 2 de maio de 1874.

Abaixo da Relação, a divisão judiciária do Império estava assim desenhada: primeiro havia as comarcas, que eram jurisdição dos juizes de direito e dos promotores de justiça. Cada comarca podia ou não dividir-se em termos, nos quais eram autoridades os juizes municipais. Por princípio, todos estes cargos deveriam ser preenchidos por bacharéis em direito, mas faltavam profissionais. Para se ter ideia da falta de pessoal formado no Brasil durante o Império, lembramos que entre 1772 e 1872, passaram pela Universidade de Coimbra 1242 brasileiros⁹. Entre 1831 e 1870, a Academia de Direito de São Paulo formou 1600 bacharéis e doutorou 75¹⁰.

Os juizes de direito e promotores em Mato Grosso

A despeito da conclusão de Sérgio Adorno de que o “segredo” do ensino jurídico no Império foi, justamente, o de nada ou quase nada haver ensinado a respeito das ciências jurídicas¹¹, os formados deveriam estar um pouco mais preparados do que um cidadão comum: não se pode igualar um bacharel, mesmo que com má formação, a um leigo. Tomemos como exemplo Antonio Jesuíno de Guimarães, que tendo assumido por falta de alguém mais competente o juízo de direito de Sant’Anna do Paranahyba, ao receber um pedido de habeas corpus, ordenou que se avisasse o juiz formador da curpa (sic)¹²; em outro momento, quando ocupava o cargo de juiz municipal, mandou que se cumprisse a sentença (sic) do juiz de direito¹³. Não à toa, nesta comarca, muitas vezes o designado

⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 23. Sérgio Buarque de Holanda acredita em número ainda menor: 720 brasileiros; ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 119.

¹⁰ ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizizes do Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 181.

¹¹ Idem, p. 237.

¹² Trata-se do documento 117/03, que se encontra no Departamento de Pesquisa e Documentação do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. O primeiro número refere-se à caixa onde se encontra o processo e o segundo ao número de ordem do processo dentro da caixa. Como todos os processos referidos aqui trabalho encontram-se neste arquivo, citarei apenas o número.

¹³ 116/03. É muito grande a quantidade de erros ortográficos de várias autoridades que aparecem nos processos do Império em Mato Grosso. Tomei estes exemplos porque partem de um homem que exerceu o cargo de juiz de direito, autoridade máxima da comarca, e desejo salientar a falta de prática que muitos deles tinham com a língua culta e, portanto, com os textos doutrinários e jurisprudenciais do direito.

para cargos judicantes contratava um cidadão mais entendido do foro do que si próprio para poder melhor cumprir suas obrigações¹⁴.

Até o ano anterior à chegada da Relação, havia suficientes bacharéis para os cargos de juizes de direito, embora raramente algum advogado formado se oferecesse para atuar como juiz municipal e menos ainda para o de promotor de justiça, e esta situação permaneceu assim nos anos finais do Império. Com exceção da comarca da capital que, a partir de 10 de janeiro de 1888 teve o bacharel Arnaldo Novis como promotor¹⁵, nenhuma outra comarca teve este privilégio. Todos os presidentes provinciais, ao relatarem o estado da justiça em Mato Grosso, afirmavam, como o barão de Batovy, que não existe na província nenhum promotor público formado, nem recebi ainda requerimento algum de bacharel em direito pedindo-me promotoria¹⁶. De maneira idêntica assegura o barão de Maracaju: Todas as promotorias continuam a ser exercidas por leigos¹⁷. E o mais crítico dentre eles, o dr. João José Pedrosa: Continuam todas as promotorias da província servidas por pessoas leigas, em razão da falta que há de bacharéis formados em direito, para com eles proverem-se tão importantes cargos¹⁸.

E não faltava interesse do Império em melhorar a administração da justiça; contudo, ocorriam impedimentos de ordem material:

Para o [termo] de Miranda, ponderando eu [Pedrosa] ao ministro da justiça à

¹⁴ Durante um processo de responsabilidade contra um ex-juiz municipal, o acusado alega que se há algum erro no processo são aqueles que acompanham ao juiz leigo e por consequência deve haver indulgência visto que vejo-me na necessidade de me deixar levar, porém de boa fé, por pessoas que se diz (sic) entendida do foro. Ver processo 114/16. Estas pessoas mais entendidas possuíam um conhecimento prático, também não eram bacharéis.

¹⁵ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório com que o exm. sr. coronel Francisco Raphael de Mello Rego, presidente da província, abriu a 27ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso em 20 de outubro de 1888.*

¹⁶ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório com que o exm. sr. general barão de Batovy, presidente da província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 1º de outubro de 1884.*

¹⁷ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório com que o exm. sr. general barão de Maracajú, presidente da província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 23ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 1º de outubro do corrente ano [1880].*

¹⁸ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório com que o exm. sr. dr. João José Pedrosa, presidente da província de Mato Grosso, abriu a 2ª sessão da 22ª legislatura da respectiva Assembleia em 1º de outubro [de 1879].*

urgente necessidade da nomeação de um moço formado para exercer o lugar de juiz municipal, afim de que, na falta do juiz de direito, não ficasse a comarca só entregue à justiça dos leigos, tanto mais quanto ela era teatro de frequentes distúrbios; S. Ex^a determinou que daqui fosse indicado algum bacharel idôneo para o cargo.

A dificuldade, porém, está em encontrá-lo e, por ora, não me consta que haja algum em condições de poder aceitar o lugar¹⁹.

Em 1873, as três comarcas da província possuíam juízes de direito com formação. Na primeira comarca, que compreendia os termos da capital, do Rosário e do Alto Paraguai Diamantino, servia Antonio Alonso de Faria; na segunda, que compreendia os municípios de Mato Grosso, Poconé e Vila Maria, estava Felix da Costa Moraes; e finalmente na terceira comarca, que compreendia toda a região sul da província, desde os extensos municípios de Corumbá e Miranda, aquele como sabeis, fronteiro com a República da Bolívia, e ambos com a do Paraguai, além de Sant' Anna do Paranyhyba, que confronta com esta última República e com as nossas províncias do Paraná, S. Paulo, Minas Gerais e Goiás e constitui hoje [um] único termo²⁰, desde o dia 7 de dezembro de 1872, contava com a presença de Alfredo José Vieira.

Os juízes municipais em Mato Grosso

Mais próximo dos jurisdicionados estava o juiz municipal, a figura que tinha maior ascendência sobre as causas, pois era esta autoridade a formadora da culpa²¹. Recebiam todos os processos iniciados pelos delegados e subdelegados e podiam sustentar, ou revogar a pronúncia, ou despronúncia; e ainda, no caso de não pronúncia, e de estar o réu preso, decidir pela soltura do réu²². Mais:

¹⁹ Idem.

²⁰ Para toda divisão judiciária do ano de 1873, ver PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 3 de maio de 1873...*, op. cit.

²¹ A formação da culpa era o procedimento de corpo de delito (caso fosse possível) e inquirição de cinco a dez testemunhas para que o juiz obtivesse pleno conhecimento do delito e indícios veementes de quem fosse o delinqüente. Ver art. 134 a 149 do Código do Processo Criminal de 1832, disponível no site do Senado Federal, <www.senado.gov.br>. Acesso em 12.08.2009.

²² Art. 49 da lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841, disponível no site do Senado Federal, <www.senado.gov.br>. Acesso em 12.08.2009.

Os Juízes Municipais, quando lhes forem presente os processos com as pronúncias para o sobredito fim, poderão proceder a todas as diligências que julgarem precisas para a retificação das queixas, ou denúncias, para emenda de algumas faltas que induzam [a] nulidade, e para esclarecimento da verdade do fato, e suas circunstâncias, ou seja, ex-officio ou a requerimento das partes; com tanto que tudo se faça o mais breve e sumariamente que for possível²³.

A alma do poder judicial²⁴ era, portanto, este juiz. Os próprios delegados funcionavam mais como coletores de dados, sendo uma das suas competências remeter, quando julgarem conveniente, todos os dados, provas e esclarecimentos que houverem obtido sobre um delito, com uma exposição do caso e de suas circunstâncias, aos juízes competentes, a fim de formarem a culpa²⁵.

Os juízes municipais estavam, assim, responsáveis pela inquirição de testemunhas, mesmo aquelas que já haviam deposto na delegacia. Ora, a correta apuração de um crime, por exemplo, depende amplamente das testemunhas convocadas e das perguntas que se farão a elas, de maneira que do bom serviço prestado por estas autoridades dependia todo o processo. Mas são raros os bacharéis nestes cargos. Ainda em 1882, a situação foi assim descrita por José Maria de Alencastro:

À exceção do termo de Corumbá, donde é juiz municipal o bacharel Hermes Plínio de Borba Cavalcanti, atualmente no exercício pleno da vara de direito da respectiva comarca, nenhum outro termo da província o possui formado, o que acontece também a respeito dos promotores públicos que são todos leigos, sendo que o da comarca desta capital, major João Maria de Souza, é advogado provisionado há anos²⁶.

Muitos problemas geravam a vacância dos cargos. Em 1873, o termo da capital possuía um juiz municipal formado, mas tendo ele sido acusado em um processo, o dr. Antonio Alonso de Faria, retirou-se da província²⁷. Em 1874, apenas no

²³ Art. 50 da mesma lei.

²⁴ O termo *judicial* é o mais usado para referir-se ao poder de julgar durante o século XIX. Ver, por exemplo, a Constituição do Império.

²⁵ § 9º do art. 4º da mesma lei.

²⁶ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório com que o exm. sr. coronel dr. José Maria de Alencastro, presidente da província de Mato Grosso, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da respectiva Assembleia no dia 15 de junho de 1882.*

²⁷ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 3 de maio de 1873*, op. cit.

termo de Poconé servia um bacharel, Manoel José Murtinho, substituindo Antonio Gonçalves de Almeida, que, embora nomeado, não tomou posse²⁸, fato comum no judiciário da província. No mesmo ano de 1874, o presidente reclamava que

Manoel Cardoso Vieira de Mello, que, por decreto de 14 de julho do ano próximo passado, foi nomeado juiz municipal do termo desta capital, jamais se apresentou, ficando em o seu lugar suprimido, com muito zelo e solicitude bem exercida pelo respectivo 1º suplente, o muito inteligente e honrado comendador Henrique José Vieira, que, em seus impedimentos, tem sido bem substituído pelos 2º e 3º suplentes, os dignos e não menos inteligentes e honestos cidadãos Salvador Pompeo de Barros Sobrinho e tenente coronel Celestino Correa da Costa²⁹.

Os três, leigos. No termo de Corumbá, situação igual: não entrou ainda em exercício do cargo de juiz municipal e de órfãos o dr. Candido Cesar da Silva Leão, para ele nomeado por decreto de 23 de agosto de 1873. Em Sant'Anna, situação mais crítica. Tendo sido removido para a comarca de Corumbá o juiz de direito Alfredo José Vieira,

da comarca de Sant'Anna do Paranyha, nela exerce interinamente a respectiva vara o 1º suplente do juiz municipal cidadão Manoel Garcia da Silveira, visto não ter ainda, que me conste, entrado no respectivo exercício o dr. Levindo Ferreira Lopes que, nomeado por decreto de 24 de setembro do ano passado, por procuração prestou juramento a 26 de novembro do dito ano, e estar vago o lugar de juiz municipal deste extenso termo, único da comarca de mesmo nome.

Em 1879, a comarca de Miranda foi instalada pelo suplente do juiz municipal em exercício, que assumiu então a vara de direito, Antonio Xavier Castello³⁰. Apenas em 23 de janeiro de 1880 o bacharel Antonio Columbano Seraphico de Assis Carvalho, que havia sido nomeado para o cargo em 8 de março de 1879, apresentou-se na comarca³¹. Em 1879, o único termo que possuía juiz formado era o de Corumbá, mas, segundo João José Pedrosa, por ato de 9 de junho, mandei responsabilizar, ficando inibido de exercer as funções do cargo durante o res-

²⁸ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 3 de maio de 1874*, op. cit.

²⁹ Idem. As considerações a seguir sobre Corumbá e sobre Sant'Anna do Paranyha referem-se ao mesmo Relatório.

³⁰ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 1º de outubro [de 1879]*, op. cit.

³¹ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 1º de outubro do corrente ano [1880]*, op. cit.

pectivo processo, o dr. José Maria Metello, juiz municipal do termo de Corumbá, no exercício interino da vara de direito; por haver o mesmo procedido de modo a incorrer nas penas do art. 157 do código criminal³².

Em 1880, José Maria Metello, obteve, por decreto de 8 de abril do corrente ano, a exoneração que pediu³³, passando, naquele ano, todos os termos a ficarem desprovidos de juízes formados.

Além da demora para que os bacharéis se apresentassem e de eventuais processos contra eles, havia as licenças médicas, muito constantes, como se verá, entre os desembargadores da Relação³⁴, mas que também prejudicavam o trabalho dos juízos inferiores. Por exemplo, em data de 24 de abril [de 1882], assumiu o exercício interino da vara de direito da comarca o juiz municipal do termo de Corumbá, bacharel Hermes Plínio da Borba Cavalcanti, no impedimento por licença, do juiz de direito efetivo, bacharel José Joaquim Ramos Ferreira; deixando este termo, o único na época provido de juiz municipal formado, também nas mãos de juízes leigos³⁵.

Em 1886, Corumbá continuava a ser o único termo com juiz municipal formado, sendo que o cargo para o termo de Miranda estava vago e juiz leigo ocupava o cargo de juiz de direito em Sant'Anna do Paranahyba³⁶. A situação

³² PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 1º de outubro [de 1879]*, op. cit. O crime previsto neste artigo era de “largar, ainda que temporariamente, o exercício do emprego sem prévia licença do legítimo superior; ou exceder o tempo de licença concedida, sem motivo urgente, e participado”. Ver o Código Criminal do Império, disponível no site do Senado Federal, <www.senado.gov.br>. Acesso em 12.08.2009.

³³ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 1º de outubro do corrente ano [1880]*, op. cit.

³⁴ Fato já constatado por SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. “Mando Vir (...) Debaixo de Vara, as Testemunhas Residentes Nessa Comarca (...)” – *história do Tribunal da Relação de Porto Alegre, 1874-889*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: PUC, 2002, p. 61 e 102.

³⁵ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório com que o exm. sr. vice-presidente tenente coronel José Leite Galvão passou a administração da província de Mato Grosso [a]o exm. sr. coronel José Maria de Alencastro no dia 10 de março de 1883*.

³⁶ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso na primeira sessão da 26ª legislatura no dia 12 de julho de 1886 pelo presidente da província, o exm. sr. doutor Joaquim Galdino Pimentel*. Corumbá continua sendo o único termo com juiz municipal no ano seguinte. Ver PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório que o excelentíssimo sr. vice-presidente dr. José Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso em setembro de 1887*.

melhorou muito em 1888, quando Sant'Anna do Paranahyba, Corumbá, Miranda, Poconé, Rosário, Diamantino e S. Luiz de Cáceres já contavam com juízes municipais bacharelados³⁷. No caso de Miranda, especificamente, aconteceu algo inédito: o mesmo decreto que exonerou um juiz municipal nomeia outro bacharel para substituí-lo; em geral quando vagavam os cargos de juízes municipais, estes eram preenchidos por homens da própria localidade até que aparecesse algum formado para exercer este cargo.

Consequências da instalação do Tribunal da Relação em Mato Grosso

Poder-se-ia pensar que este afluxo de bacharéis estivesse fortalecendo o poder judicial na província, mas é apenas uma aparência. Tal como uma força gravitacional, a Relação tragava todo este desenvolvimento, porque na segunda instância não havia possibilidade de juízes leigos ocuparem cargos. Além disso, devido ao pequeno número de desembargadores que compunham a Relação de Cuiabá, várias causas poderiam ficar sem julgamento se houvesse desfalque de um único de seus membros. Nos agravos e nas apelações cíveis, por exemplo, só votavam o juiz relator e os dois juízes revisores³⁸, não podendo atuar nem o presidente do Tribunal nem o procurador da coroa. Na verdade, como analisou na época José Joaquim Ramos Ferreira:

este Tribunal, por defeito de organização, ainda mesmo que se ache constituído com o seu número integral de cinco desembargadores, o que raríssimas vezes sucede, não pode funcionar sem chamar um juiz de direito, para poder haver sorteio dos dois membros, que com o relator, têm de julgar os feitos, pois a não ser assim, excluídos o presidente e o procurador da coroa, não poderia haver sorteio, ficando sempre dois juízes certos³⁹.

Mas não era apenas por sua falha estrutural que os juízes de direitos eram chamados. A todo tempo faltavam desembargadores por licenças médicas ou por transferência e demora na chegada de seu substituto. Segundo Sodré, o número

³⁷ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 20 de outubro de 1888*, op. cit.

³⁸ §2º do art. 128 do decreto n. 5618, de 2 de maio de 1874.

³⁹ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de setembro de 1887*, op. cit.

de licenças e pedidos de remoções é muito superior para as Relações de Goiás e Cuiabá do que para qualquer outra⁴⁰. De fato, não há relatório provincial que não cite pelo menos dois desembargadores em licenças médicas. Situação muito grave se deu em 1887. Nas palavras de Ramos Ferreira:

Este Tribunal acha-se atualmente presidido pelo ilustrado e provector magistrado desembargador Antonio Gonçalves Gomide, que nele serve desde 4 de janeiro de 1882. Tem funcionado com intermitências por falta de membros; ficando muitas vezes reduzido a não poder absolutamente funcionar por achar-se em exercício unicamente o seu presidente⁴¹.

Embora às vezes menos difícil, a situação era semelhante durante todo o funcionamento desta corte no Império. Em 1888, o presidente da província Mello Rego garantia que a Relação não chegou ainda a funcionar, desde a sua instalação, com o número completo de seus membros⁴². Desta maneira, sempre estavam servindo na Relação juízes de direito das comarcas, como afirmou o mesmo presidente provincial: os juízes de direito das comarcas desta capital e do Alto Paraguai Diamantino, bacharéis Afonso José Vieira e Luiz Alves da Silva Carvalho acham-se, há muito tempo, funcionando com jurisdição plena da 2ª instância na Relação do distrito⁴³ e neste mesmo ano, também o juiz de direito de Cáceres, Manoel José Murtinho, foi convidado a tomar assento da Relação.

Mas as funções de desembargador não eram as únicas que os bacharéis precisavam suprir. Alfredo José Vieira, por exemplo, em 10 de janeiro de 1888 foi dispensado dos trabalhos do Tribunal para presidir a apuração geral dos votos nas eleições para membros da Assembleia Legislativa Provincial, visto que se achava então vago o lugar de juiz substituto⁴⁴. Outra função que obrigava o juiz a ser bacharel era a presidência do Tribunal do Júri, por isso a 5 do mesmo mês de março [de 1887] foi dispensado dos trabalhos da Relação, a fim de presidir o

⁴⁰ SODRÉ. *Op. cit.* p. 61.

⁴¹ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de setembro de 1887*, op. cit. O mesmo se deu em 1885, ver PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório do dia 12 de julho de 1886*, op. cit.

⁴² PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 20 de outubro de 1888*, op. cit.

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ *Idem*.

júri em sua comarca, o juiz de direito de Miranda Melcíades Augusto de Azevedo Pedra⁴⁵.

Assim, quando os juízes eram dispensados da Relação, a justiça das comarcas recobrava as suas forças, como aconteceu no final do ano de 1882 e início do ano seguinte:

Foram ambos [Alfredo José Vieira e Luiz Alves da Silva Carvalho] dispensados do serviço da Relação pelo presidente deste Tribunal, visto não poder o mesmo celebrar suas sessões por falta de número legal de membros.

Em resultado de tal medida, pôde funcionar o júri no termo desta capital, em dezembro do ano passado, janeiro próximo findo e no corrente mês de março; bem como fazer-se nas duas comarcas a revisão do alistamento eleitoral que devia ter-se realizado em setembro, e a nova, em virtude do decreto legislativo de 7 de outubro do dito ano⁴⁶.

Além disso, o juiz que funcionasse em um processo na primeira instância, teria que se declarar impedido de julgá-lo caso fosse convocado para a Relação. Como grande parte dos processos da Relação tinha origem em Cuiabá, o juiz desta comarca não poderia colaborar para a resolução do processo, como consequência, para julgar os feitos em que estiver impedido o juiz de direito da capital tem-se de chamar um juiz de direito de 50 a 200 léguas de distância!⁴⁷ Os prejuízos eram maiores porque se perdia todo o tempo a contar da data dos convites até se apresentarem no Tribunal os juízes de direito convidados, tanto mais que estes procuram escusar-se, já por se não privarem dos cômodos da família, já por serem avultadas as despesas de vinda e volta, que correm por conta deles⁴⁸.

Os graves perigos que tudo isso traz a administração da justiça são instrutivos: ou o magistrado pelas dificuldades da viagem, falta de meios ou qualquer outro motivo não vem ao Tribunal, e então paralisa-se a administração da justiça na segunda entrância; ou para tomar assento na Relação abandonam a comarca, que indubitavelmente não pode deixar de sofrer com a sua ausência, principalmente quando em toda província só uma comarca tem juiz municipal⁴⁹.

⁴⁵ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de setembro de 1887*, op. cit.

⁴⁶ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 10 de março de 1883*, op. cit.

⁴⁷ *Idem*.

⁴⁸ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 1º de outubro [de 1879]*, op. cit.

⁴⁹ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de setembro de 1887*, op. cit. O presidente está mencionando a falta de juízes municipais formados.

Já no primeiro lustro de funcionamento da Relação ela era alvo de críticas, como as de Pedrosa, segundo quem não tem este Tribunal produzido as vantagens que dele se esperava quando instalou-se em 1874⁵⁰. Para ele, se as circunstâncias financeiras do Império não permitem ainda o aumento o pessoal deste Tribunal (...) com pesar o digo, será preferível que, por algum tempo, fique a província privada de tal Tribunal a possuí-lo nas condições em que tem-se mantido. A falta de membros era suprida conforme o art. 7º do decreto 5618, de 2 de maio de 1874, pelo qual, em falta de membros, seriam chamados para julgarem os feitos, 1º, os juízes de direito mais antigos da comarca em que a Relação tiver a sua sede; 2º, os das comarcas mais próximas designados pelo presidente da Relação. Pedrosa percebia que ficam estas comarcas entregues a juízes leigos, de quase nenhuma prática do foro, com grave prejuízo para os interesses da justiça, de maneira que a Relação assim pouco aproveita aos jurisdicionados, como ainda motiva a desorganização de todo o serviço judiciário nas diferentes comarcas da província.

Referindo-se a lentidão do andamento dos processos, Pedrosa acreditava que estas demoras, por vezes, são tão sensíveis que melhor seria à província estar ela, como outrora, dependendo da Relação da Corte, apesar da distância que se interpõe e da dificuldade de comunicação que ainda existe.

O presidente tinha razão. Há um processo no arquivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul no qual o júri de Sant'Anna do Paranahyba inocentou Ezequiel José de Freitas da acusação de homicídio. Acreditando que a sentença era contrária aos fatos do processo, o juiz de direito recorreu da decisão dos jurados no dia 06 de junho de 1873. Por problemas burocráticos da comarca, o processo foi enviado à Relação da Corte apenas em 31 de julho; foi recebido no Rio em 17 de outubro⁵¹. Quando a Relação de Cuiabá já havia sido instalada, foi remetido um processo de Sant'Anna em 23 de janeiro de 1884 e já em 3 de março do mesmo ano era apresentado à Relação na capital da província; mas o processo só teve andamento em 15 de janeiro de 1886 e apenas em 26 de fevereiro de 1886 foi sentenciado⁵². Assim, a rapidez na comunicação não correspondia a uma agilidade da sentença.

⁵⁰ PROVÍNCIA DE MATO GROSSO. *Relatório de 1º de outubro [de 1879]*, op. cit. As críticas citadas a seguir são também do Relatório de Pedrosa.

⁵¹ Trata-se do processo 114/27.

⁵² Trata-se do processo 116/06.

A máquina administrativa montada pela Relação representou, em Mato Grosso, um peso maior do que as forças provinciais podiam suportar. Este Tribunal sugava os bacharéis disponíveis na província e, com isso, todos os esforços imperiais em melhorar a administração da justiça. Em boa parte do tempo não funcionava e, quando funcionava, era à custa do desamparo das comarcas e dos termos. O capítulo seguinte, quando após o golpe de 15 de novembro, as receitas dos Estados não teriam mais as mesmas ajudas do governo central e a burocracia estadual precisaria ser mantida pelas suas próprias riquezas, é uma outra história.

Referências

Sites:

Center for Research Libraries: www.crl.edu/brazil/provincial/mato_grosso;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: www.ibge.gov.br;

Presidência da República: www.planalto.gov.br;

Senado Federal: www.senado.gov.br.

Arquivo:

Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. Departamento de Pesquisa e Documentação.

Processos: nº 16 e nº 27 da caixa 114;

nº 06 da caixa 116;

nº 03 da caixa 117.

Os herdeiros de Leverger*

Valmir Batista Corrêa**

Este estudo trata da historiografia mato-grossense e diz respeito à influência exercida por Augusto Leverger nos estudos históricos e geográficos sobre Mato Grosso, a partir da segunda metade do século XIX. Da geração de historiadores que fundaram o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso em 1919, influenciados diretamente pelo trabalho de Leverger, destacaram-se Virgílio Corrêa Filho, Antonio Fernandes de Souza e Estevão de Mendonça.

Palavras-chave: Historiografia; História regional, Mato Grosso.

This is a mato-grossense historiography study focusing on the influence of Augusto Leverger at the Mato Grosso historical and geographic studies from the Late XIX century. From the historian generation that founded the Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso at 1919, Virgílio Corrêa Filho, Antonio Fernandes de Souza, and Estevão de Mendonça were directly influenced by Leverger's work.

Key words: Historiography; Local history, Mato Grosso.

A geração de historiadores nascida nas últimas décadas do século XIX, marcadamente em Cuiabá, e que participou ativamente da fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso em 1919, não pode ser compreendida e estudada desvinculada da presença e da atuação intelectual de Augusto Leverger. Dentre os historiadores que buscaram valorizar e resgatar documentalmente a história de Mato Grosso, sem dúvida, os que mais receberam influências das pesquisas históricas e geográficas de Leverger (por isso mesmo, seus biógrafos) foram Estevão de Mendonça, seu maior discípulo, Virgílio Corrêa Filho e Antonio Fernandes de Souza.

* Versão revisada e ampliada do artigo publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Edição comemorativa aos 75 anos de fundação do IHGMT, 1919 – 1994. Ano LXVI, tomos CXXI – CXXII. Cuiabá: IHGMT, 1994, pp. 271-287.

** Professor doutor em História, titular aposentado da UFMS. valmir.correa@uol.com.br

Marinheiro francês, engajado na Armada Imperial Brasileira em 1824 com 22 anos, Augusto Leverger, o “bretão cuiabanizado” no dizer de Virgílio Corrêa Filho¹, chegou pela primeira vez em Cuiabá em 1830, como comandante das canhoneiras empregadas no rio Paraguai, retirando-se em março de 1834 em plena efervescência das manifestações nativistas que ocorriam em várias partes da província. Retornando a Cuiabá em 1837, Leverger exerceu atividades militares e diplomáticas, realizando inclusive o primeiro reconhecimento geográfico do rio Paraguai. Iniciava-se assim a produção de inúmeros trabalhos de levantamentos, “diários”, “roteiros de navegação” e descrição de “vias de navegação”. Delineava-se ao mesmo tempo um traço marcante de sua personalidade de raramente escrever de forma espontânea, mas sempre “instigado por algum motivo especial”² ou por determinação de autoridades provinciais. Sua humildade intelectual foi atestada por Virgílio Corrêa Filho referindo-se aos seus trabalhos, afirmando que Leverger “não cogitava em vê-los impressos, embora estivesse atento sempre a satisfazer ao primeiro que lhes pedisse”³. Independente de sua posição, seus estudos começaram a ser divulgados além da Província de Mato Grosso através da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual se tornou membro em 1848. Foram publicados os escritos “Carta e Roteiro da navegação do rio Cuiabá desde o Salto até o Rio São Lourenço e deste último até sua confluência com o Paraguai”, “Diario do Reconhecimento do Rio Paraguai desde Assunção até o Rio Paraná”, “Observações sobre a Carta Geografica da Provincia de Mato Grosso”, “Roteiro da Navegação do rio Paraguai, desde a foz do Sepotuba até o rio São Lourenço” e “Roteiro da Navegação do Rio Paraguai desde a foz do São Lourenço até o Paraná” (v. 25, 1862), “Breve Memória à Chorographia da Provincia de Mato-Grosso” (v. 28, 1865) e “Apontamentos para o Diccionario Chorographico da Provincia de Mato-grosso” (t. 47, 1883).

Naturalizado brasileiro e na patente de Capitão de Mar e Guerra, em outubro de 1850 Leverger acabou nomeado presidente da província, exercendo por 4 vezes este cargo em um período de mais de 7 anos. Esta presença constante

¹ CORRÊA F, Virgílio. A. Leverger (o bretão cuiabanizado). Terceiro Congresso de História Nacional, 2. *Anais...* Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1941. p. 389-493.

² *Idem, ibidem*, p. 476.

³ *Idem, ibidem*, p. 476.

de Leverger na administração de Mato Grosso demonstrou também a consolidação de seu prestígio local, angariado através de suas atividades administrativas e dos trabalhos escritos sobre a história e à geografia da região. Foi filiado ao Partido Conservador, mas segundo Estevão de Mendonça, “filiado em termos, porque não cessava de explicar: ou a política não me serve, ou não sirvo eu para a política”⁴. Na verdade, gostava de afirmar que não participava de política por ser militar e estrangeiro.

Desse modo, tornou-se comum encontrar nos trabalhos que se referem a Leverger o realce do seu espírito tolerante e avesso à política. Virgílio Corrêa Filho, por exemplo, ressaltou que “abstraindo-se da política partidária, para melhor administrar, Leverger diligenciou suprir pelo trabalho e dedicação a escassez de meios que lhe amortecia as iniciativas”⁵. Mesmo assim conseguiu Leverger estabelecer normas pedagógicas para a instrução pública na província e voltou a sua atenção para as vias de comunicação. Ressalta ainda Virgílio Corrêa Filho que Leverger “trouxe a paz aos espíritos”⁶, sendo inclusive “por todos aplaudido e festejado como hábil administrador”⁷.

Foi, no entanto, com a invasão paraguaia no sul da província e a possível penetração dos invasores em Cuiabá através do rio Paraguai, que a participação de Leverger selou de forma definitiva a sua identificação com Mato Grosso. Seu prestígio e carisma conseguiram conter o pânico que se estabeleceu na capital, não somente entre a população civil como também junto aos militares ali estabelecidos. Sua atuação decisiva levou o Visconde de Taunay a defini-lo como o “antemural do Brasil em Matto Grosso”. Em discurso na câmara dos deputados, em 16 de abril de 1877, assim se expressava Taunay:

A população tomada de pavor, sem chefe, allucinada, tratava de abandonar em massa os seus lares, deixando ao azar da sorte suas casas, commodos, e haveres, quando a 20 de janeiro de 1865, o Sr. Leverger, ainda que alquebrado pelos annos e molestias, se apresentou resolutu e unico para iniciar e dirigir a resistencia. Deu-se então repentina e completa inversão no espirito publico; todos cobraram coragem, se reanimaram, correram ás armas, e o velho guerreiro, no

⁴ MENDONÇA, Estevão. *E foi naquela noite de Natal*. Cuiabá, 1970. p.72.

⁵ CORRÊA F, Virgílio. *Op. cit.*, p. 429.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 431.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 431.

meio de patrióticas ovações e de imenso entusiasmo partiu, sem se despedir da sua família, a ocupar o ponto do Melgaço e fazer frente ao invasor ⁸.

Por tal gesto, Leverger recebeu em novembro deste mesmo ano o título de Barão de Melgaço. No calor da hora, Leverger registrou os eventos iniciais da guerra em Mato Grosso numa “Synopsis da Historia da Invasão Paraguaya na mesma Província”⁹

No final de sua vida e longe das atividades públicas, Leverger dedicou-se integralmente aos seus escritos e estudos. Segundo Pimenta Bueno,

o venerando sr. Barão de Melgaço possuía um precioso arquivo de cópias interessantes, de documentos gráficos, com os quais organizou a carta de província, em 1868: entre esses documentos tinha muitos seus, relativos à história e geografia da província e do reconhecimento dos rios Cuiabá, Paraguai, do distrito de Miranda e outras localidades¹⁰.

Em 14 de janeiro de 1880, em Cuiabá, faleceu Augusto Leverger, deixando uma marca profunda na história de Mato Grosso e nos jovens intelectuais mato-grossenses. Ainda sobre Augusto Leverger afirmou o Visconde de Taunay de maneira emocionada e ufanista que

ao inclyto Augusto Leverger, barão de Melgaço, cabe perfeitamente o alentado apelido de Ricardo Franco do Brasil-Imperio, do mesmo modo que áquelle eminente militar é applicavel o de Augusto Leverger dos tempos Coloniaes. Ambos se valem pelo conjunto de qualidades scientificas, civicas e guerreiras, honestidade, habitos de trabalho, superioridade de vistas, desinteresse, modestia, pundonor e profundeza de conhecimentos technicos ¹¹.

⁸ TAUNAY, Visconde. *Augusto Leverger*. Almirante Barão de Melgaço. Antemural do Brasil em Matto Grosso. Com um complemento da lavra de Virgilio Corrêa Filho. São Paulo: Melhoramentos, s/d. p. 13.

⁹ *Relatorio apresentado ao Illm. e Exm. Chefe de Esquadra Augusto Leverger Vice-Presidente da Provincia de Matto Grosso pelo Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho ao entregar a administração da mesma Província em agosto de 1865. Contendo a Synopsis da Historia da Invasão Paraguaya na mesma Província*. Rio de Janeiro: Typ. do Commercio, 1866.

¹⁰ Citado in: CORRÊA F, Virgilio. *Op. cit.*, p.478.

¹¹ TAUNAY, Visconde. Augusto Leverger. Almirante Barão de Melgaço (1802-1880). In: *Estrangeiros illustres e prestimosos no Brasil (1800 - 1892) e outros escriptos*. São Paulo: Melhoramentos, s/d. p. 68. O seu arquivo particular, de acordo com o testamenteiro Cesario Corrêa da Costa, teve o seguinte destino: “Os livros aproveitaveis foram doados à Biblioteca da Instrução Pública de Mato Grosso (...). Os “apontamentos para o dicionário corográfico da Província de Mato Grosso”, e “cronológicos”, endereçados a Beaurepaire Rohan, chegaram, a 7 de Dezembro de

Além dos trabalhos de Leverger, inúmeros estudos e relatos sobre Mato Grosso foram divulgados até o final do século XIX. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por exemplo, em vários momentos abrigou em suas páginas trabalhos referentes à região, como de Ricardo Franco de Almeida Serra, Luis d'Alincourt, João Antonio Cabral Camello, Marcelino Rodrigues Campônês, Joaquim da Costa Siqueira. Outras revistas também chegaram a publicar trabalhos sobre a região, como a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e os Anais da Biblioteca Nacional¹². Havia, portanto, um crescente interesse em conhecer e divulgar Mato Grosso acentuado pelo trauma provocado com a guerra da Tríplice Aliança.

Com a proclamação da República, acabando com a costumeira gangorra da política imperial caracterizada pela alternância no poder dos partidos Liberal e Conservador, logo de início provocou em Mato Grosso uma acirrada disputa pelo controle da máquina administrativa estadual. A polarização da política mato-grossense deu-se então em torno de agremiações partidárias lideradas por coronéis oligarcas, trazendo ao seio da sociedade local o germe do divisionismo muitas vezes estigmatizado em pólos irreconciliáveis. Iniciou-se com a república um período conturbado da política mato-grossense com manifestações revolucionárias em várias partes do estado. Muitas dessas lutas coronelistas, pelas dimensões alcançadas, conseguiram convulsionar praticamente todo o Mato Grosso, provocando derrubadas (substituições) de governos estabelecidos. Assim ao entrar no século XX, a radicalização política em Cuiabá com reflexos em todos os municípios mato-grossenses marcou não somente as atividades político-partidárias como também as manifestações sócio-culturais regionais.

De fato, a forte presença do estado oligárquico numa sociedade onde a base do poder residia na posse da terra, como era o caso de Mato Grosso, provocava uma inter-relação de dependência entre diversos setores da sociedade. Nessas re-

1882, ao Instituto Histórico Brasileiro, em cuja revista só os primeiros vieram a lume, bem como os roteiros e diários de navegação. As notas avulsas foram ter às mãos de Estevão de Mendonça, que, dedicado ao culto levergeriano, em parte as fez publicar no Arquivo de Cuiabá e *Revista de Mato Grosso*. In: CORRÊA F, Virgílio. *Op. cit.* Nota 13, p. 479.

¹² Paralelamente às publicações em revistas oficiais, inúmeras publicações avulsas também foram editadas sobre Mato Grosso nesse período. Ver: SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia de Mato Grosso*. Cuiabá: CCS, 1992.

lações de dependência, as atividades intelectuais e literárias não poderiam escapar dos tentáculos do controle estatal. Em primeiro lugar, era comum encontrar entre os intelectuais cuiabanos, por exemplo, funcionários públicos e professores exercendo cargos de confiança junto ao governo estadual. Eram atividades que garantiam a disposição de tempo para a realização de pesquisas e elaboração de trabalhos históricos e literários. Essa situação era, em contrapartida, eventualmente afetada por qualquer instabilidade política. Em segundo lugar, as relações de dependência com o poder estadual apareciam com clareza por ocasião da publicação e divulgação de suas obras literárias ou históricas. Enfim, todas as publicações mato-grossenses dependiam de financiamento público. Assim, a chamada publicação oficial contava, em última instância, com a boa vontade dos governantes. Os intelectuais cuiabanos ficavam dessa forma à mercê das crises políticas, podendo cair ou não em desgraça perante os novos governantes. Com justa razão, a impressão de um livro em Cuiabá, para José de Mesquita, era “uma das formas modernas de heroísmo”¹³.

A descrição que Estevão de Mendonça traça sobre a passagem do século em Cuiabá, sob a influência levergeriana de equidistância política, mostrou de maneira clara e singela que mesmo em festas populares a cizânia política entre situação e oposição persistia na sociedade cuiabana.

O então presidente do Estado, coronel Antonio Pedro Alves de Barros, após sumptuoso baile, dado em sua residencia particular, ao signal das 12 horas, fez interromper da dança, que ia animada, e tomando de uma taça de champagne saudou os seus amigos ali reunidos, pela entrada do seculo XX. Uma banda militar executou o himno nacional, sendo queimada uma girandola de foguetes. Conduzidos pela esposa do presidente, diversas senhoras e cavalheiros dirigiram-se para o interior da residencia, sendo-lhes ali servido opiparo banquete. Além das autoridades locais, outras pessoas de destaque encontravam-se presentes e entre estas os generaes Arthur Oscar e Alfredo Piragibe, coronel Antonio Paes de Barros, commandante Francisco M. Wanderley e dr. João de Moraes e outros. Ao mesmo tempo que assim se commemorava o findar do século XIX, também na residência do coronel Generoso Ponce, chefe politico da opposição, organizavam-se jogos de prendas, concerto, danças e jantares. A sociedade allí reunida não era menos selecta. Á meia noite diversas senhoritas, acompanhadas por uma orchestra dirigida pelo capitão Abilio Noronha, can-

¹³ MENDONÇA, Rubens de. *História da Literatura Mato-Grossense*. Cuiabá: Ed. do Autor, 1970. p. 37.

taram um mavioso himno, ao qual seguiram-se variadas contradanças. Pelas ruas da cidade turmas de rapazes recitavam canções, e o mimoso jardim Alencastro regorgitava de passeiantes¹⁴.

Era a aparente calma antecedendo a violência política que iria ensanguentar a história mato-grossense nas primeiras duas décadas do século XX.

No entanto, dois momentos nessa época foram altamente favoráveis aos intelectuais cuiabanos pelo apoio ostensivo que receberam do estado na divulgação e na publicação de seus escritos. O primeiro momento ocorreu no governo do coronel Antonio Paes de Barros - Totó Paes (1903-1906), encerrado por crise política e revolucionária, e no segundo, como resultado de outra crise no governo de D. Francisco de Aquino Corrêa (1918-1922). Fora desses dois períodos de grande gravidade política, foram raros os momentos em que trabalhos historiográficos obtiveram divulgação e publicação com o aval do governo estadual. Nesses momentos, eram nos jornais cuiabanos que os escritores procuravam refúgio no campo da literatura e da história.

Contrapondo com o rastro de violência em que foi envolvido de forma direta ou indireta, o coronel Totó Paes tomando posse do governo mato-grossense procurou cercar-se de intelectuais e literatos para administrar o estado. Segundo Antonio Fernandes de Souza, seu chefe de gabinete, “todos esses homens de reconhecido valor intelectual e impoluta reputação moral e cívica, prestaram valiosa colaboração à política, à administração e à cultura do Estado”¹⁵. No entanto, os fatos demonstraram que tal participação não impediu a radicalização política e a explosão de violência que envolveu Mato Grosso.

¹⁴ MENDONÇA, Estevão de. *Datas Mato-Grossenses*. Nichteroy: Esc. Typ. Salesiana, 1919. 2 v., p. 376.

¹⁵ SOUZA, Antonio Fernandes de. *Antonio Paes de Barros (T'ótó Paes) e a Política de Mato-Grosso*. Cuiabá: Ed. do Autor, 1958. p. 55. Entre os membros do governo, Souza cita João Francisco de Novais Paes Barreto, “de reconhecida ilustração”; Antonio Vieira de Almeida, “jornalista, contista e emérito orador”; José de Freitas Cabral, “jornalista”; Januário da Silva Rondon, “consagrado latinista”; Pedro Trouy, “jornalista e poeta”; Carlos Leopoldo Jorge Salaberry, “advogado e jornalista”; Francisco Mariani Wanderley, “apreciado escritor”; Vital Batista de Araujo, “primeiro diretor do órgão oficial do estado, intitulado *A Gazeta*”; Francisco Agostinho Ribeiro, “jornalista e advogado”; e Estevão de Mendonça, “escritor e notável historiador”. p. 54. Generoso Ponce F por sua vez, e obviamente, colocou uma visão radicalmente oposta à posição de Antonio Fernandes de Souza com relação ao presidente Totó Paes e seu governo. In: PONCE F, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952. p. 381.

Em janeiro de 1904, iniciou-se em Cuiabá a edição da “Revista Matto-Grosso”, uma “Publicação Mensal de Sciencias, Letras, Artes e Variedades”, por iniciativa de padres salesianos. Além da divulgação da doutrina religiosa, a revista contava com colaboradores como Antonio Fernandes de Souza, Firmo Rodrigues e Estevão de Mendonça que deu início a publicação de suas “datas mato-grossenses”. Também foram transcritos nesta revista textos de Jose Augusto Caldas, de Augusto Leverger com uma sequência de seus “Apontamentos Chronologicos da Provincia de Matto-Grosso” e de Ricardo Franco de Almeida Serra. Nos textos de Leverger e de Serra apareceram sempre a observação “Publicação feita sob a direcção de Estevão de Mendonça”.

Curiosamente, na edição de agosto de 1907, provavelmente como reflexo dos fatos políticos e fugindo de suas características, a “Revista Matto-Grosso” estampou a foto do presidente empossado, coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce ressaltando, entretanto, em seu editorial que “esta publicação mensal não tem absolutamente feição politica, como bem se póde deprender do seu programma e dos fins que determinaram a sua fundação; pelo que este seu procedimento para com o proeminente vulto politico, que se destaca não só neste Estado como em todo o Brasil, nada mais significa do que uma respeitosa homenagem prestada á primeira auctoridade constituída do Estado, da qual é depositario um matto-grossense veneravel, illustre por todos os titulos e credor da benemerencia publica pela correcção dos seus actos sempre vasados nos moldes da mais sã justiça, do mais ponderado criterio e do mais acrysolado patriotismo”¹⁶. A publicação da “Revista Matto-Grosso” durou até por volta de 1914.

No mesmo ano de 1904, teve início a publicação de “O Archivo” (1904-1906), afirmando ser uma “revista destinada á vulgarisação de documentos geographicos e históricos do Estado de Matto-Grosso” e realçando que era uma “publicação feita sob os auspicios do Exmo. Senr. Coronel Antonio Paes de Barros”. Sob a direção de Estevão de Mendonça e de Antonio Fernandes de Souza, seus idealizadores, a revista “O Archivo” construiu a memória histórica de Mato Grosso com a publicação de documentos manuscritos e de trabalhos elaborados por historiadores locais. Assim,

¹⁶ *Revista Matto-Grosso*. Revista Mensal de Sciencias, Letras, Artes e Variedades. Cuyabá, ano IV, ago. 1907. n. 8. p. 199.

sempre buscando um espaço para a publicação de seus artigos, bem como para a divulgação da produção de outros raros e dedicados intelectuais que nessa época despontavam, face às eternas dificuldades sempre encontradas, surgiu a idéia de uma revista. Uma publicação séria que enfeixasse não só artigos acerca da história regional, mas também que ensinasse a divulgação de documentos importantes e interessantes para a preservação da memória social de Cuiabá e de Mato Grosso¹⁷.

Na apresentação da revista, Antonio Fernandes Souza já pregava a necessidade da fundação de um Instituto Histórico e Geográfico em Cuiabá, editando uma revista que publicasse “documentos relativos á geographia e história do nosso Estado”. Pela revista “O Arquivo” passaram textos de Augusto Leverger, João Baptista Prudencio, Francisco de Paula Castro, Epifanio Candido de Souza Pitanga; transcrição de Cartas Régias e documentos relativos à guerra com o Paraguai e à Rusga¹⁸. Também apareceram textos de Estevão de Mendonça, mais uma vez com as suas “datas mato-grossenses” e de Antonio Fernandes de Souza. Na edição comemorativa de um ano de existência, esses dois últimos autores afirmaram que

foi um anno de lucta incessante em pról da propaganda das tradições historicas de Matto-Grosso e das suas condições geographicas: e o pouco que já fizemos neste sentido, patentêa a grande necessidade, que ha, de se desenvolver amplamente uma publicação desse genero. (...) Em nossa primeira pagina estampamos o retrato do Coronel Antonio Paes de Barros, como penhor de nossa gratidão pelo muito que tem feito em favor da nossa terra natal, dispensando a sua valiosa protecção a O Archivo, – receptaculo dos acontecimentos que agitam a alma matto-grossense desde os seus primeiros passos no convívio das sociedades cultas¹⁹.

Ainda sobre a revista “O Archivo”, chama a atenção a grande influência levergeriana em seus editores, que chegaram a editar em 1905 uma edição especial “commemorativa do 25 anniversario do passamento do inolvidavel Barão de Melgaço”. Ainda no ano de 1904, o governo do estado participou com produtos

¹⁷ SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Apresentação. In: Revista *O Arquivo*. Coleção Fac-similar completa 1904-1906. Varzea Grande: Fundação Julio Campos, 1993.

¹⁸ Sobre este movimento nativista ver CORRÊA, Valmir Batista. *História e violência em Mato Grosso: 1817 – 1840*. Campo Grande: EdUFMS, 2000.

¹⁹ *O Arquivo*. Revista destinada á vulgarisação de documentos geographicos e historicos do Estado de Matto-Grosso. Cuyabá, ano II, v. 1, dez. 1905.

regionais da exposição de St. Louis (EUA), chegando a imprimir um catálogo²⁰ contendo uma “breve noticia sobre o Estado de Matto-Grosso” e informações detalhadas e preciosas da produção regional.

Em 1905, recuperando uma antiga resolução da Assembléia Legislativa de 1880 que autorizava o governo a publicar os trabalhos do Barão de Leverger, o presidente Totó Paes, numa clara influência de Estevão de Mendonça e de Antonio Fernandes de Souza, nomeou-os para selecionar e publicar os trabalhos levementes. Como resultado, saiu publicado através da Casa Avelino de Siqueira o livro “Vias de Comunicação”. Com isto, Leverger atendia a uma solicitação do presidente da província Herculano Pena que por sua vez atendia ao desejo do Ministro de Agricultura do Império de fornecer “informações pormenorizada a respeito da serventia de sua opulenta rede hydrographica”²¹. No entanto, o projetado segundo volume, “Apontamentos Chronologicos de Mato-Grosso”, com a destituição e morte de Totó Paes, não chegou a ser publicado. “Os acontecimentos políticos de 1906, porém, determinaram por parte do novo governo outra corrente de idéas, e nada mais se fez até hoje nesse sentido”, afirmou Estevão de Mendonça em 1919²².

Nesse mesmo ano de 1905, Estevão de Mendonça, como professor do Liceu Cuiabano, apresentou um trabalho de cunho didático intitulado “Quadro Chorographico de Matto-Grosso” para apreciação do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado. Legalmente, apenas mediante a apreciação deste Conselho é que a obra poderia ser utilizada no próprio Liceu Cuiabano. O parecer aprovado pelo Conselho, no entanto, foi mais além do pretendido pelo autor, sugerindo a sua utilização nas escolas públicas do Estado. Segundo o parecer,

além do merito que revela pela correcção e elegancia de sua forma, vem preencher uma das mais palpitantes necessidades do ensino público primario, fornecendo á mocidade os conhecimentos necessarios da Historia e Geographia do Estado, disciplinas estas que fazem parte das que constituem o programma de

²⁰ *Catalogo dos Artigos enviados pelo Estado de Matto-Grosso para a Exposição de S. Luiz (E. U. da America do Norte)*. Cuyaba: Off. Pina F, 1904. 84 p. Também apareceu nesse ano um curioso material de divulgação sobre as potencialidades do Estado: BRAZIL. *Brief Notice on the State Of Matto-Grosso (Official Publication)*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1904. 40 p.

²¹ TAUNAY, Visconde. Augusto... *Op. cit.* p. 107.

²² MENDONÇA, Estevão. Datas... *Op. cit.* 1º v. p. 254.

estudos tanto nas escolas elementares como nas complementares; é de parecer que a mesma obra seja não só considerada de reconhecida utilidade, na forma do art. 184 do vigente regulamento do Lyceu Cuyabano, como adoptada nas escolas publicas do Estado, tão logo seja impressa e exposta á venda²³.

O compêndio dividia-se em duas partes, sendo a primeira “Descrição physica de Matto-Grosso”, e a segunda, “Descrição politica de Matto-Grosso”; “Cidades e villas do Estado”. Nota-se neste trabalho de Estevão de Mendonça a clara influência levergeriana, a começar pelo próprio título. A “Revista Matto-Grosso” assim registrou o lançamento do livro afirmando que “esta utilissima publicação, mormente para os nossos collegios e onde quer que se cultive o estudo physico e politico d’este esperançoso Estado, foi oficialmente adoptado nos Lycêos Salesiano “S. Gonçalo” e Cuyabano, ambos equiparados ao Gymnasio Nacional”²⁴.

Mais tarde, e ainda traumatizado com os sangrentos acontecimentos de 1906²⁵, Estevão de Mendonça participou de uma curiosa polêmica estimulada pelo jornal “O Pharol” sobre a grafia de Cuiabá, com “i” ou “y”. Nesta polêmica, posteriormente editada em um pequeno folheto, Estevão de Mendonça defendeu o termo Cuiabá apoiando-se em vários autores, inclusive Augusto Leverger. Por sua vez, Alipio Guarim defendeu posição contrária afirmando de maneira provocativa que o “facto de Leverger escrevel-a com i não prevalece, visto não ter sido elle litterato, nem philologo, e sim marinho intelligenteissimo e astronomo”²⁶. A resposta veio em forma de “Carta Aberta”, na qual Estevão de Mendonça procurou com novos argumentos defender o uso do termo Cuiabá, ressaltando que “quanto á citação do nome de Leverger, fil-o para estar em bôa companhia; se é verdade, com v. affirma, que elle não era litterato, nem philologo, é certo que a sua pujante cultura

²³ MENDONÇA, Estevão de. *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*. Cuiabá: Esc. Prof. Salesianas, 1906. p. VII.

²⁴ *Revista Matto-Grosso*. Cuyabá, anno III, n. 2, fev. 1906. p. 44.

²⁵ “Os acontecimentos politicos que se desdobraram nesta capital em meiado de 1906 ainda estão vivos á minha memoria. Decorridos dous annos, sinto perfeitamente o esfuziar dos tiroteios fraticidas, o trôar dos canhões e a gritaria atordoante dos grupos que se debatiam por entre o casario da cidade transformado em trincheira”. In: MENDONÇA, Estevão de. *Uma caturrice*. Cuiabá: Esc. Prof. Salesianas, 1908. p. V.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. XII (transcrito de “O Pharol”, de 8.12.1906).

o induzia necessariamente a conhecer se Cuiabá devia-se escrever com i ou com y, e uma vez que divergio da graphia usada no seu tempo, é por que a considerava errada”²⁷. Em “Resposta á Carta Aberta”, Alipio Guarim usou novos argumentos para defender o termo Cuyaba, encerrando-a mais uma vez com uma provocação referente à Augusto Leverger: “É fácil explicar o motivo porque o amigo declara em alto e bom som que “a unica fonte segura em cousas que se prendam á historia do Estado, continua a ser o vasto trabalho deixado pelo Barão de Melgaço”, e também que

o sr. Ramiz Galvão é o maior conhecedor no Brazil da lingua Portugueza. Pondo de parte sua modestia e desculpando-me da franqueza, direi que o amigo está fanatisado pelos Srs. Barão de Melgaço e Ramiz Galvão, e sendo assim, estou certo, será baldado qualquer contestação, porque ninguem o poderá convencer do contrario. É uma mania como outra qualquer²⁸.

Parece que a polêmica continuou no jornal, apesar de não ter sido incluída no folheto. Bem mais tarde, o encerramento da questão veio através de uma nova “Carta Aberta” onde Estevão de Mendonça afirmava a utilização do termo Cuiabá em correspondência oficial, nas leis provinciais e na correspondência particular onde “os exemplos são infinitos: citarei em dez minutos cem casos pelo menos, começando por apontar o nome daquelle inolvidavel servidor da minha terra que se chamou Augusto Leverger – Barão de Melgaço – por quem estou fanatisado”²⁹.

Ainda sob o fervor dos acontecimentos políticos, em comemoração à chegada em Cuiabá do novo presidente do estado, coronel Generoso Ponce, seus correligionários publicaram uma “Polyanthéa”. Entre os colaboradores estavam alguns que participaram posteriormente da fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso, como os desembargadores Joaquim Pereira Mendes, Antonio Fernandes Trigo de Loureiro e Firmo Rodrigues³⁰. No ano seguinte, em comemoração do centenário da Abertura dos Portos, o governo federal promoveu uma

²⁷ *Idem, ibidem*, p. XIX/XX (transcrito de “O Pharol”, de 15.12.1906).

²⁸ *Idem, Ibidem*, p. XXXVIII (transcrito de “O Pharol”, de 9.02.1907).

²⁹ *Idem, ibidem*, p. LVII (24.11.1907).

³⁰ *Polyanthéa ao excellentissimo coronel Generoso Paes Leme de Souza Ponce, digno presidente eleito do Estado no dia de sua chegada á esta capital*. Homenagem do corpo de redação d’A Collição. Cuyabá, 23 de julho de 1907. In: PONCE F, Generoso. *Op. cit.*, p.475-480.

grande Exposição Nacional expondo em pavilhões produtos oriundos dos seus diversos estados. Mato Grosso, além de participar com uma delegação³¹ da qual fazia parte o jovem Virgílio Corrêa Filho, também publicou um “Catálogo”³² dos seus produtos expostos. A exemplo do Catálogo de 1904, este também continha uma “Breve notícia sobre o Estado de Matto-Grosso” e informações sobre os produtos e a economia da região.

No entanto, até esse momento e mesmo com toda essa efervescência cultural, Cuiabá não contava com uma biblioteca pública. Esta instituição cultural foi criada somente em 1912, no governo de Joaquim Augusto da Costa Marques contrariando uma prática usual, com a nomeação para seu organizador de Estevão de Mendonça, que não era um de seus correligionários políticos. “Fruto de azedume partidário, no caso operou-se uma inversão das normas conhecidas; enquanto o jornal da oposição se manifestava com simpatia sôbre o evento, uma ala de correligionarios do govêrno francamente hostilizava a solução daquele problema educacional de vulto”, afirmou Estevão de Mendonça³³, que se exonerou do cargo após a inauguração da biblioteca.

Outro acontecimento relevante ocorrido no governo Costa Marques foi a edição do “Album Graphico do Estado de Matto-Grosso”. Fruto de um empreendimento comercial com ostensivo apoio do governo estadual, o “Album Graphico”, que demandou dois anos de trabalho e pesquisa, foi editado em Hamburgo em 1914 e contou com a colaboração entre outras pessoas, do próprio presidente Costa Marques, de Estevão de Mendonça e de Carl Lindman. Foi sem dúvida a mais fantástica aventura editorial ocorrida no estado pelas informações contidas e pela esmerada produção gráfica. Segundo seus editores, no prefácio,

com este livro presumimos apresentar o Matto-Grosso moderno aos que, dentro e fôra do Brasil, não o conhecem e desejam conhecê-lo. Fizemos por tanto,

³¹ Sobre a participação de Mato Grosso na Exposição Nacional de 1908, ver PONCE F, Generoso. *Op. cit.*, p. 504/5 e CORRÊA F, Virgílio et alii. *Recordações inéditas de Virgílio Correa Filho em seu centenário*. Rio de Janeiro, 1987. p. 47/8.

³² EXPOSIÇÃO NACIONAL 1908. *Catalogo dos Productos enviados pelo Estado de Matto-Grosso*. Na administração do Exmo. Sr. Cel. Generoso P. L. de Souza Ponce. Cuyabá: Avelino de Siqueira, 1908. 144 p.

³³ MENDONÇA, Estevão. E foi..., *op. cit.*, p. 153.

este “album” com a intenção e com o desejo de que elle contribuirá para a evolução da vida econômica do Estado, servindo de guia segura de informações geraes para todos quanto tenham por Matto-Grosso algum interesse³⁴.

Aconteceu, porém, que o resultado final do “Album Graphico” criou, pelo seu tamanho e peso, sérias dificuldades à sua distribuição. O presidente do estado, Caetano Manoel de Faria e Albuquerque em mensagem à Assembléia Legislativa em 1916, assim relatava o problema:

Está no vosso conhecimento que o governo do Estado adquiriu, por oitenta contos de réis, dous mil exemplares desta publicação, que não é portatil, nem de facil manuseio, como sóe acontecer com as verdadeiras obras de divulgação e propaganda, taes como se escrevem, fundamentalmente inspiradas na preocupação da lei edonistica do util, isto é, de se obter o maximo proveito com o minimo dispendio, ollimando fazer conhecidas do mundo capitalista, dos chamados investors, as possibilidades economicas que possam attrahir capitales e braços para as terras que se quer fazer conhecidas, como se pratica em S. Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Estado do Rio.

São verdadeiros guias, succintos e breves, que se lêem mesmo em viagem.

O album de que se trata é de difficil e despendiosa remessa, pelo seu peso, que é de 3.500 grammas, o qual eleva a sua franquia postal a sete mil réis, não accitando-o o correio pelas suas dimensões, que excedem às regulamentares. Desses dois mil exemplares sobram ainda na Capital Federal creca (sic) de mil, cuja armazenagem o Estado está pagando à casa Sampaio Avelino & Comp. Desta arte, a sua distribuição gratuita vae-se tornando sobremodo onerosa. Custando ao Estado quarenta mil réis cada volume, a sua remessa o encarece da franquia postal, de que se não sabe quem responde pela sua conveniente: bem pôde haver quem o procure para logo o vender por infimo preço.

Encorporado ao patrimonio do Estado, não me animei a autorizar a sua venda, que aliás se me afigura acertada, para que o salvemos das traças; para vêr se, de um tão grande e crescente dispendio, ainda se pôde restituir ao Thesouro uma pequena parcela que seja³⁵.

O governo Caetano Albuquerque envolveu-se em grave crise política, chegando a confrontar-se com a Assembléia Legislativa, o que provocou no estado

³⁴ AYALA, S. Cardoso, SIMON, Feliciano. *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso* (EEUU do Brazil). Corumba/Hamburgo, jan. 1914. 433 p. Anuncios LXIX p.

³⁵ *Mensagem dirigida pelo Exmo. Snr. General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque Presidente do Estado de Matto-Grosso à Assembléia Legislativa ao installar-se a 2a. sessão ordinaria da 10a. legislatura, em 15 de maio de 1916.* Cuyabá: Typ. Official, 1916. p.12/3.

uma dualidade político-administrativa. Esta crise com repercussões nacionais levou o presidente da república Wenceslau Braz a decretar em 1917 uma intervenção federal no Mato Grosso. A conciliação ocorreu através de um acordo entre os líderes do Partido Conservador e do Partido Republicano Mato-grossense, assinado no Rio de Janeiro, apoiando uma chapa única ao governo do estado, tendo como presidente D. Francisco de Aquino Corrêa. Governando acima das paixões partidárias e dono de uma sólida formação cultural, D. Aquino caracterizou o seu governo como um período de ressurgimento das manifestações intelectuais, no dizer de Estevão de Mendonça, coincidindo com as comemorações do bicentenário do povoamento de Mato Grosso (ou da fundação de Cuiabá), da fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso (01.01.1919) e da fundação do Centro Mato-Grossense de Letras (07.09.1921), depois Academia Mato-grossense de Letras.

Segundo Eurico de Góes, delegado geral da Comissão Organizadora do Dicionário Histórico, Geográfico, Etnográfico e Biográfico Brasileiro e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que presidiu a sessão de fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso,

ao chegar a Cuiabá, encontrou a idéia da formação de um Instituto Histórico Matto-Grossense, idéia que havia já sido motivo de reuniões diversas de muitos membros da comissão do bi-centenario, os quaes chegaram mesmo a eleger uma directoria provisoria do Instituto em embryão assim como uma comissão incumbida da elaboração dos seus estatutos³⁶.

Meses depois, em 8 de abril, com o início das festividades comemorativas do Bicentenário da Colonização de Mato Grosso ocorreu a instalação solene do Instituto Histórico de Mato Grosso e a distribuição do primeiro número de sua revista (ainda no ano de 1919, foi editado o seu segundo número).

O lançamento da Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso no ato de sua instalação representou de início a própria consolidação da instituição e também um novo espaço para a reprodução de documentos históricos e para os trabalhos dos historiadores mato-grossenses. Neste primeiro número, que continha a ata de fundação e os estatutos da nova instituição, o presidente do estado, D. Aquino, assinava a apresentação da revista salientando a necessidade de um ór-

³⁶ Ata da fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso. In: CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa do Estado ao instalar-se a 2a. sessão ordinaria da 11a. legislatura em 7 de setembro de 1919*. Cuiabá: Typ. Official, 1919. p. 55/6.

ção que divulgasse a geografia, a história, a etnografia e a arqueologia da região como uma forma de preservação da memória mato-grossense. Ainda do mesmo autor, foi publicado um artigo sobre a colonização de Mato Grosso com o título “Bicentenario de Cuiabá” e poemas sob o título “Terra Natal”³⁷. Continha ainda a transcrições dos trabalhos “Cronicas do Cuiabá” de Joaquim da Costa Siqueira e “Roteiro de Navegação do Rio Paraguai, desde a foz do Rio Sepotuba até a do São Lourenço” de Augusto Leverger. Constavam ainda neste número as primeiras “Notas á Margem” de Virgilio Corrêa Filho³⁸ e “Limites de Matto- Grosso com Goyaz” de Filogonio de Paula Corrêa³⁹.

Nota-se que além dos inúmeros trabalhos publicados em 1919 a propósito do bicentenário, a questão de limites também provocou uma conflitante situação nos interesses de Mato Grosso, motivando alguns trabalhos sobre o assunto. Este polêmico assunto foi despertado pelo Sexto Congresso Brasileiro de Geografia que tratava

de resolver amigavelmente no referido Congresso, as pendencias de limites ainda existentes entre varios Estados, afim que, ao alvorecer do primeiro centenario da Independencia Nacional, possa a Carta Geral do Brazil apparecer extreme de quaesquer duvidosas linhas de fronteira, está claro que Matto-Grosso, a quem o vizinho Estado de Goiaz persiste em contestar direito ás extensas terras que occupa entre o rio das Mortes e o Pardo, Matto-Grosso, repito, mui particular e vivamente se interessa pelas discussões do mesmo Congresso ⁴⁰.

Assim, além do trabalho de Filogonio de Paula Corrêa, a defesa dos interesses de Mato Grosso apareceu uma vez mais no segundo número da Revista

³⁷ Mais tarde D. Aquino publicou em livro “Terra Natal”, edição do centenario, 1922. 2a. ed. “correcta e accrescida de prefacio e 28 producções”. 145 p.

³⁸ Virgilio Corrêa Filho publicou “Notas á Margem” em forma de livro pela secção de obras d’O Estado de S. Paulo, em 1924. 186 p.

³⁹ Este trabalho foi também publicado separadamente in: CORRÊA, Filogonio de Paula. *Limites de Matto-Grosso com Goyaz*. Cuiabá: Imp. Official, 1919. Segundo Edvaldo de Assis, “Baseando-se na obra do General Fleming R. de Melo Rego “Limites interestaduais” e em relatorios e mensagens de presidentes da Provincia de Mato Grosso, o autor retoma a questão de limites entre os dois Estados”. In: ASSIS, E. *Índice Analitico da Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Cuiabá: Imp. Universitária/UFMT, 1992. p. 23.

⁴⁰ CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *A fronteira Matto-Grosso -- Goiaz*. Officio dirigido ao Senador Antonio F. Azeredo, Presidente da Delegação Mattogrossense ao Sexto Congresso de Geographia em Bello Horizonte. Cuiabá: Typ. Official, 1919. p. 1.

do Instituto Histórico de Mato Grosso, sob o título “A fronteira Matto-Grosso – Goiaz” um estudo de D. Aquino, depois transformado em livro⁴¹.

O ex-presidente do estado, Antonio Corrêa da Costa, participou dos festejos do bicentenário com o trabalho “Os predecessores dos Pires de Campos e Anhangüeras”, defendendo uma tese curiosa de que “uma fatalidade desviou o curso da história” e bloqueou o expansionismo espanhol em direção ao vasto e rico território mato-grossense, permitindo a sua conquista pelos bandeirantes paulistas. O livro relatava as expedições de Aleixo Garcia, Ayolas, Cabeça de Vaca, Irala e Nuflo Chaves. O assassinato deste último, para o autor, interrompeu a aventura espanhola, pois “certo teria elle descoberto as minas de ouro de Cuyaba e a nova dessa descoberta determinaria o exodo dos hespanhoes de Assumpção e Santa Cruz para Matto-Grosso”⁴².

Porém, a edição que marcou o ano de 1919 foi “Datas Mato-grossenses” de Estevão de Mendonça, com prefácio de D. Aquino Corrêa. Representava o amadurecimento e a firmeza desse historiador levergeriano com a compreensão de que a “história não é mais a narrativa nua dos acontecimentos de uma nação ou época. É encadeamento lógico e racional dos fatos, registrando como um sismógrafo as pulsações mais obscuras do viver coletivo”⁴³. Obra maior do historiador, “Datas Mato-grossenses”, nascida timidamente nas páginas da “Revista Matto-Grosso” e de “O Archivo”, significou também o resultado de décadas de pesquisas e de coleta de material histórico. Foi, enfim, um garimpeiro com sensibilidade para colher e valorizar informações, fatos e documentos. Segundo D. Aquino,

⁴¹ *Idem, ibidem*. 14 p. e documentos LXXVI p. A Delegação de Mato Grosso representada por Antonio Francisco de Azeredo, Candido M. da S. Rondon e João Barbosa de Faria também publicou um trabalho sobre o mesmo assunto. In: CONFERÊNCIA DE LIMITES INTERESTADOAES (6 Congresso Brasileiro de Geographia). *Limites entre os estados de Matto Grosso e Goyaz*. Memoria apresentada aos Srs. Delegados do Estado de Goyaz pela Delegação do Estado de Matto Grosso. Rio de Janeiro: Aurora, 1919. 82 p.

⁴² COSTA, Antonio Corrêa da. *Os predecessores dos Pires de Campos e Anhangüeras*. Comemoração do bi-centenario da Fundação da Cidade de Cuyabá. Nictherioy: Esc. Typ. Salesiana, 1918. p. 53. O livro foi lançado somente no ano seguinte. Engenheiro, político e professor de matemática do Liceu Cuiabano, Costa recebeu forte influência de Estevão de Mendonça. In: CORRÊA F, Virgilio. Estevão de Mendonça. Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro*. v. 205, out./dez. 1940. p. 395/6.

⁴³ MENDONÇA, Estevão de. E foi..., *op. cit.*, p. 114.

Aproveitando a magnífica oportunidade do Bicentenário, o Governo do Estado contractou com o Advogado Estevam de Mendonça, a impressão de dois mil exemplares de seu interessante livro histórico intitulado “*Datas Mattogrossenses*”, que enfeixa, em clara synthese, as principaes ephemerides dos nossos dois seculos de vida historica.

Esta obra que se compõe de dois volumes em oitavo, de quasi quatrocentas paginas cada um, ja se acha nitidamente impresso, merecendo lisonjeiras apreciações no meio intellectual em que foi, desde logo, conhecida⁴⁴.

Bem mais tarde, em 1939, Estevão de Mendonça registrava que “As “*Datas*” tiveram o amparo forte de duas mãos amigas – uma, de D. Aquino Corrêa, proporcionando a publicação do livro; outra, pondo ao meu alcance uma fonte preciosa de pesquisa. O nome virá um dia, se atualizada a obra”⁴⁵.

Já o parceiro intellectual de Estevão de Mendonça desde o tempo da revista “*O Archivo*”, Antonio Fernandes de Souza, apresentou o trabalho “*A Invasão Paraguaya em Matto-Grosso*”. Foram também incluídos no mesmo livro os estudos “*O bi-centenario da fundação de Cuyaba, 1719 - 1919*” e “*Resenha Histórica – Personagens e Cidades, Villas, Povoações, Rios e Notas Diversas*”. Segundo o pensamento do autor, “Lutar para ampliar os nossos conhecimentos relativos á nossa patria, divulgando-a atravez dos fatos gloriosos e das licções dos nossos antepassados, da sua historia, emfim, e do estudo do aspecto physico, do solo e sub-solo do seu immenso territorio, que constitue a nossa maior riqueza, é, sem dúvida, um dever de todos os mato-grossenses”⁴⁶.

Também a igreja cuiabana teve participação efetiva nas comemorações do bicentenário, não somente pela ação decisiva do presidente do estado, D. Francisco de Aquino Corrêa, como também com algumas publicações. Muito interessante foi um álbum ilustrado de responsabilidade da Curia Metropolitana de Cuiabá, chamado “*A Santa Sé e o Estado de Matto Grosso*”⁴⁷, que serviu para registrar a presença em Cuiabá nos festejos do bicentenário de D. Angelo Jacyntho

⁴⁴ CORRÊA, D. Francisco de Aquino. *Mensagem...*, *op. cit.* p. 54/5.

⁴⁵ MENDONÇA, Estevão de. *E foi...*, *op. cit.* p. 142. Ver também nota 10.

⁴⁶ SOUZA, Antonio Fernandes. *A Invasão Paraguaya em Matto-Grosso*. Edição commemorativa ao bi-centenario da fundação da cidade de Cuyaba. Cuiabá: J. Pereira Leite, 1919. Prefacio.

⁴⁷ *A Santa Sé e o Estado de Matto Grosso no bicentenario da fundação de Cuiabá*. MDCCXIX - MCMXIX. 37 p.

Scapardini, Nuncio Apostólico no Brasil. Neste álbum foram publicados documentos relativos ao evento, fotos das autoridades eclesiásticas, civis e militares e uma correspondência com o Vaticano contendo um título honorífico concedido à D. Aquino Corrêa e agradecimentos do Papa pelo recebimento de uma medalha de ouro e da secretaria de estado do Vaticano, também pelo recebimento de uma medalha de prata, ambas comemorativas do bicentenário de Cuiabá.

O bicentenário de Cuiabá também coincidiu com 25 anos da presença dos salesianos em Mato Grosso, o que ensejou a publicação do trabalho “Cinco lustros da Missão Salesiana em Matto-Grosso”. Segundo José de Mesquita, “quiz a benemerita Missão Salesiana de Matto Grosso ligar a essa sympathica festividade a publicação de um trabalho que fosse como que a exposição viva dos seus infatigáveis labôres em pról da Instrucção e do Progresso do Estado”⁴⁸. Com relação à catequese indígena pela Missão Salesiana saiu publicado o trabalho do Pe. Colbacchini, “A Tribu dos Boróros”. Escrito em italiano e traduzido por A. Felicio dos Santos, o livro registrava um conjunto de apontamentos e notas sobre o trabalho dos salesianos com os índios boróros. Colbacchini justificava-se perante D. Aquino afirmando que “Resolvi pois apresental o tal qual, como em humilde homenagem a V. Ex. Rvma. por ocasião das bodas de prata (25 annos) da missão salesiana neste Estado, para que seja nossa modesta contribuição, em signal de adhesão à grande festa do bi-Centenário de Matto Grosso”⁴⁹.

Ainda relativo ao ano de 1919, foram publicados “Ephemerides Meteorologicas da Cidade de Cuyaba”, do prof. Sylvio Milanese⁵⁰, “Lendas matogrossenses” de Feliciano Galdino de Barros⁵¹, “Poesias” de José de Mesquita⁵², “A

⁴⁸ *Cinco Lustros da Missão Salesiana em Matto-Grosso* (Apreciações e apontamentos chronologicos). Cuyaba: Calháo & Filho, 1919. p. 17.

⁴⁹ COLBACCHINI, Pe. Antonio. *A Tribu dos Boróros*. Rio de Janeiro: Pap. Americana, 1919. p. 1.

⁵⁰ MILANESE, Sylvio. *Ephemerides Meteorologicas da Cidade de Cuyaba*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1919. 107 p. Segundo Henrique Mourize, no prefácio, “O laborioso Prof. Sylvio Milanese se deu ao trabalho de colligir as observações meteorologicas colhidas, desde mais de quinze annos, por elle e por outros, em Cuyaba, no Observatorio D. Bosco, annexo ao Lyceu Salesiano”(p. 3/4).

⁵¹ BARROS, Feliciano Galdino. *Lendas Matogrossenses*. Cuiabá: Calháo & Filho, 1919. 137 p.

⁵² MESQUITA, José de. *Poesias*. Cuiabá: Pereira Leite, 1919.

Comissão Rondon nas festas comemorativas do Bicentenario de Cuiabá”⁵³ e “O Município de Campo Grande” de Rosario Congro⁵⁴.

Mais tarde, em 14 de janeiro de 1926, um fato novo foi acrescido aos acontecimentos de 1919 na cidade de Cuiabá. Foi a assinatura de um decreto pelo então presidente do estado, Estevão Alves Corrêa, juntamente com Virgílio Corrêa Filho, desapropriando como de utilidade pública a casa onde residiu e faleceu Augusto Leverger. Esta medida do governo tomou como base uma solicitação da comissão de intelectuais cuiabanos organizada para este fim, formada entre outros por D. Aquino Corrêa, Estevão de Mendonça, José de Mesquita, Antonio Fernandes de Souza e Firmo José Rodrigues. Posteriormente, o Decreto n° 1 de 23 de novembro de 1930, assinado pelo interventor federal no estado, Antonino Mena Gonçalves e por Virgílio Corrêa Filho, definia: a “Casa Barão de Melgaço, sita à rua do mesmo nome e de propriedade do Estado, fica destinada, a partir desta data, a ser a sede efetiva do Instituto Histórico de Mato Grosso e do Centro Matogrossense de Letras”.

⁵³ *A Comissão Rondon nas festas comemorativas do Bicentenario de Cuiabá*. Cuiabá: Imp. Oficial, 1919. 8 p.

⁵⁴ CONGRO, Rosario. *O Município de Campo Grande*. Estado de Matto-Grosso. Cuiabá: Pub. Oficial, 1919. 104 p. Escrito pelo intendente municipal, o trabalho enfocava a história e as atividades econômicas do município.

Saúde Pública na Fronteira: as epidemias de Corumbá nos documentos históricos (1856 -1922)

Lúcia Salsa Corrêa*

O propósito deste artigo é enfatizar a importância dos documentos históricos sobre saúde pública na fronteira e, em especial, sobre as epidemias que foram recorrentes no porto de Corumbá no período de 1856 a 1922. Além disso, é interessante observar a clara e estreita relação entre os assentamentos pioneiros na fronteira oeste do Brasil e as ocorrências de surtos epidêmicos de doenças procedentes dos portos fluviais da Bacia do Prata, como também a vulnerabilidade do porto de Corumbá frente às distintas formas de interferência externa.

Palavras-chave: Fronteira; saúde pública; documentos históricos.

The purpose of this article is to emphasize the importance of the public health frontier documents, especially about the Corumbá's harbour recurrent epidemics within 1856 and 1922. Moreover, it is interesting to observe the trans-

Crisis na saúde pública em região de fronteira, como o sul de Mato Grosso e de sua porta de comunicação com o resto do mundo – o porto de Corumbá, foram relativamente documentadas no período de 1856 a 1922, possibilitando aos historiadores um rico material de pesquisa. Por isso o propósito deste artigo, após revisão e atualização documental¹, destina-se a enfatizar e estimular uma releitura destas fontes ou, no dizer de Maria Yedda Linhares, rejuvenescê-las².

Os acervos mais interessantes que dispõem desse material são: o Arquivo Público do Estado de Mato

* Professora Titular de História aposentada da UFMS, endereço eletrônico valmir.correa@uol.com.br

¹ Originalmente publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, n. 1, dezembro 1998, p. 165-177.

² LINHARES, Maria Yedda. A pecuária e a produção de alimentos na Colônia. *Resumos do I Congresso Brasileiro de Historia Econômica e de II Conferenciam Internacional de Historia de Empresas*. São Paulo, 7-10 set. 1993, USP-UNICAMP, p. 26.

parent and narrow relationship between the pioneer's settlements at the Brazilian west frontier and the occurrence epidemic diseases coming from the Bacia do Prata's harbour, as also

the vulnerability of the Corumbá's harbour regarding a variety of international interferences.

Key words: Frontier; public health; historical documents.

Grosso (APMT) em Cuiabá e que hoje dispõe de excelente local e organização; o outro, o arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS (ACMC) ainda aguarda um local adequado para seu depósito, não possui organização, mas se apresenta acessível. Além disso, nos arquivos públicos de São Paulo e do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional-AN, e Biblioteca Nacional-BN) podem ser encontrados livros de viajantes, jornais, correspondências e relatórios avulsos que ilustram o período e os problemas de saúde pública em foco.

Entretanto, a pesquisa com registros dos séculos XIX ao XX sobre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, especialmente sobre sociedade e economia, enfrenta outras importantes dificuldades, tais como a ausência de documentação seriada. Uma soma de fatores diversos explica o problema, dentre eles os episódios conturbados da guerra, as disputas por terras e as rebeliões políticas, as crises econômico-financeiras e de saúde pública. A vida das pessoas que se estabeleceram nos portos dos grandes rios da Bacia do Prata, ou nos imensos sertões de Mato Grosso, pantanais ou cerrados, foi periodicamente perturbada e uma das suas consequências foi a destruição deliberada ou casual de arquivos de juizados, de cartórios, de escolas, de igrejas e de outras agências do estado e instituições regionais. O contexto histórico e político do sul de Mato Grosso ilustrado nesses registros, a partir de meados do século XIX até os anos de 1920, demonstrou a existência de uma clara e estreita relação entre a formação de assentamentos pioneiros na fronteira oeste e os problemas com a saúde pública decorrentes dos contatos através da via fluvial. Essa relação foi apontada com frequência em áreas de fronteira pioneira, mas também em portos marítimos e fluviais.

A região fronteira mato-grossense durante muito tempo dependeu da navegação para a sobrevivência dos seus núcleos de povoamento, tanto dos pequenos como dos grandes rios tributários da Bacia do Prata, com o aproveitamento de sua extensa malha fluvial. Contudo, a despeito do favorecimento destes abundantes recursos naturais, a sua imensa zona fronteira sofreu as consequências da irregularidade de comunicação, do seu isolamento e da falta de segurança.

Pelo Tratado de Comércio e Navegação Brasil–Paraguai, firmado em 6 de abril de 1856, tais problemas foram enfrentados, porém criando novas preocupações em função da comunicação direta com portos marítimos nacionais e estrangeiros. Nesse sentido, as autoridades paraguaias procuraram garantir medidas diversas, incluindo providências sanitárias preventivas para impedir a entrada de doenças em caráter epidêmico pelo curso marítimo/ fluvial Rio de Janeiro–Assunção–Corumbá. O anexo nº 3 dos originais deste tratado especificava as medidas sanitárias adotadas pelo governo da república paraguaia para os navios que procediam dos portos brasileiros, nos seguintes termos:

Instrucções para o commandante da policia fluvial das Tres-Bocas

Assumpção, 10 de Agosto de 1856

Ficando aberta e franca para o Brasil, pelo seu tratado de 6 de Abril ultimo com o Paraguay, a navegação pelo rio deste nome ás suas possessões no Alto Paraguay, as disposições policiaes existentes na commandancia da policia fluvial das Tres-bocas para as outras nacionalidades serão tambem guardadas para com a bandeira brasileira.

As epidemias de febre amarella e cholera morbus, que desde alguns annos devastão o Imperio do Brasil, e principalmente o Rio de Janeiro, exigem medidas convenientes para evitar que se introduzão na Republica [do Paraguai], como poderia acontecer chegando os vapores daquelle porto em 15 dias á embocadura do rio Paraguay; e a este respeito o commandante da policia fluvial das Tres-Bocas observará as disposições seguintes:

1º Todas as embarcações de commercio brasileiro procedentes do Imperio do de saude do lugar de sua procedencia.

2º Os capitães ou patrões, tanto das embarcações de commercio como de guerra, que tenham certificado de saude, o mandarão com os outros documentos do navio ao commandante da policia fluvial, que precederá neste caso como até aqui para deixa-los seguir viagem.

3º Como é notorio que todas as costas do Brasil estão infectadas pela febre amarella e cholera-morbus, e sendo duvidoso que haja cessado em um ou outro lugar, se os capitães ou patrões dos navios não apresentarem certificados de

saude ao commandante da policia fluvial, este os intimará para fundearem na altura e no sul da pequena ilha que fôrma o Paranami, onde se conservarão pelo tempo de 20 dias, incluidos os que gastarem para chegar até a confluencia do Paraguay no Paraná; de sorte que se empregarem 20 dias na viagem, e não se houver declarado um caso de epidemia, poderão seguir.

4º No caso de que se haja declarado á chegada, ou durante a quarentena, algum caso de febre amarella, ou de chorela-morbus, o commandante ou patrão do navio avisará immediatamente içando uma bandeira negra, ao commandante da policia fluvial, e este ao chefe do estado-maior do exercito nacional acampado em Humaitá.

5º Não são exceptuados destas disposições os navios de guerra brasileiros e os de outras nacionalidades, procedentes do Brasil, que possão chegar até Assumpção, segundo a lei da República.

6º A intimação de fundear ao sul da peque ilha que forma o Paranami realizar-se-há do escaler em que há de ir o encarregado de fazê-la por uma simples remessa destas instrucções que serão impressas.

7º A correspondencia e os documentos do navio posto em quarentena receber-se-hao com as precauções de costume em taes casos, e se remetterão ao chefe do estado-maior do exercito nacional para que as faça seguir a seu destino.

8º Se o commandante ou patrão da embarcação que estiver em quarentena occultar os casos de epidemia que se declarem, ficará sujeito ás penas com que se castiga este crime em todas as nções civilisadas.

9º Concluido o despacho da embarcação para seguir sua viagem, far-se-há constar a entrega destas instrucções no rol da equipagem.

*Carlos Antonio Lopez*¹

No âmbito da navegação fluvial platina, na metade de século XIX, destacou-se o porto de Corumbá como ponto estratégico e entreposto comercial de maior expressão em todo o sul da província de Mato Grosso, desfrutando não apenas das vantagens dessa situação, mas também sofrendo as suas consequências negativas. Os riscos de epidemias eram, portanto, iminentes e Corumbá tornou-se bastante vulnerável a estes episódios.

¹ Medidas sanitarias adoptadas pelo governo da Republica para os navios que procedem dos portos do Brasil. *Tratado de Amizade, Comercio e Navegação Brasil-Paraguai*. ANEXO nº 3 Regulamentos da Republica do Paraguai sobre o transito de navios brasileiros e paraguayos que se dirigem as possessões brasileiras, p. 5, Lata 1870, APMT.

Um dos casos mais notórios ocorreu durante a invasão paraguaia em solo mato-grossense, iniciada em 1864-1865, quando civis e soldados de ambos os lados foram castigados pelas epidemias, uma delas a da varíola, a partir do núcleo portuário de Corumbá. Durante a retomada da vila pelas forças brasileiras em 1867, a varíola contaminou a diminuta população, militares e civis, espalhando-se depois por toda a província e atingindo Cuiabá com um incalculável número de vítimas².

Um relatório de 1872 de vereadores de Corumbá, com o balanço das consequências da guerra na fronteira, afirmou que a varíola teria causado enormes danos a alguns grupos indígenas com pesadas perdas humanas, haja vista as aldeias Guaikurú, Xamacoco, Guaná e Guató quase dizimadas nessa época.

As antigas aldeias de índios existentes em Albuquerque [Corumbá], com a invasão paraguaya desaparecerão, e seus restos existem hoje espalhados pelo Município, confundidos com a demais população, empregando-se os indivíduos adultos do sexo masculino principalmente como tripulantes das canoas e nos trabalhos de lavouras: sobre esses a catechese nada mais tem de fazer. Existem porém ainda, em estado nômade os restos da grande nação guaycurú, habitante da margem esquerda do rio Paraguay, do Fôrte de Coimbra para baixo, e em estado errante os restos da nação Chamocôcos habitante da margem direita do mesmo rio. Dizemos restos porque ambas estas nações foram cruelmente dizimadas pela epidemia de bexigas, além de que os Guaycurús pela circunstância que lhes é particular, de que as mulheres só depois de uma avançada idade deixam que vinguem os frutos da própria concepção, tendem a desaparecer....

Existem mais nas margens da lagoa Gahyba e Mandioré... no rio S. Lourenço os diminutos restos da nação Guató, que a epidemia de bexigas fez quase completamente desaparecer...³

² “Luctamos aqui com uma medonha epidemia de bexigas, a qual do dia 14 de agosto a 17 do corrente nos arrebatou numero de victimas superior a 1.500, só nesta capital.” In Offício do Dr. J.V. Couto de Magalhães dirigido ao Presidente da Provincia de Matto Grosso em Cuiabá, 20 de setembro de 1867. *Offícios da Provincia de Mato Grosso*. APESP. No ano de 1881 ainda surgiam casos de *variolosos* em Corumbá, para os quais chegou a ser instalado um *lazareto* fora do perímetro urbano. Ver Offício da Intendencia Municipal de Corumbá em 14 de Dezembro de 1881. *Livro de Registro de Offícios da Camara Municipal, 1880-1894*, Fls. 80. ACMC.

³ *Relatorio dos vereadores João José Lopez Carneiro da Fontoura e Jacinto Pompeo de Camargo sobre o estado da lavoura do Município de Corumbá encaminhado ao Presidente da Provincia em 1º de Novembro de 1872*. APMT.

E, ainda nesse mesmo ano de 1872, o inspetor da Alfândega de Corumbá comunicava que uma epidemia de febre amarela desenvolvia-se em Montevidéu e indicava medidas preventivas para resguardar o porto local⁴.

O desenvolvimento comercial do núcleo urbano de Corumbá configurou um dos traços marcantes da formação da sociedade da fronteira e da ocupação estratégica da extrema faixa sul de Mato Grosso. Este núcleo apresentou características únicas em toda a região e, mesmo sendo o principal entreposto mercantil de Mato Grosso desse final de século, viveu às voltas com problemas permanentes em decorrência de sua condição periférica no contexto do mercado platino⁵ e da ausência de uma infra-estrutura urbana e sanitária adequada às características de seu crescimento. A grande afluência de estrangeiros para o seu porto fluvial influenciou o *modus vivendi* local, expressando-se na paisagem urbana e no cosmopolitismo. As diferentes origens desses elementos imigrantes (paraguaios, bolivianos, argentinos, uruguaios e europeus de modo geral) e os contatos da região com as cidades portuárias do Prata possibilitaram o florescimento de Corumbá mas, por outro lado, tornaram-na vulnerável e afetaram de forma direta toda a população da fronteira mato-grossense. Assim, o porto de Corumbá foi ao mesmo tempo porta da prosperidade comercial e acesso de gravíssimas crises de saúde pública, conturbando a vida e o desenvolvimento econômico da localidade. A cada surto de moléstias que acometia da cidade, por exemplo, ocorria uma reação em cadeia provocando distúrbios na vida econômica com aumento abusivo dos gêneros de primeira necessidade, crises de abastecimento, aumento de alugueis e fretes, imposição de preços por comerciantes monopolistas, incluindo remédios e medidas destinadas a combater os gargalos da higiene pública, sobretudo nos portos e passagens da fronteira seca.

Uma expressiva maioria do contingente populacional de Corumbá, nos anos de 1860 a 1920, permaneceu longe das condições satisfatórias de sobrevivência, vivendo nos limites da miséria. Os relatórios da administração mu-

⁴ *Offício do Inspector d'Alfandega d'Albuquerque ao Presidente da Provincia, em 20 de Maio de 1872.* APMT.

⁵ A propósito do contexto da Bacia do Prata e das articulações econômicas que viabilizaram o movimento mercantil do porto de Corumbá, determinando sua posição singular no mercado mundial em fins do século XIX, ver CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira: o sul de Mato Grosso. 1870-1920.* Campo Grande: Editora da UCDB, 1999.

nicipal não poupavam palavras para descrever e denunciar graves problemas sociais provocados pelo o fluxo sem controle de imigrantes, com a precariedade do abastecimento de água, com a ausência de saneamento básico da cidade e com a saúde pública e, além de tudo, a concentração da riqueza por um grupo reduzido de comerciantes resultante do comércio de importação e exportação de mercadorias. Contudo, as crises na saúde pública atingiram indistintamente ricos e pobres.

Um ofício do presidente da província de Mato Grosso, Hermes Ernesto da Fonseca, em 1877, afirmava haver em Corumbá sérios problemas com a população mais pobre e desamparada, mais suscetível às crises e epidemias.

A grande miseria que reina na ultima classe de moradores da Villa de Santa Cruz de Corumbá, quasi todos estrangeiros, e o facto asseverado por medicos de terem visto individuos succumbirem á fome e á molestia, completamente abandonados, sem remedios, trouxe a alguns distinctos e benemeritos cidadãos a ideia de fundar ali um estabelecimento de caridade para receber e socorrer aquelles infelizes...⁶

O sistema de abastecimento de água na localidade manteve-se por muito tempo deficiente e insalubre, explorado pela iniciativa particular e com a água retirada diretamente do rio, nem sempre em locais mais adequados. Para ser vendida à população e por preços altos, era

... recolhida em carretas ... com prejuizo da salubridade pública; em certas epocas do anno ella faz desenvolver inflamações intestinas e molestias peculiares a esta grave enfermidade⁷.

De todos os problemas apontados pelas autoridades locais, o mais grave residia na falta de manutenção e de controle das condições sanitárias do porto, onde atracavam embarcações de diversas origens e procedências. Em decorrência disso Corumbá foi assolada durante varias décadas por epidemias que provocaram profundas crises em sua organização social e econômica penalizando arduamente toda a comunidade local.

⁶ *Officio do Presidente da Provincia de Matto Grosso, Hermes Ernesto da Fonseca, em 18 de Setembro de 1877, AN*

⁷ *Relatorio do Presidente da Camara Municipal de Corumbá. Em 24 de Setembro de 1884. Manuscrito. In: Livro nº 205 Copias de Relatorios da Camara, projectos de leis e outros, 1875-1888. APMC.*

Em geral, os relatórios das doenças que grassaram em caráter epidêmico na cidade citavam sempre números altos de vítimas e muitos óbitos e, ainda, denunciavam o agravamento dos problemas sociais da cidade. Além disso, a câmara municipal enfrentava de forma costumeira a falta de recursos financeiros nas épocas adversas das epidemias, necessitando recorrer aos empréstimos sacados nas grandes casas comerciais locais que funcionavam como agências bancárias para atender às demandas excepcionais com socorros públicos⁸.

Um dos aspectos mais dramáticos das epidemias parece ter sido o abandono de doentes pobres pelas ruas e até de cadáveres insepultos. Havia, ainda, falta crônica de medicamentos e de hospitais mesmo provisórios. Além disso, as fugas em massa da população urbana para os campos e pantanais foram muito comuns nessas ocorrências, o que causou maior descontrole sobre a disseminação da doença e dos óbitos.

... os mortos e os doentes ... são em grande escala abandonados da maneira a mais iniqua; ... diversos doentes ... são abandonados no solo, a título de não serem parentes dos que os cercavam, ou são abandonados igualmente, por não serem patricios d'aquelles a quem servirão.⁹

As repercussões desses procedimentos levavam as autoridades de Corumbá a temer consequências mais drásticas, como a completa evacuação da cidade¹⁰.

Do período de 1867, ocasião da retomada de Corumbá, até a década de 1920, a cidade sofreu com o surgimento de mais de trinta surtos epidêmicos, dos quais a varíola foi recorrente, malgrado as campanhas de vacinação e os esforços infrutíferos das autoridades municipais. O cólera também castigou

⁸ Cópia do Offício do Presidente da Câmara Municipal de Corumbá, José Joaquim Rabelo ao Presidente da Província de Matto Grosso, em 25 de Fevereiro de 1887, Correspondência da Câmara com a Presidência da Província. In *Livro nº 169, 1886-1890*, fl. 23. ACMC.

⁹ Offício do Dr. Manoel Joaquim dos Santos dirigido ao Vice-Presidente em exercício Luiz Augusto Esteves da Câmara Municipal de Corumbá, em 8 de Dezembro de 1886. *Requerimentos e concessão de terreno, 1886-1906*. ArCba.

¹⁰ “Esta cidade em breve ficará abandonada, servindo os factos que se tem dado de tristes comentarios pelos Estrangeiros aqui residentes.” Relatório... 1884 citado In *Livro nº 205 Cópias de Relatorios da Camara, projectos de leis e outros, 1875-1888*. ACMC.

numerosas vezes a comunidade corumbaense, embora os documentos que registraram essas ocorrências apenas mencionassem o desenvolvimento de febres intestinas.

Quadro das Epidemias em Corumbá (1867 – 1920)

EPIDEMIAS	ANOS
Cólera	1886,1887
Coqueluche	1901
Febre Amarela	1872,1890,1912
Febres em geral	1882,1889,1912
Gripe Influenza	1890,1897,1915, 1919, 1920
Peste Bubônica	1902
Sarampo	1879,1901,1913
Tifo	1907,1912,1913,1915
Variola	1867,1872,1881,1884,1890,1891,1892,1897,1899,1900,1901,1903.1906, 1907, 1908

Fonte: CORREA, Lucia Salsa. Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920). Dissertação de Mestrado, FFLCH- USP, S. Paulo, 1980, 154p.

Como visto, a devastadora epidemia do cólera em Corumbá dos anos de 1886-1887, relatada em diversos registros detalhados, provocou a mais profunda crise local desde a invasão e ocupação paraguaia, desenvolvendo-se de forma avassaladora.

Tendo aparecido aqui a 5 do corrente [de dezembro de 1886] alguns casos de -cholera morbus- e causando isso um grande panico a ponto de muitas familias correrem de suas casas abandonando a cidade em procura de abrigo a tão terrivel epedemia e prevendo nessas retiradas maiores calamidades procurei persuadir a muitas do quanto era funesta essa medida e fiz publicar mesmo a 7 do corrente um boletim ..., aconselhando limpeza e fumêgações como os melhores preservativos de tal enfermidade pois com tais providencias pouco ou nada se devia temer./ ... A mortalidade tem attengido a mais de cem até hoje, so dos que morrem dentro desta cidade, por que os do Ladario e fazendas não são enterrados aqui; proporcionalmente é menor o numero dos casos fatais, pois a principio contava-se por mortos os doentes, ao passo que hoje que o povo ou descara menos dos seus enfermos ou a molestia ataca com caracter mais benigno a proporção dos mortos vai demenuindo em relação ao numero

de enfermos; achão-se todos mais animados apesar de existir doente grande numero de pessoas. ¹¹

Um cálculo aproximado estimou mais de mil pessoas atingidas pelo cólera nessa ocasião, embora as autoridades não tivessem meios confiáveis e eficientes para avaliar as perdas reais e os danos causados nessas circunstâncias.

Há muito a nossa cidade precisa de saneamento que não se tem podido realizar. Pelo obituário comparado ao Rio de Janeiro, cidade taxada de pestilenta, vê-se que aqui morre sempre 8 a 10 vezes mais que naquela cidade. ¹²

Somados aos problemas de saúde pública decorrentes da epidemia do cólera, apareciam igualmente outros fatores complicadores da situação aflitiva de Corumbá. A doença se fazia acompanhar pela carestia de alimentos e de mercadorias essenciais, pelo abastecimento irregular e alta generalizada de preços no mercado local.

... depois de haver grassado com grande intensidade a epidemia do cholera morbus desde o dia 7 de Dezembro ultimo, parece extinto o mal, visto não ter havido caso algum desde o dia 2 do corrente, mas não pensam assim os facultativos que ainda julgam em incubação, entretanto faz-se sentir a carestia e a falta completa dos generos alimenticios, os quais tem subido a preços fabulosos com exceção da carne...¹³

Nos anos de 1889-1890 a febre amarela fez grande número de vítimas, desencadeando mais uma crise em Corumbá e, na prática, repetiram-se os episódios dramáticos com a ocorrência do cólera de 1886-1887. Neste contexto de crise aguda a cidade chegou a receber auxílio diretamente do Rio de Janeiro, através do paquete *Ladario* que atracou no porto corumbaense em 2 de dezembro de 1889, trazendo medicamentos, médicos, farmacêuticos e gêneros alimentícios¹⁴.

¹¹ Cópia do Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Corumbá, Antonio Antunes Galvão, em 14 de dezembro de 1886. *Livro de Registro de documentos da Câmara Municipal de Corumbá com a Presidência da Província de Matto Grosso, 1886-1890*. Fls. 8-13. APMC.

¹² Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Corumbá, Antonio Antunes Galvão aos demais Vereadores, em 7 de Janeiro de 1887. APMC.

¹³ Cópia do Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Corumbá, em 19 de Janeiro de 1887 ao Presidente da Província de Matto Grosso. *Livro nº168*, citado. APMC.

¹⁴ Ofício do Presidente da Câmara Municipal, José Joaquim Rabello, ao Presidente da Província de Matto Grosso. *Livro nº 169*, citado. APMC.

Ainda assim, conforme os relatórios sobre a febre amarela, permanecia na cidade a mesma precariedade de saneamento básico e do abastecimento de água, possibilitando a proliferação de diversas outras doenças em caráter epidêmico, que provocavam verdadeiras calamidades na região fronteiriça.

...as [más] condições prendiam às habitações em Corumbá e ao habito de pouco asseio da mór parte de sua população, bem como a falta d'água, sua má qualidade, a imundicie da cidade e o nenhum cuidado da limpeza publica e domestica, constituirão focos permanentes de infecções ...¹⁵

Em 1890, a Delegacia de Higiene de Corumbá acusava a existência de pessoas vitimadas pela influenza (gripe) procedentes de Assunção, no Paraguai, onde esta moléstia se propagava¹⁶. No ano de 1891 reapareceu a varíola em Corumbá acompanhada das sequelas idênticas às crises anteriores. Repetiram-se, assim, as desolações sofridas pela camada mais pobre de sua comunidade, afetando igualmente todos os setores da sociedade local.

O traço recorrente das crises na saúde pública em Corumbá, sem dúvida, foi a carestia de alimentos e demais gêneros de primeira necessidade que flagelava a população, ocasiões nas quais os comerciantes locais promoviam altas desenfreadas nos preços das mercadorias disponíveis¹⁷. Dessa forma, os altos riscos das epidemias, o fechamento de grande parte das casas comerciais, o decréscimo e mesmo a paralisação dos transportes e do movimento portuário (e, como consequência imediata, o rompimento dos contatos com outras localidades e com o exterior), eram compensados no comércio pela grande especulação de preços, sobretudo, dos medicamentos. Os grandes comerciantes, capazes de realizar estoques e controlar o fluxo de importações do porto exercendo o monopólio do comércio regional, desencadeavam uma ação exploradora do mercado local, prática essa denunciada pelas próprias autoridades municipais quando ocorriam abusos ilimitados.

¹⁵ Offício do Dr. Alberto Saboia Viriato de Medeiros, Delegado de Higiene de Corumbá dirigido à Camara Municipal, em 15 de Janeiro de 1890. *Portarias e Documentos avulsos, 1890. Idem.*

¹⁶ Offício do Delegado de Hygiene Dr. Alfredo Ferreira do Valle ao Intendente Municipal de Corumbá, em 4 de Março de 1890. Caixa 1890, citada. *Idem.*

¹⁷ Offício do Presidente da Camara Municipal de Corumbá ao Presidente do Estado, em 14 de Fevereiro de 1893. *Livro de Registro de Offícios da Camara Municipal de Corumbá, 1890-1894. Idem.*

As denúncias apareceram com maior intensidade nos documentos relatados às autoridades da província de Mato Grosso, nos períodos críticos, e nessas ocasiões surgiram até mesmo denúncias de manipulação de informações que beneficiavam comerciantes especuladores¹⁸. No geral, entretanto, a estreita relação entre os grandes comerciantes atravessadores do mercado regional e o poder constituído na municipalidade gerava a conivência com as práticas monopolistas e exploradoras. Essa cumplicidade ficava explicitada em denúncias ocasionais da imprensa local:

... as condescendências descommunais, as tolerancias desordenadas, contra lei postas em estylo, unicamente para não desgostar pessoas altamente collocadas, são o maior mal de nossa terra; mal cujos máos resultados não repercutem tão somente nos filhos desta provincia; tambem férem directamente a outros, que na mesma provincia habitão.¹⁹

Uma das formas encontradas para superar a carestia de gêneros alimentícios e remédios em Corumbá, decorrente destes episódios e da paralisação do fluxo fluvial, era o recurso aos socorros públicos solicitados aos governos provincial e central. Na ocasião do cólera de 1886, por exemplo, foi realizada a distribuição de grande quantidade de víveres aos pobres e indigentes em Corumbá, e parte desses gêneros foi vendida a preços normais à pequena parcela da comunidade que tinha algum recurso para adquiri-los, medida que pretendia colocar um freio na onda de especulação e na alta generalizada de preços na praça local²⁰.

Na fase republicana, de forma regular, a câmara municipal e a intendência de Corumbá solicitavam o apoio do governo estadual para executar medidas preventivas, tais como obras de saneamento básico e abastecimento de água, a fim

¹⁸ “...alguns medicos e particulares para algum fim inconcessavel tem feito echo de que a epidemia ainda reina nesta cidade...” Cópia do Off. do Presidente da Camara Municipal de Corumbá, Generoso Nunes Nogueira, dirigido ao Presidente e Vereadores da Camara Municipal de Miranda, em 24 de Janeiro de 1887. *Livro de Registro*, citado. *Idem*.

¹⁹ Editorial do *Corumbaense*, Anno VII, nº 48, Corumbá, 23 de Dezembro de 1886, p. 1. *Idem*.

²⁰ Tabela demonstrativa do modo que forão destrebuidos os generos remetidos Pela Prezi-dencia da Provincia a Camara Municipal de Corumbá pela Lancha Santa Cruz, em 22 de Janeiro de 1887. In Officio do Presidente da Camara Municipal de Corumbá ao Presidente da Provincia de Matto-Grosso, em 31 de Janeiro de 1887. *Officios dirigidos à Camara, 1874*. *Idem*.

de que não se repetissem os fatos das epidemias anteriores, alegando os graves prejuízos causados à cidade, ao comércio e os

.. danos irreparáveis que afectam a economia vital do paiz, depauperando-lhe as forças e afugentando os estrangeiros, de cujo concurso muito necessitam os paizes americanos, que almejam progredir.²¹

No ano de 1897, a câmara municipal registrava a notícia de que a varíola havia novamente surgido em alguns pontos centrais do Paraguai e recomendava a vacinação preventiva da população corumbaense²². A varíola, de fato, reapareceu na cidade em dezembro de 1899 até setembro de 1900, mesmo com o recebimento de vacinas provenientes de Assunção e com a vacinação de 418 pessoas que voluntariamente se apresentaram na câmara municipal. Contudo, em relatório ao intendente municipal, o Dr. Santos Malhado, presidindo uma comissão de socorros públicos, queixava-se do aumento de casos de enfermos e da relutância da maioria da população em receber a vacina, necessitando inclusive de aparato policial para executar seu trabalho de convencimento da população para a prevenção da varíola²³.

No ano seguinte, 1901, a intendência acusava em seu relatório anual à câmara municipal, a ocorrência de um surto de sarampo e coqueluche entre crianças da comunidade, registrando muitos óbitos²⁴.

Já o ano de 1902 ficou marcado pela passagem da peste bubônica por Corumbá, afetando a população e desorganizando as atividades locais à semelhança das situações críticas anteriores.

Não obstante as boas condições do nosso clima e a excelente situação topographica da nossa cidade, o estado sanitario, assim como nos dous annos anteriores este terceiro, prestes a findar, infelizmente deixa também registrado

²¹ Cópia do Offício dos Vereadores João Pedro Cavassa, Miguel Henriques de Carvalho e Salvador Paes de Campos, dirigido ao General Antonio Maria Coelho, em 29 de Julho de 1890. Livro *Registros de officios de diversas autoridades, 1890-1894*. *Idem*.

²² Acta da sessão ordinaria da Camara Municipal de Corumbá, em 17 de novembro de 1897. Livro *de Actas n° 183 de Actas das Secções da Camara, 1895-1898*. Fls. 88-89. *Idem*.

²³ Relatório do Dr. Domevil José dos Santos Malhado ao Intendente Municipal de Corumbá, João Pedro Cavassa, em 1° de Outubro de 1900. *Requerimentos e officios dirigidos á Camara*. *Idem*.

²⁴ Relatório do anno de 1901 da Intendência Municipal de Corumbá ao Presidente e demais Vereadores da Camara Municipal, em 31 de Outubro de 1901. *Officios Dirigidos á Camara Municipal de Corumbá*. *Idem*.

um período calamitoso na memória da população, em consequência do aparecimento do peor dos flagellos da humanidade – a peste bubonica – que vem produzindo regular numero de victimas²⁵.

O comandante do 7º Distrito Militar de Corumbá, no ano de 1903, em seu relatório ao chefe do Estado Maior do Exército, descrevia as condições apresentadas pela região, do ponto de vista estratégico-militar, como ideais para sediar o Distrito Militar da Fronteira. Todavia, do ponto de vista da saúde pública, apontava a insalubridade da região e a vulnerabilidade de seu porto como desestímulo ao serviço de soldados e oficiais que temiam a sua fama de cidade pestilenta.

...o facto de ser o porto de entrada do Estado e o mais importante, pelo que se está desenvolvendo extraordinariamente a mesma cidade, tanto em commercio como em população, convencem de que aqui deve ser mantida, ao menos por muitos annos, a séde do Districto militar... [Corumbá] ... não se pode chamar uma cidade salubre, principalmente para o soldado, cuja vida é mais ou menos sedentaria no quartel ou acampamento. D’ahi resulta que as praças de pret são facilmente affectadas de beri-beri, febres intermitentes, palustres, etc... Isto justifica em parte o terror de que se possuem os officiaes e as praças que têm de vir para este Estado e até os d’elle naturaes, que vêm de outras guarnições...No ano de 1906, comerciantes comprometidos com o abastecimento de água da cidade assinaram um relatório encaminhado à câmara municipal, para justificar o atraso das obras a que estavam obrigados e arrolavam diversos fatores como a crise financeira do país, a alta de preços de mercadorias importadas e dos fretes, as questões políticas geradoras de grande instabilidade no estado mato-grossense e na fronteira e as epidemias

...que, infelizmente têm assolado esta cidade durante o período dupra referido, entre os quaes destaca-se a terrivel peste levantina, outros [causas], finalmente ligadas as inundações periodicas do rio Paraguay, sobresaando a do anno passado [1905], que produzio a completa desorganização dos serviços, prejudicando lavradores, creadores, negociantes, industriaes, operarios, em summa, toda a população do Municipio, não sendo pequeno o número dos habitantes que ficarão reduzidos á extrema pobreza, lamentando-se que, em face d’uma

²⁵ Relatório do Intendente Geral do Município apresentado a Camara Municipal em sua legislatura ordinaria do corrente anno, em 31 de Outubro de 1902. *Caixa 1876-1886. Idem.*

calamidade pública, não viesse o Governo Federal em socorro da população flagellada.²⁶

A intendência de Corumbá, no ano de 1907, admitia estar ainda lutando para debelar a varíola na cidade com casos recorrentes desde 1903, sempre acometendo a população mais pobre e sem recursos. O mesmo ocorria com a febre tifóide, presente anualmente na cidade. Tal situação perdurou até por volta de 1920, quando se repetiram numerosos casos de tifo e outras febres gastrointestinais, como eram registradas as doenças de caráter epidêmico surgidas nessa época em Corumbá.

As autoridades locais, embasadas em relatórios de saúde pública, responsabilizavam a comunidade por não acatar as imposições legais que determinavam a vacinação obrigatória e normas básicas de higiene pública, tanto nos logradouros públicos como nos estabelecimentos e residências particulares. Estas normas referiam-se ao fornecimento/abastecimento de água potável, ao lixo despejado nas ruas e praças públicas, ao hábito de muitos cidadãos criarem porcos e outros animais em suas casas sem o menor cuidado e sem confinamento, e mais outros hábitos pouco recomendáveis.

Além do mais, dentre todos esses graves problemas, havia a existência de diversas pessoas acometidas da hanseníase convivendo no seio da comunidade local sem o tratamento adequado, que na época determinava o isolamento dos doentes. O relatório do intendente de Corumbá, no ano de 1922, manifestava sua preocupação com o desenvolvimento da hanseníase em Corumbá e em Ladário, acusando a comunidade de conviver de forma promíscua e descuidada com portadores do mal de Hansen²⁷.

Estas constantes crises de epidemias e de carestia em Corumbá criaram, por sua vez, um clima propício à violência, com a frequente ocorrência de tumultos, tanto pelo terror da contaminação e desconhecimento da eficácia de medidas preventivas, como pela desigual distribuição e venda de gêneros de socorros públicos.

²⁶ Requerimento enviado ao Presidente e de mais Membros da Camara Municipal de Corumbá, em 27 de Setembro de 1906. *Caixa 1895-1908*. APMC.

²⁷ Relatório anual da Intendência de Corumbá a Câmara Municipal, em 6 de Novembro de 1922, pelo Intendente João Christiao Carstens. APMC.

Nesse sentido, no âmbito da saúde pública, expressou-se de forma bem clara a condição de fronteira aberta do porto e, conseqüentemente, da cidade de Corumbá vulnerável a distintas formas de interferência externa. Além disso, houve as limitações da medicina e das providências necessárias tomadas na época, muitas vezes sem o devido conhecimento das causas e das sequelas das doenças, ou mesmo da origem da contaminação.

É importante lembrar que as mesmas doenças que castigaram Corumbá ocorreram sob a forma de epidemias também em outras regiões da Europa e dos Estados Unidos da América, como o cólera, a febre tifóide, gripe, varíola durante diversos períodos ao longo do século XIX. No Rio de Janeiro, o cólera atingiu grande parte da população em 1855, e na cidade de Santos, no estado de São Paulo, a febre amarela e a peste bubônica flagelaram sua população em 1889. O movimento dos portos e do comércio em escala mundial foi um fio condutor que irradiou as epidemias por todos os cantos do planeta, sobretudo para as Américas. A internacionalização das águas do rio Paraguai foi, portanto, uma forma de Corumbá inserir-se no circuito dos portos nacionais e internacionais, participando do movimento mundial das comunicações modernas, dos intercâmbios comerciais e do processo de imigração.

Os registros que testemunharam as ocorrências de surtos epidêmicos em Corumbá são, de fato, esclarecedores quanto à natureza e ao caráter da sociedade que ali se formou desde as suas origens, quando se constituiu num assentamento fronteiriço singular, projetando-se como ponta de lança dos domínios lusitanos no período colonial. Em fase posterior, na segunda metade do século XIX, Corumbá assumiu um papel mais relevante nos sertões mato-grossenses em face de sua situação de entreposto comercial de abastecimento regional e corredor de exportação de matérias-primas, crescimento que não foi acompanhado de melhoria na qualidade de vida de seus habitantes. Esses registros são, portanto, muito eloquentes e desvendam a natureza dos núcleos populacionais da fronteira mato-grossense, lugares onde viver nos fins do século XIX e nos primórdios do XX foi um desafio permanente e uma aventura real.

Enquanto este novo trem atravessa o litoral central: Platinidade, poéticas do deslocamento e (des) construção identitária na canção popular urbana de Campo Grande, MS

Alvaro Neder*

A suposta “identidade cultural” do MS é definida na atualidade por meio de símbolos rurais como a música “regional” e o Pantanal. Entretanto, constata-se que, ao contrário, ambos eram, há poucas décadas, recusados como traços identificatórios pela maior parte da população. Procedeu-se, então, a esta investigação etnomusicológica, utilizando-se o método etnográfico e análise de canções. Como resultados, verificou-se que estamos frente a um complexo e contraditório processo de “invenção de uma tradição”, que, entretanto, teve efetividade material na construção de oposições críticas ao status quo.

Palavras- chave: música regional; etnomusicologia; pós-estruturalismo

Mato Grosso do Sul’s alleged “cultural identity” is currently defined through rural symbols,

Introdução

No dia 23 de Setembro de 2006, o serviço de notícias via internet **MS Notícias**, sob o título “No próximo domingo, show reúne três gerações da música no MS”, faz a seguinte observação: “Nomes como Geraldo Roca e Paulo Simões, autores de ‘Trem do Pantanal’, música que é considerada o hino do Mato Grosso do Sul, também são destaques do show...”¹.

Efetivamente, esta canção, e outras do movimento nomeado pelo jor-

* Mestre em Educação pela UFMS. Doutor em Música. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro / IFRJ. alvaroneder@ig.com.br

¹ *MS Notícias*. “No próximo domingo, show reúne três gerações da música de MS”. ARRUDA, Josemil. Campo Grande, 23.09.2006. Disponível em: <<http://www.msnoticias.com.br/?p=ler&ide=204918>>. Acesso em: 23.09.2006.

such as “regional” music and the Pantanal. On the contrary, however, both elements were, just few decades ago, refused as identificatory traces by the largest part of the population. Such problem prompted this ethnomusicologic investigation, which used the ethnographic method and song analysis. As results, it was

discovered that we are witnessing a complex and contradictory process of “tradition invention”, which, notwithstanding, had material effectivity in the construction of critical oppositions to the status quo.

Key words: regional music; ethnomusicology; post-structuralism

nalista e pesquisador musical José Octávio Guizzo como moderna música popular urbana do MS¹, são, na atualidade, geralmente aceitas como representativas da identidade² cultural do estado. Entretanto, ao contrário, poucas décadas antes era uma música vista como “dos malucos” da cidade, relacionada à contracultura e à contestação. Como uma música marginal, em pouco tempo, se torna o “hino do MS”?

Este momento de desinteresse foi retido pela memória da professora Maria da Glória Sá Rosa, pesquisadora da música campo-grandense, quando, em artigo em que história a moderna música urbana do estado, lembra: “Houve época em que (...) os compositores eram ironizados por uma população voltada somente

¹ GUIZZO, José Octávio. *A moderna música popular urbana de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: EdUFMS, 1982, p. 5.

² O termo “identidade”, que será muitas vezes empregado, tem sido usado de diversas e conflitantes maneiras, muitas das quais associadas ao essencialismo e/ou ao regionalismo, sendo, portanto, necessário conceituá-lo de imediato com o sentido que será utilizado aqui. Etimologicamente, “identidade” deriva do latim *identitas*, provavelmente uma fusão de *idem*, “o mesmo”, e *entitas*, “entidade” (Identidade, 1997). Como tal, em uma perspectiva pós-estruturalista, como a adotada neste trabalho, o termo “identidade” exprime um conceito errôneo, pois um sujeito dividido (entre um efeito de consciência, provocado pelo discurso, e seu inconsciente) não poderia, em qualquer circunstância, ser idêntico a si próprio. Entretanto, o termo é utilizado mesmo assim, em virtude de sua ampla aceitação em volumosa e importante bibliografia nas ciências sociais e humanidades. Para o pós-estruturalismo, o conceito mais adequado às vicissitudes da produção (sempre precária, não essencial, problemática e descentrada) do sujeito seria “subjetividade”. Isso porque este coletivo teórico tende a compreender o que se chama de “identidade” como um conjunto de diferentes “posições subjetivas” assumidas temporariamente pelo sujeito ao ativá-las por intermédio do discurso – inclusive os discursos verbais e musicais veiculados pelas canções. Portanto, ao conceito estático de “identidade” é preferida uma *política de representação*, que permite a contínua desestabilização da ideologia dominante por intermédio de *práticas* de intervenção ativa dos sujeitos e grupos não-hegemônicos sobre as modalidades de representação, neste caso, com destaque para a canção.

para o lucro . . .”³. Esta marginalidade é confirmada também pelos próprios compositores do movimento e campo-grandenses que viveram nessa época, como atestam os diversos depoimentos colhidos para este trabalho.

Em vista disso, a naturalidade com que tais relatos atribuem à população do MS em geral o sentido identificatório veiculado por uma canção contracultural, celebratória dos alternativos hábitos vagamundos dos mochileiros, e enaltecadora de elementos humanos e culturais atribuídos pelas elites ao atraso (o paraguaio, o boliviano, o caipira, o índio) não deixa de causar espécie. Procurando oferecer uma contribuição para a compreensão deste enigma, produzi uma segunda tese de doutorado⁴, cujos resultados são parcialmente divulgados aqui.

O movimento em questão teve início no final dos anos 60 e pleno desenvolvimento nos anos 70, chegando ao auge de sua popularidade nos anos 80 e sendo atuante até o momento, quando, inclusive, é apropriado pelas gerações mais jovens. Nunca articulado como tal por meio de manifestos, organizou-se de maneira flexível em torno dos compositores Geraldo Espíndola, Paulo Simões e Geraldo Roca, cuja produção se insere na formação discursiva analisada aqui. Propostas importantes e individualizadas, como as do Grupo Acaba, desde o princípio esforçaram-se por diferenciar-se das já diversas concepções musicais e culturais dos três compositores, mas não chegaram a constituir um movimento à parte e mantiveram-se envolvidas na mesma categoria, instrumentalizada sempre que projetos individuais ou coletivos e séries de shows e gravações são implementados.

Dada a diversidade que caracteriza o movimento, poderia se pensar que, talvez, o único traço comum entre todos os seus participantes pudesse ser a tematização de Mato Grosso do Sul em suas letras e/ou por intermédio do emprego de gêneros musicais ou instrumentos aí encontrados. No entanto, há uma quantidade de canções importantes neste repertório que não utilizam qualquer

³ ROSA, Maria da Glória Sá. Música, signo revelador de uma cidade. In: MEDEIROS, L. P., CUNHA, M. L. (Orgs.). *Campo Grande – 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Ed., 1999, p. 221.

⁴ NEDER, Alvaro S. C. “*Enquanto este novo trem atravessa o Litoral Central*”: platinidade, poéticas do deslocamento e (des)construção identitária na canção popular urbana de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 2011. Tese (Doutorado em Música) – Programa de Pós-graduação em Música, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

traço regional reconhecível – caso de, por exemplo, “Uma pra estrada” (Geraldo Roca), “Mochileira” (Geraldo Roca), “Abril” (Celito Espíndola e Antonio Porto), “Vida bela vida” (Guilherme Rondon e Paulo Simões) e muitas outras. Sendo assim, desde o início, este movimento se caracteriza por sua ausência de unidade estética, estilística e ideológica. Coloca-se, portanto, em conflito com a ideia de “identidade”, e solicita, ao contrário, uma investigação sobre seu papel na desconstrução de identidades.

Embora a referida denominação cunhada por Guizzo seja mencionada ocasionalmente, principalmente na imprensa escrita e livros, há várias outras e pouco consenso quanto a seu uso. Entretanto, o título genérico de “música regional” ganhou, com o tempo, larga aceitação, sendo amplamente utilizado. O nome chama a atenção, pois o mais superficial exame dessa música evidencia tensões entre elementos regionais, ideologias nacionalistas e gêneros transnacionais articulados por intermédio da globalização capitalista.

Uma primeira indicação para as possíveis razões do rótulo “música regional” são as ligações entre essa música e a atividade pecuária. Conforme discutiremos, são fortes as relações ideológicas entre essa música nascida em um estado agrário e a configuração das forças produtivas nesse mesmo estado. A base econômica pecuária que constituiu e constitui esta unidade federativa será estudada como um dado, visto que qualquer elemento, cultural ou outro, aí encontrado, não pode ser sequer pensado sem levá-la em consideração – mesmo que a ela se oponha.

Entender a configuração própria que assume a atividade pecuária no sul do antigo Mato Grosso pressupõe compreender a intensa busca por desenvolvimento tecnológico e econômico liderada pelos fazendeiros. A pecuária, nessa parte do estado, orientou-se desde cedo para a busca de inovações que dinamizassem a economia local, no que foi extremamente bem sucedida. Promovendo o melhoramento genético de seus rebanhos e investindo em sua nutrição, os pecuaristas aumentaram o efetivo de bovinos do estado para a cifra de 22.325.663 cabeças, colocando-o em terceiro lugar entre as unidades da federação, com a participação de 10,9% no quantitativo nacional – dados de 2009⁵.

⁵ IBGE. *Efetivo de bovinos em 31.12 e participações relativa e acumulada no efetivo total, segundo as Unidades da Federação e os 20 municípios com os maiores efetivos em ordem decrescente – 2009*. Disponível em: <http://www.ibge.gov/home/estatistica/economia/ppm/tabelas_pdf/tb10.pdf> Acesso em: 14 jul. 2011.

A pecuária constituiu-se, assim, no sustentáculo da modernização capitalista na região. Ao contrário, as forças urbanas do século 19, os grandes comerciantes de Cuiabá e Corumbá, que eram ligados ao capital financeiro internacional, passado um período de predominância e forte exploração ao pecuarista, tornaram-se decadentes na segunda década do século 20⁶. O novo comércio que passou a existir em Campo Grande, concomitante à gradativa transformação dessa pequena vila em centro político e econômico após 1914, permaneceu, por algumas décadas, inteiramente dependente da atividade pecuária. Com o controle das forças produtivas mantido pelos pecuaristas, a ênfase na modernização, proposta por eles, influenciou decisivamente a ideologia da cidade de Campo Grande, escolhida como sede para as articulações dessa classe.

Esta peculiar configuração local assumida pelas forças produtivas do campo e da cidade deve ser mantida em mente, pois há, portanto, forte relação entre a orientação modernizante dos pecuaristas, a ideologia desenvolvimentista da cidade de Campo Grande e a própria busca, por parte dos compositores e músicos aqui em foco, de manterem-se atualizados com relação às últimas tendências culturais internacionais e nacionais. Haverá, no entanto, contradições entre a base econômica e política pecuarista e os profissionais liberais e comerciantes de Campo Grande. Não poderia deixar de haver, também, contradições entre pecuaristas e compositores.

Esta cidade, que, desde o início do século 20, produziu uma economia em que cada vez mais predominou o setor de serviços, inicialmente estava voltada inteiramente para o atendimento das necessidades do campo e das fazendas. Gradualmente, no entanto, começou a desenvolver um potencial de produção e consumo próprios que lhe propiciaria certa autonomia com relação ao interior e ao mundo agrário. Surgiu, então, desses profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos, um projeto de urbanização, atualização técnica e modernização produtiva e cultural voltado para Campo Grande que seria parcialmente dissonante em relação às necessidades dos pecuaristas. Como parte da classe média urbana, sendo ideologicamente identificados a estes setores de serviços, os compositores também manifestariam em suas canções estas contradições em

⁶ ALVES, Gilberto Luiz. *A casa comercial e o capital financeiro em Mato Grosso: 1870 – 1929*. Campo Grande: EdUNIDERP, 2005, p. 30.

relação aos fazendeiros. Tais conflitos ficam expressos, entre outras canções, em “Polca outra vez”, de Geraldo Roca.

Além da economia, a música e cultura de Campo Grande, das quais é ponta de lança a música de que estamos tratando, diferem sobremaneira daquelas do restante do estado. Basicamente, Campo Grande adota um perfil mais urbano, cosmopolita e tecnologizado, alinhado com sua situação de centro decisório, onde residem tanto os empresários rurais detentores de propriedades localizadas no restante do estado quanto os profissionais liberais, funcionários e comerciantes urbanos. Estes, a um só tempo necessitam das receitas geradas pela agropecuária – muitas vezes até estão vinculados às oligarquias rurais por parentesco – e manifestam ambiguidade frente à sua estruturação social e ideológica. A cidade usufrui da economia agrária do interior, mas não se envolve diretamente com ela, assumindo a função de fornecedora de produtos e serviços, com destaque para o comércio. Como resultado desses conflitos entre os setores urbanos e agrários, a participação da agropecuária no Produto Interno Bruto [PIB] do estado vem decrescendo: de 46,7% em 1980, passou a 16,6% em 2008, principalmente devido ao crescimento da participação dos serviços⁷. No entanto, estes setores de serviços estão desproporcionalmente concentrados na capital. Já o interior possui uma realidade fortemente agrária, o que transparece em suas preferências culturais.

Esta realidade dicotômica propiciou uma busca de distinção e atualização cultural, por parte da cidade de Campo Grande, baseada, desde a segunda década do século 20, na importação de modelos de fora – exatamente a maneira como os pecuaristas procuraram modernizar sua atividade. Tal busca de atualização expressa, portanto, a ideologia modernizante dos pecuaristas, bem como consensos parciais e certa interdependência obtidos entre esta classe e os setores urbanos. Músicas de sucesso nas grandes capitais nacionais e internacionais chegavam

⁷ SUPLAN/SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO (Campo Grande, MS). *Produto Interno Bruto - PIB/MS, 1980/97* (mimeo), [199-]; IBGE. Tabela 7 – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação – 2004 -2008. Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/tabelas_pdf/tab07.pdf>. Acesso em: 19 nov 2011; IBGE. Tabela 7. Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação – 1995-2008. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regioinais/2008/tab07_retropolacao.zip. Acesso em: 19 nov. 2011.

pelo rádio, e cantores e orquestras famosos eram trazidos por iniciativa de um clube da elite local, o Rádio Clube, que muito investiu na atualização cultural do campo-grandense. À medida que a cidade crescia, novos clubes, emissoras de rádio e TV aumentaram essa oferta de produtos importados.

A dicotomia mundo rural versus mundo “desenvolvido”, que se projetava sobre a dicotomia capital versus interior era, assim, mapeada a partir dos gêneros musicais em voga nos bailes de Campo Grande. Nesses bailes, especialmente no Rádio Clube, mas não apenas nele, era esperado que a programação constasse de gêneros da moda buscados nas capitais brasileiras e internacionais, sendo executados com toda a competência por músicos locais ou trazidos de fora especialmente para a ocasião. No entanto, por volta de meia-noite, quando a animação estava no auge, desencadeavam-se indefectivamente as animadas polcas paraguaias. Referidas como “limpa-banco” devido ao furor dançarino que suscitavam, as polcas sempre fizeram muito sucesso, impelindo todos ao salão. Fossem bailes de carnaval, de réveillon ou qualquer outra ocasião durante o ano. Portanto, como verdadeira tradução da ideologia dominante, que opunha o rural ao cosmopolita, capital e interior, nos bailes não havia mistura entre as músicas “da capital” e “do interior”. Ocupavam elas seções claramente delimitadas da vida social.

Devido a toda essa ênfase no cosmopolitismo e no desenvolvimentismo, entendidos como necessidades locais históricas do desenvolvimento capitalista, liderado pela economia agrária – especialmente pecuária –, a ênfase recente na ideia de regionalismo surge como interrogação. Para os três compositores iniciais do movimento, o rock e a contracultura – recebidos pela via midiática – foram influências fundamentais, o que coloca em primeiro plano a ênfase nos fluxos globais, econômicos e culturais. Há, inclusive, depoimentos, em que criticam explicitamente a noção de regionalismo (Simões: “Algumas músicas (...) que tentavam denunciar a situação envolvendo o planeta inteiro e não só um estilo regional de criação era o que nos interessava!”; Geraldo Espíndola: “Eu acho que regional é coisa pra jornalista catalogar”⁸).

⁸ *Apud* SIMÕES [CORRÊA FILHO], Paulo (Coord.). *Raízes da música em Mato Grosso do Sul*. Entrevistas com compositores. Realização inédita da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Entrevistas realizadas em 1984. [Campo Grande]: [s.n.], [1984?]. Cópia datilografada, não paginada.

O regionalismo, portanto, não era reclamado, inicialmente, pelos participantes do movimento. Na verdade, passa gradualmente a ser aceito à medida que se estabelece a divisão do estado, em 1977. Sendo assim, torna-se significativo em si mesmo: o que pretenderia definir, conciliar, defender ou orquestrar? Não seria plausível ver uma relação entre este regionalismo reclamado e o movimento divisionista? E, caso existente, o que significaria essa relação? E qual seria o papel dessa música nesse processo?

O tema do divisionismo merece atenção concentrada, devido à sua importância para esta música e cultura. Causa centenária no sul do antigo Mato Grosso, o divisionismo se apoiou justamente em um regionalismo exacerbado, que visava defender e justificar a ideia de separação “do norte”⁹ enumerando as diferenças entre as duas regiões e salientando as singularidades do sul. Conforme argumenta a historiadora Marisa Bittar¹⁰, a divisão se apresenta como uma articulação das elites agrárias sulistas visando reter o poder político e econômico sobre o sul por meio da transformação dessa região em um estado independente.

No entanto, apesar de estratégico para o projeto de poder dos proprietários de terras, o regionalismo, com seu caráter estático, vai de encontro ao dinamismo da ideologia desenvolvimentista desses mesmos proprietários. Por supor possível narrar a realidade local sem se reportar ao estágio de desenvolvimento do capitalismo global, o regionalismo entra em contradição com a necessidade da atividade pecuária em manter-se atualizada com as últimas inovações técnicas e tecnológicas. Ao contrário, é necessário, para o progresso dessa atividade, reportar-se continuamente ao mercado global, que é também a instância que adquire sua mercadoria. Sendo assim, a questão da “música regional” se insere no interior – e expressa a tensão – de um amplo processo contraditório, cuja análise e interpretação são justamente o objetivo principal deste artigo¹¹.

⁹ O antigo estado do Mato Grosso uno era composto, na verdade, de três regiões bastante distintas em seus aspectos: o sul, ocupado pelo atual Mato Grosso do Sul, o norte, com características derivadas de sua proximidade com a floresta amazônica, e o centro, ocupado pela capital Cuiabá. No entanto, Cuiabá terminou por ser referida como o “norte”, como consequência da polarização divisionista que a opôs ao sul, dominado historicamente por Campo Grande.

¹⁰ BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: a construção de um estado. Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso*. Volumes 1 e 2. Campo Grande: UFMS, 2009;

¹¹ A contradição é compreendida, aqui, a partir da matriz psicanalítica, como fruto do embate entre pulsões destruidoras e criativas, inerentes aos sujeitos inseridos na cultura, e, a partir da teoria

Adicionando-se entre as múltiplas contradições já apontadas até aqui, o advento dessa “música regional” – termo que, como vimos, interessa às elites pecuaristas para consolidação de sua hegemonia após a divisão – se deu na década de 1960, marcada por momentos históricos críticos ocorridos no estado. Nestes momentos, as populações do então Mato Grosso manifestaram sua rejeição aos grandes proprietários rurais e pecuaristas, tradicionais comandantes da política estadual, bem como à ditadura. Tal rejeição trouxe vitórias expressivas para a oposição, nas eleições de 1965, 1966, 1974, 1978, 1982, 1996 e 1998.

Em 1965, pouco tempo antes do surgimento da “música regional”, o político sulista Pedro Pedrossian (PSD) foi eleito governador do estado, concorrendo com o tradicional fazendeiro Lúdio Martins Coelho (UDN), candidato do regime militar. Desde o início de sua campanha, Pedrossian, um engenheiro de origem humilde, se voltava contra “as oligarquias e estruturas feudais que sempre dominaram Mato Grosso”¹², e contou com o apoio da esquerda, do PTB e dos ferroviários do estado – ou seja, parte dos setores urbanos. Esta campanha se insere num período, que se estende dos anos 1960 aos 1970, caracterizado por uma grande efervescência cultural em Campo Grande. Tal efervescência caracterizou-se pela criação da universidade estadual (depois federal, UFMS), faculdades e festivais de música e teatro afinados com os movimentos estudantis de oposição à ditadura no Rio de Janeiro e São Paulo. É de se notar que os envolvidos nesses festivais fossem, justamente, os profissionais liberais, funcionários e comerciantes

marxista, como o que poderia levar a uma transformação do modo de produção. Justifica-se, assim, o esforço analítico em não tentar resolver as contradições, testemunhando-se, ao contrário, sua proliferação. Pressupõe-se, neste trabalho, que as práticas culturais tornam-se tão mais transformadoras quanto mais contraditórias sejam. Se for assim, a medida de seu potencial transformador é a quantidade de pessoas que envolvem, e a capacidade dessas práticas de gerar polêmica e debate entre as pessoas envolvidas. Desta maneira, embora seja inegável que o movimento musical aqui estudado não expresse as lutas dos setores mais oprimidos da população sul-mato-grossense, exprimindo os dilemas das classes médias diante das articulações dos setores dominantes em torno de um projeto de poder regional e nacional, seus significados não se esgotam aí. Isso porque seu estudo evidencia, justamente, a contradição entre diferentes projetos: se é identificável tal articulação de setores dominantes do estado, a ela se superpõem inúmeras outras polêmicas, envolvendo a inclusão de saberes tradicionais, a preocupação com etnias indígenas, a integração da América Latina com o questionamento da hegemonia econômica, política e cultural dos grandes centros brasileiros, e, a partir do ideário da Nova Esquerda e dos Estudos Culturais, a reformulação dos papéis sociais das mulheres e dos homens, dos costumes e dos usos dos corpos – polêmicas que abrangem virtualmente todas as classes sociais.

¹² Pedro Pedrossian, *apud* BITTAR, Marisa. *Op. cit.*, volume 2, p. 98.

da cidade de Campo Grande, que são os setores de serviços já descritos como interessados na busca de um caminho singular para a urbanização da cidade, independente das direções impostas pela economia agrária. Foi justamente nesses festivais – mais precisamente na segunda edição, em 1968 – que nasceu a música aqui estudada, a partir da atuação conjunta de Paulo Simões e Geraldo Espíndola. Foi por esta época em que começam a compor juntos, adicionando, logo depois, Geraldo Roca e outros a seu círculo.

Talvez não fosse por coincidência que a referida dicotomia ideológica entre capital e interior, mapeada a partir dos discursos musicais nos bailes de Campo Grande, continuaria a se verificar no I Festival, que ocorreu em 1967. Este evento colocou lado a lado, sem uma mútua contaminação que trouxesse consequências imediatas para a produção local, a canção regionalista “Mané Bento, vaqueiro do Pantanal” (Paulo Mendonça de Souza/ José Otávio Guizzo) e cópias de canções metropolitanas. No entanto, “Mané Bento” desencadeava um processo de grande importância: o desrecalque da realidade rural, reprimida pela sociedade de Campo Grande em sua busca de modernização. O choque causado pela pioneira canção regionalista e a percepção de que as elites urbanas buscavam se dissociar das referências a Mato Grosso, ao Pantanal e à vida no campo, em geral, ficam expressas no comentário de Simões:

No Festival de 67 surpreendeu-me a música vencedora – “Mané Bento, vaqueiro do Pantanal – (...), pois através dela, pela primeira vez me ocorreu que eu estava em Mato Grosso e que Mato Grosso poderia ser tema de música! O que mais me impressionou foi uma música falando de Pantanal ser apresentada com toda pompa à elite campo-grandense.¹³

Mesmo com o dado fundamental representado pelo rompimento do silêncio com relação à realidade rural do estado em uma produção cultural apresentada às elites urbanas, passado e presente, rural e urbano continuavam a ocupar, assim, partes relativamente estanques da vida social, indicando interditos e segregações. É apenas com a hibridação, em uma mesma produção, do arcaico e do moderno, do campo e da cidade, que se tornaria possível revelar a contradição violenta inerente à superposição destes dois planos no presente da vida urbana contemporânea globalizada. Este seria o achado da música que estamos examinando, apenas a partir do II Festival, ocorrido em 1968.

¹³ SIMÕES [CORRÊA FILHO], Paulo (Coord.). *Op. cit.*.

Neste sentido, a maior novidade trazida por esta edição do Festival foi representada pelo conjunto Os Bizarros, formado pelos compositores Geraldo Espíndola e Paulo Simões. O grupo mostrava em seus elementos uma entusiástica adesão à Tropicália, começando pelo figurino adotado. A música escolhida, “2001” (Mutantes / Tom Zé), também era oriunda do Festival da Record, “onde causara impacto como uma das primeiras e mais audaciosas tentativas de se chegar a uma síntese rural/ urbana”¹⁴. Conforme relata Simões:

E é uma estranha coincidência dessa música eu ter recebido o disco que era a primeira música de todo aquele rolo da Tropicália que tentou fazer uma fusão de até 50% entre música urbana ou rock e música sertaneja. A música começava com viola caipira, depois eles cantavam um negócio que era meio cateretê e outra metade da música era rock. Isso chamou muito a nossa atenção¹⁵.

Se “Mané Bento” era uma toada sertaneja que coexistiu com canções de corte metropolitano sem que se constatasse nenhuma influência de parte a parte, percebe-se, com a participação d’Os Bizarros no II Festival, o primeiro passo na busca deliberada de um modelo sul-mato-grossense desta síntese – ou melhor, hibridação – rural/ urbana. Tal hibridação incorporava ao rural até então recalcado a situação contemporânea da cidade, da qual eram aceitas como partes integrantes a indústria cultural, a contracultura e as questões cruciais então para o jovem, tanto no plano nacional como no transnacional, em oposição a uma música regionalista.

Portanto, esta música é uma manifestação que surge de um momento crítico (pouco depois da vitória da oposição na eleição de 1965, em pleno período de efervescência cultural em Campo Grande). Este momento se caracteriza tanto pela busca, por parte das populações locais, de um caminho para a modernização de Campo Grande que fosse independente das estruturas sociais agrárias, quanto pela atitude de desrecalque em relação à situação periférica ocupada pela cidade, num estado rural e interiorano, junto a países platinos. Isto se percebe, também, a partir do fato de que o movimento divisionista, nesta época, encontrava-se desativado e incapaz de motivar a população. A nova música urbana manteria esta

¹⁴ FONSECA, Candido Alberto da, SIMÕES, Paulo. Os festivais de música no sul de Mato Grosso (1967- 1981). In: ROSA, Maria da Glória Sá (Coord.). *Festivais de música em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: EdUFMS, 1981, p. 17.

¹⁵ SIMÕES [CORRÊA FILHO], Paulo (Coord.). *Op. cit.*

marca crítica, que foi importante para afirmar “Trem do Pantanal” como hino de Mato Grosso do Sul. As mudanças sociais e econômicas reveladas por este processo de afirmação possibilitam, então, uma análise do papel ativo dessa música na construção e transformação do capital.

Sintetizando, seria possível dizer que, apesar de organizada pelas classes médias em gravitação na órbita de influência de uma burguesia agrária hegemônica, essa música evidencia uma polifonia de vozes, muitas delas críticas. Percebe-se tal polifonia desde a instância da produção: não há qualquer possibilidade de atribuir uma ideologia nativista a este movimento musical como um todo. Seus compositores e intérpretes assumem diferentes posições subjetivas ao se relacionarem com o material regionalista. Tais posições se estendem do elogio sentimental e melancólico à crítica irônica, passando pela relativização do regional pela via do nacional e mesmo da problematização da ideia de um projeto nacional, principalmente por meio do rock e das músicas paraguaia, boliviana e argentina. Estas posições produzidas pelo movimento aqui estudado participam da construção de subjetividades críticas por meio de suas canções e das polêmicas veiculadas por elas (já mencionadas). Tal dinâmica confere à canção um papel multiplicador que lhe confere eficácia no plano material.

O questionamento à identidade “regional” e mesmo nacional se verifica, por exemplo, pelo nome proposto por Geraldo Roca em um de seus CDs¹⁶, *Música do Litoral Central*, que parece bastante estimulante. Ele enfeixa alguns temas fundamentais dessa música, tal como a compreendo. Em primeiro lugar, esse provocativo “litoral central” a que Roca se refere deriva da chamada “música litoraleña argentina”, música da região conhecida como “litoral argentino”, ou seja, a bacia do rio da Prata. Esta bacia possui importância primordial para o estado, pois, em situação de isolamento, era por seus rios que recebia mantimentos, fazia comércio e intercâmbios culturais. Tal situação se manteve até 1914, quando a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil chega a Campo Grande, produzindo uma alteração radical na posição política e econômica dessa cidade e dos pecuaristas no balanço de forças regional.

Os profundos e prolongados intercâmbios possibilitados pela bacia do rio da Prata se davam, em grande parte, entre os vários países e regiões latino-ame-

¹⁶ ROCA, Geraldo. *Música do Litoral Central*. 1 CD. Produção independente, 1997.

ricanos banhados por ela. Isso levou à formação da chamada América Platina¹⁷, unidade cultural que envolve desde o MS, o oeste do Paraná, o oeste de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Uruguai, Argentina e Paraguai. O enorme território da América Platina situado dentro do Brasil se diferencia e se opõe ao Brasil entendido como Estado–Nação, supostamente delimitado de maneira clara com relação a seus vizinhos sul-americanos, o que, a meu ver, coloca problemas ao projeto de unidade nacional.

Assim, a Música do Litoral Central merece ser estudada, entre outras coisas, enquanto busca de direções que orientassem um processo de urbanização, pensado a partir de uma posição periférica, marcada pelo isolamento no interior da América Platina. Essa proposição e seus impasses interferiram num debate que envolveu o comércio, a arquitetura, a medicina, enfim, todos os setores de serviços de Campo Grande, empenhados, em certo momento histórico, numa procura de superação das estruturas sociais produzidas pela economia agrária, o que ocorreu, como demonstram os números do PIB. A Música do Litoral Central contribuiu ativamente para essa efetiva transformação. O litoral central, então, implica complexas relações entre o local, o nacional, o sul-americano e o global, que passamos a discutir.

Tais relações são de constante tensão entre o Estado nacional brasileiro e o local sul-mato-grossense, considerando que esta região “onde o Brasil foi Paraguai” (“Sonhos guaranis”, de Almir Sater e Paulo Simões) há muito inspira preocupações nacionalistas de cunho geopolítico. Desde Mário Travassos, em sua influente e seminal obra *Projeção continental do Brasil* (1938)¹⁸, se encontra formalizada uma inquietação com o Oeste brasileiro, que, em virtude de sua posição limítrofe a outros países, poderia se tornar presa deles. A Constituinte brasileira de 1934, por sua vez, concedeu bastante atenção às fronteiras internacionais, assim como o Estado Novo varguista, que, justamente motivado por tais preocupações com a segurança nacional, instituiu o Território Federal de Ponta Porã em 1943, na divisa do sul do estado com o Paraguai. Já José de Melo e Silva alertava veementemente em sua obra *Fronteiras Guaranis*, de 1939, contra o que denominou o perigo da “guaranização” da população de fronteira, e sugeria

¹⁷ Cf. ALVES, Gilberto Luiz. *Depoimento pessoal concedido ao autor*. 26 jan. 2009.

¹⁸ TRAVASSOS, Mario. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938.

providências urgentes¹⁹. Cearense que se estabeleceu em Bela Vista, fronteira do então Mato Grosso com o Paraguai, no ano de 1932, para exercer o cargo de juiz de direito, Melo e Silva se tornou importante cronista da vida na fronteira sulista, sendo autor de obras consultadas com interesse pela historiografia contemporânea do estado.

A seguir, a questão passa a ser matéria de estudos da Escola Superior de Guerra, tornando-se estratégica para a ditadura militar implantada em 1964, o que levaria, finalmente, à divisão do estado²⁰. Assim, ao fazer o elogio da cultura latino-americana, em geral, e paraguaia, em particular, na constituição do sul-mato-grossense, a Música do Litoral Central entra em contradição com o projeto nacional. No mesmo movimento, problematiza o divisionismo – que, entretanto, apóia, em certas de suas vertentes –, pois este se concretizou, em última análise, justamente por ir ao encontro das teses do estado nacional, encampadas pela ditadura.

Apesar da importância fundamental das trocas materiais e culturais permitidas pelos rios com os países platinos, tais trocas não eram restritas aos vizinhos sul-americanos. Pelo contrário, naquele momento em que o Brasil não era industrializado, grande parte dos bens de consumo e produção era importada de países da Europa, América do Norte e outros continentes. Não apenas aqueles produtos de alta distinção, mas também todos os que se fizessem necessários às populações humildes. Eram famosas, por exemplo, as lâminas alemãs de excelente aço da cidade de Solingen, que atendiam tanto as necessidades dos trabalhadores braçais da agricultura quanto as dos burgueses. O ponto principal, aqui, é a tensão provocada, pela globalização, nos projetos regionalista e nacionalista. Por isso, o Litoral Central é também metáfora da articulação entre o global e o local que preside a Música do Litoral Central desde muito antes de sua concepção, explicitando suas conexões com o avanço do capitalismo planetário e as transformações culturais mundializadas, das lâminas Solingen ao rock'n'roll, passando pelas músicas e culturas latino-americanas.

Processamento criativo de toda essa situação sociocultural, a Música do Litoral Central apresenta caráter nitidamente indeterminado, embora constan-

¹⁹ SILVA, José de Melo e. *Fronteiras guaranis*. 2a. ed. Atualização e notas Hildebrando Campes-trini. Campo Grande: IHGMS, [1939], 2003.

²⁰ BITTAR, Marisa. *Op. cit.*, volume 1, pp. 263-314.

temente em conflito com tendências reificantes. Como parte dos debates travados na cidade de Campo Grande pelos profissionais liberais, funcionários e comerciantes em busca de um caminho singular para a urbanização e o desenvolvimento da cidade, com a adição de preocupações com uma redefinição das lealdades e alianças envolvendo a América Platina e os grandes centros nacionais, vários elementos em suas letras e músicas apontam para essa indeterminação, principalmente a dúvida, a incerteza, o movimento constante, o deslocamento de sentidos.

As canções da MLC surgem repentinamente no interior do Brasil, rompendo com tradições musicais sertanejas de apego à terra e de conformidade ao trabalho na fazenda, seja mandando no empregado, seja a mando do patrão. Enquanto as músicas sertanejas retratavam protagonistas deterministicamente atados ao seu local de origem, a persona poética das canções da MLC é composta de seres em constante fluxo, deslocamento, ausência de pertencimento, inacabamento. Isto é comunicado não apenas por meio das mensagens comunicadas pelas letras de música ou dos recursos retóricos empregados em suas figuras de linguagem, mas também por meio da música: gêneros musicais, estilos de execução e instrumentação, principalmente.

Evidentemente, há uma larga tradição de itinerância na música sertaneja: o eu lírico destas canções é, frequentemente, alguém que está longe de casa, seja em uma comitiva boiadeira, seja trabalhando em uma fazenda distante, seja morando na cidade grande. Note-se, no entanto, que a identidade do trabalhador rural no latifúndio é mantida, mesmo que muitas vezes lamentada. Também a identidade do patrão é preservada nessas canções, sendo frequentemente celebrada.

Já no caso desta vertente de canções da MLC, não se pode afirmar com toda certeza qual é a identidade de seus protagonistas. Os tropos do fluxo e do deslocamento, constantes em letra e música em numerosas produções do movimento, se comunicam metonimicamente ao ethos dos protagonistas, e o resultado é uma subjetividade em processo, nunca determinada. Há, então, uma relação entre esta característica dessas canções e sua atuação desestabilizadora sobre as representações dominantes, pela via do papel multiplicador, já mencionado, da construção de subjetividades críticas. Esta relação se verifica a partir da constatação da importância da MLC nos debates culturais do estado.

A MLC possui, então, características fundamentais (o deslocamento e a indeterminação) que se articulam a questões históricas, antropológicas e sociológicas da região. Entre elas, destacam-se a procura pela modernização, a situação de identidade nunca definida em meio a fluxos migratórios constantes, o atraso, isolamento, inacabamento e provisoriedade. Relacionando todos estes elementos, desejo inserir aí a metáfora do litoral central, por condensar parte importante dos sentidos e significados veiculados pela música que estamos tratando. Devido a isso, adotaremos a sugestão de Roca, abreviando-a por meio da sigla MLC.

Expressando a realidade periférica do estado junto ao Paraguai e à região platina, a busca por melhores condições de vida pela via da superação da condição agrária e a rejeição à dominância dos fazendeiros, em certo momento a aceitação da MLC aumentou, por parte de setores rurais e urbanos, tanto dominantes como subalternos. Esta situação de gradual adoção da MLC como representação identificatória foi anotada em 1982 por Guizzo:

Trem do Pantanal, composição de [Paulo Simões] e de Geraldo Roca, hoje transformada numa espécie de hino da moderna música popular urbana de Mato Grosso do Sul, possui (...) forte apelo popular e inusitado poder de comunicabilidade.²¹

No entanto, percorreu-se uma grande distância entre a constatação de que a canção é uma “espécie de hino da moderna música popular urbana de Mato Grosso do Sul”, e a afirmação de que é “considerada o hino do Mato Grosso do Sul”, tal como hoje é a formulação hegemônica, expressa na primeira citação deste artigo. Inclusive, tal formulação foi legitimada por meio de uma eleição direta em todo o estado, em que esta música foi escolhida como a mais representativa do MS por votação popular em 2001. A votação foi realizada por meio de urnas eletrônicas, cedidas pelo TRE. Em todo o estado, contou com a participação de 27.698 pessoas. A canção recebeu 12.112 votos (43,73% do total) e venceu em 52 dos 77 municípios do MS. Em cidades como Aquidauana, Anastácio e Corumbá, por onde o trem passava, a votação nessa música passou dos 70% ²².

²¹ GUIZZO, José Octávio. *Op. cit.*, p. 27.

²² RMT: “Trem do Pantanal é eleita a música de Mato Grosso do Sul”. In: *RMT Online*. Sítio na internet da Rede Matogrossense de Televisão. Disponível em: <http://rmonline.globo.com/ms/>. Acesso em: 29 mai 2007.

É importante notar que o estado possui um hino oficial, com música de Radamés Gnattali e letra de Jorge Antonio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes. No entanto, este hino, como se pode ver, não foi aceito pelos sul-mato-grossenses como representativo de sua identidade, sendo largamente desconhecido pela população. O desinteresse pelo hino oficial, imposto pelas elites dirigentes, foi tanto, que ele apenas foi gravado dezessete anos depois de instituído, na coletânea Mato Grosso do Som, de 1994²³. Esta situação de valorização social do “Trem do Pantanal” e de amplo desinteresse pelo hino do estado levou o próprio poder público a explorar em eventos oficiais as mesmas conexões entre essa música e a identidade do sul-mato-grossense. Um exemplo desta instrumentalização se pode ver na seguinte notícia, sobre o lançamento, no MS, da XIV edição dos Jogos Abertos Brasileiros de 2005:

Um público estimado em cinco mil pessoas, incluindo atletas das delegações dos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, autoridades e comunidade esportiva presenciaram o acendimento da pira olímpica, [e] várias apresentações (...) musicais (como a do coral da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, que interpretou o Hino Nacional Brasileiro e a música Trem do Pantanal). Em nome do governador Zeca do PT, o secretário Dirceu Lanzarini entregou flores à prefeita Maria da Saudade Medeiros Braga (PSB), de Nova Friburgo (RJ) (...) Estiveram presentes na solenidade de abertura os secretários Dirceu Lanzarini (Juventude e do Esporte e Lazer) e Matias Gonsales (Saúde); os deputados estaduais Antônio Carlos Arroyo (PL), Paulo Corrêa (PL) e Pedro Teruel (PT); além do representante da superintendência do Banco do Brasil (parceiro dos jogos) em Mato Grosso do Sul, João Santana; o representante da Setass (Secretaria de estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária), Afonso Areco; (...) o diretor de esportes do estado do Paraná, Lester Pinheiro; (...) a prefeita de Nova Friburgo, Maria da Saudade Medeiros Braga, e outras autoridades.²⁴

Fica confirmada, então, a aceitação, por parte inclusive das elites decisórias, de “Trem do Pantanal” como um “hino de Mato Grosso do Sul”, por sua

²³ NACASATO, Odon. *Depoimento pessoal concedido ao autor*: 09 jan. 2009.

²⁴ AGÊNCIA POPULAR DE NOTÍCIAS. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. “Começam oficialmente em MS os Jogos Abertos Brasileiros”. JUNQUEIRA, Vevila. 21.05.2005. Disponível em: http://www.sejel.ms.gov.br/canal.htm?canal=24&meio=materia&ma_id=457>. Acesso em: 30/09/2006.

execução, em cerimônia oficial, ao lado do Hino Nacional Brasileiro. Portanto, por um processo complexo e problemático, cujos pontos principais foram assinados, “Trem do Pantanal”, como representante e parte da MLC atinge, finalmente, a posição de “hino de Mato Grosso do Sul” por iniciativa da população, que, no mesmo movimento, expressa seu desinteresse pelo hino oficial como símbolo do MS. No entanto, o movimento não pairaria soberano sobre este cenário de contradições.

Nove anos depois da edição do Festival que trouxe à cena urbana de Campo Grande uma nova experiência musical que buscava hibridizar o rural e o urbano, o arcaico e o moderno, ocorre a divisão – ou criação – do estado (em 1977). Neste momento, as elites agrárias ascendem ao poder executivo e sentem, elas mesmas, a necessidade de superar esta dicotomia, elaborando um discurso de integração regional. Isso era necessário, para que se conseguisse a adesão de todo estado ao projeto divisionista: afinal, seria impossível justificar a divisão da unidade federativa sem a proclamação de vantagens inequívocas para toda a população, seja da capital, seja do interior, independente de sua classe social. Assim, os discursos verbais se encarregaram de propor essa integração, ressaltando os benefícios que adviriam ao novo estado dividido. Segundo esses discursos, os recursos gerados pela vitalidade econômica propiciada pela pecuária sulista deixariam de ser continuamente drenados, de maneira supostamente parasítica, para a sustentação do norte, passando a promover o desenvolvimento do sul.

No entanto, faltava ainda um elemento fundamental para este projeto de integração: uma produção cultural significativa do próprio estado. Algo que reforçasse um discurso de unificação com os poderosos recursos de mobilização emocional proporcionados pela música. No caso, a unificação cultural e política de toda a região repentinamente pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul, e que lhe desse um senso de identidade. Mas que, ao mesmo tempo, fosse capaz de expressar a sofisticação cultural, o cosmopolitismo e desenvolvimentismo exibidos como marcas da diferença e liderança das elites dirigentes de Campo Grande. E que estabelecesse uma clara hierarquia entre capital e interior, classes médias e subalternas.

Esta produção viria a ser a Música do Litoral Central. A MLC foi a primeira produção cultural do sul do então Mato Grosso que vinha realizando, com propósitos críticos, uma reflexão sobre a urbanização de Campo Grande a partir de sua

posição periférica no interior do Brasil e na América Platina. Para este propósito, sintetizava a experiência urbana dos grandes centros nacionais e globais às influências pantaneiras, caipiras e latino-americanas, constituintes do interior do estado e, em menor escala, do cotidiano de Campo Grande. Buscava, entretanto, um relato fragmentário, que priorizava Campo Grande em relação ao interior, uma vez que, devido a sua dependência direta da economia agrária, o restante do estado estaria estruturalmente impedido de se integrar à proposta modernizante partida de Campo Grande.

Como evidência do caráter fragmentário da MLC, sua suposta representatividade após a divisão, defendida pela imprensa, discursos oficiais e não-oficiais, artistas e intelectuais, não é, entretanto, assumida por todos os segmentos sociais do estado. Os setores populares, mesmo da cidade de Campo Grande, parecem identificar-se mais com as duplas sertanejas pop, de sucesso atual (em oposição às duplas caipiras e sertanejas mais antigas) e com o fenômeno dos modernos grupos de baile sertanejos-axé music (os chamados “baileiros”). Por sua vez, na atualidade, a maior parte dos jovens das classes médias, mesmo de Campo Grande, parecem definir-se musicalmente por uma infinidade de gêneros musicais nacionais e internacionais, entre os quais figura com destaque, mais uma vez, o fenômeno sertanejo pop, em especial os baileiros e o dito “sertanejo universitário”. Isto é relevante para caracterizar o discurso musical da MLC vis-à-vis discursos ideológicos e disputas por poder, passados alguns anos após a divisão do estado.

Embora a MLC consista, muitas vezes, de canções com forte inspiração musical caipira e paraguaia, nunca se confunde com uma sensibilidade popular propriamente dita. De maneira geral, evita o canto a duas vozes e o histrionismo característico dessas músicas. Quanto aos padrões de emissão, volta-se para aqueles mais assemelhados à ausência de grandiloquência da bossa nova, da Jovem Guarda e da Tropicália, embora também percorra, ocasionalmente, todo o arco que vai daí ao dramático. Com relação às letras, tendem a ser bastante elaboradas, à maneira da MPB, e mesmo em seus momentos mais despretensiosos, não se confundem com o universo cultural dos trabalhadores rurais. Com isso, a MLC se afasta da comunicabilidade direta buscada pelos apreciadores da música sertaneja pop contemporânea, resultando em uma popularidade bastante pequena dessa música no restante do estado.

Este perfil da MLC coloca-a como porta-voz da procura, por parte das classes médias urbanas nas décadas de 1960 e 1970, de um caminho que levasse à urbanização e desenvolvimento da cidade e à modernização de suas estruturas sociais. As vicissitudes deste projeto, em que forças urbanas evidenciam certa simbiose e mesmo dependência da economia rural, mas, ao mesmo tempo, buscam questionar as bases ideológicas produzidas por esta economia – que são hegemônicas no restante do estado –, são, em grande parte, as vicissitudes da MLC.

Marcado por estas contradições, o movimento viria a ser parcialmente cooptado pelas classes dirigentes a partir da divisão. Conveniente aos seus propósitos, a MLC cumpria a contento a missão de unir elementos tradicionalmente entendidos como definidores da fisionomia cultural do estado a técnicas e procedimentos sofisticados e avançados para a época. Assim procedendo, realizava uma síntese entre tradição e modernidade, traduzindo em música e letra uma narrativa desenvolvimentista liderada pelas elites decisórias da capital que, concomitantemente, integrava o interior do estado a seu projeto. Neste sentido, foi um poderoso auxílio para a invenção de tradições²⁵ convenientes aos detentores do poder na nova estrutura governamental e política.

Como resultado da divisão do estado, muitos mato-grossenses se tornaram mato-grossenses do sul, literalmente da noite para o dia, sem serem consultados, por um ato da ditadura. A MLC foi procurada para fornecer certezas fundadoras para pacificar as grandes inquietações, incertezas e indefinições produzidas por este ato. No entanto, apesar de, na década de 1980, conseguir gozar de uma visibilidade inédita até então, a década de 1990 afastou do movimento o público mais expressivo da capital – que, devido ao intenso movimento migratório, já era outro, ligado a outras realidades e grandemente desconhecedor e desinteressado dos processos singulares locais. Os dados do IBGE explicitam a amplitude desta transformação demográfica: em 1970, a população urbana de Campo Grande era de 131.110 habitantes; em 1980, ano seguinte à efetiva implantação da capital, 283.653, mais do que o dobro, portanto. Em 2009, a população da cidade era de 755.107 habitantes²⁶.

²⁵ HOBBSAWM, Eric J., RANGER, Terence O. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

²⁶ IBGE. *Campo Grande, MS: estimativa da população, 2009*. In: IBGE Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 09 fev.2010.

Com a grande quantidade de pessoas recém-chegadas, desvinculadas do processo de procura singular que se processava na cidade de Campo Grande até o advento da divisão, e do qual fazia parte a MLC, passaram a predominar duas configurações. De um lado, os recém-chegados de todas as classes sociais – inclusive as classes médias e altas –, vinculados às culturas populares de origem rural do Centro-Sul como um todo, formaram um considerável mercado consumidor para estes produtos, estimulando o fortalecimento e popularização de duplas de “sertanejo universitário” e os baileiros. De outro, os identificados unicamente com a cultura urbana de suas cidades de origem e dos grandes centros brasileiros, propensos a recusar qualquer referência ao mundo rural e à situação do estado no cruzamento transfronteiriço da América Platina, tornaram-se críticos da MLC, vista como representante da ideologia agrária, largamente responsabilizada pelo atraso na região. De uma maneira ou de outra, o processo de reflexão sobre a modernização da cidade e do estado a partir da situação peculiar de ambos, com sua problemática herança agropecuária, no interior do hemisfério sul, tendo como vizinhos Paraguai e Bolívia, com sua configuração étnica e histórica singular, foi interrompido.

Embora o desenvolvimento do interior fosse incluído nas preocupações dos compositores, devendo supostamente se dar a partir do modelo que se estava gestando em Campo Grande, esta pretensão apenas traía sua matriz idealista. Comprometida diretamente com relações de produção agrárias, esta parte do estado não poderia partilhar da cultura urbana que aqueles procuravam desenvolver. Dessa maneira, a MLC não poderia obter apoio político e econômico do interior, cuja recepção largamente ignorou o movimento.

Desconsiderando esta dialética, sem apoio econômico ou político do interior, os compositores da MLC terminaram por ser cooptados para o projeto hegemônico das elites agrárias, quando ocorre a divisão e elas ascendem ao controle do aparelho ideológico do Estado. Tal apoio seria materialmente impossível de obter, de qualquer modo, para um projeto elitista que visava o alinhamento cultural a um perfil urbano e cosmopolita, em um estado com diminuta classe média capaz de se identificar com e sustentar um tal projeto. A direção apontada claramente pelas elites que ascenderam ao poder após a divisão, que conseguiram envolver a sociedade como um todo em seu projeto, articulou-se com as legítimas preocupações desses compositores e de outros atores sociais. Que eram as de levar em consideração sua problemática realidade rural, ecológica e latino-

-americana, para uma concepção singular do viver urbano local. Assim procedendo, desvirtuou-as em favor de um sentimentalismo bucólico, exotizante, primitivista e marcado pelo desejo de autenticidade.

Com isso, a MLC passa a experimentar baixa popularidade também na capital (uma vez que nunca havia sido realmente popular no interior). No entanto, apesar de não usufruir de popularidade, continua possuindo prestígio, sendo referida por diversos membros da sociedade campo-grandense, de diversas classes sociais, como representativa da cultura do estado, mesmo que não seja a música de suas preferências ou a que escutam habitualmente. Com relação a esta discrepância entre popularidade e prestígio, foi possível construí-la como correlata à falta de identificação das camadas populares do interior, e mesmo da capital, com o universo cultural urbano, cosmopolita, de vanguarda, proposto pela MLC. No entanto, o fato de que essa música se fez associar ao projeto político divisionista das elites dominantes da cidade de Campo Grande, lhe conferiu o prestígio de que goza até o momento, em certos círculos, apesar de sua pequena popularidade. Em contrapartida, sofre a recusa de certos setores urbanos justamente em decorrência dessa associação, que lhe fez assumir características regressivas, nostálgicas, bucólicas, oficiais e nativistas.

Apesar de seus impasses, a utopia proposta pela MLC atende ao propósito de uma reflexão sobre “a fronteira onde o Brasil foi Paraguai” e mais além – o continente em que vivemos e que tanto desconhecemos. Esta reflexão evidencia conflitos locais, entre pecuaristas, profissionais da área de serviços, compositores, intérpretes, jornalistas e intelectuais, que se articulam a conflitos nacionais e globais. No momento atual, as oligarquias rurais estão dando lugar a oligarquias urbanas, como comprovam os índices do PIB no estado. Estas transformações são resultado não apenas de escolhas locais, mas de pressões globais, com a apropriação do meio ambiente representada pelo ecobusiness figurando com destaque. No entanto, esta situação não impede a eficácia da participação local, da mesma maneira que, como vimos, a música participou, com um papel ativo – não como mero reflexo da atividade econômica – do processo de construção do capital e de sua transformação em Mato Grosso do Sul. A Música do Litoral Central se oferece como exemplo, assim, de como as resistências e sucessos relativos dessas resistências são eficazes como forma de evitar o fatalismo e a descrença na possibilidade de transformação do modo de produção.



Dossiê

Guerra com o Paraguai

*(Trabalhos apresentados no III Encontro Internacional de História
sobre as Operações Bélicas da Guerra da Tríplice Aliança, Campo Grande,
27 a 30 de outubro de 2011)*

Desentendimentos no sul da Capitania de Mato Grosso: a ocupação e a guarnição da Fronteira colonial oeste (1748 – 1801)

Bruno Mendes Tulux*

O presente texto é fruto de pesquisas iniciais sobre o processo de guarnição e ocupação da fronteira da capitania de Mato Grosso durante o século XVIII. Neste sentido, a proposta aqui apresentada deve ser entendida como uma opção para o entendimento da formação dos estados nacionais, fatores que algumas décadas mais tarde influenciaram no desenvolvimento do maior evento bélico assistido no continente, a Guerra da Tríplice Aliança Contra o Paraguai. A metodologia utilizada consiste na revisão bibliográfica de clássicos da historiografia com novas discussões acerca deste tema produzidas no Brasil e na Europa.

Palavras-chave: Fronteira; Mato Grosso Colonial; Ocupação territorial.

A capitania de Mato Grosso, um “estado fronteira” devido à sua configuração territorial frente aos interesses ibéricos no interior da América do Sul¹, apresentou seus limites ocidentais como uma barreira na disputa pelo domínio da região, motivação que levou à criação e oficialização político-administrativa em 1748² que também pode ser visto, devido à sua especificidade mineradora, como uma capitania que assumiu a função de ser

* Licenciado em História pela UFMS; Mestrando do PPGH/UFMG; bolsista CAPES. brunotulux@hotmail.com

¹ FARIA, Miguel. “Mato Grosso: Estado fronteira”. *Revista OCEANOS – A Formação Territorial do Brasil*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, número 40, p. 164 - 172, Outubro/Dezembro de 1999.

² DAVIDSON, David M.. How the Brazilian West was won: Freelance and State in Mato Grosso Frontier, 1732 – 1752, In: *Colonial Roots of Modern Brazil*. University of California, 1973, p. 88 – 97.

This text is result of early research of the occupation's process and trim the frontier of the Mato Grosso's province during the eighteenth century. In this sense, the proposal presented here should be understood as an option for understanding the formation of national states, factors that some decades later influenced the development of the biggest event on the con-

tinent witnessed war, the War of the Triple Alliance against Paraguay. The methodology consists used in the literature review of classic historiography to further discussions on this subject produced in Brazil and Europe.

Key words: Frontier; Colonial Mato Grosso; Territorial occupation.

uma fronteira mineira.¹ Porém, os desentendimentos na raia oeste mato-grossense eram repetidos na Ásia, quando os domínios lusos asiáticos foram invadidos e questionados pelos castelhanos.² O caso particular de Mato Grosso remete às aquisições portuguesas junto às antigas áreas espanholas situadas na bacia platina durante o século XVIII, especialmente entre 1748 e 1801. Neste sentido, o presente texto pretende apontar aspectos sobre a gênese dos desentendimentos na fronteira mato-grossense durante o período proposto.

A criação de um “estado fronteira”: a capitania de Mato Grosso (1748)

A constituição de Mato Grosso tem como marco a criação dos primeiros núcleos urbanos lusos no sertão intra-americano. A ocupação não índia desta região interiorana ocorre da seguinte forma: a partir da constituição de missões jesuíticas missionárias castelhanas para a redução das populações ameríndias que viviam nas regiões de Chiquitos e Moxos no início do século XVIII³; e por intermédio da ocupação do oeste a partir do elemento lusitano que, fundando cidades, vilas, arraiais, fortes e presídios ocupa toda a margem ocidental do pretendido território da capitania de Mato Grosso.⁴

¹ JESUS, Nauk Maria de. “A Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá: um breve panorama (1727 - 1800)”. *Fronteiras*. UFGD, volume 10 número 17, p. 164, jan./jun. 2008.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado de Cultura, 1986, p. 90 – 92.

³ DAVIDSON, David M. *Op. cit.*, p. 65.

⁴ ARAUJO, Renata Maucher de. *A Urbanização do Mato Grosso no século XVIII*: discurso e método. Vol. I, Tese de Doutorado não publicada em História da Arte. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 9 – 10.

A ocupação do ocidente da América portuguesa foi marcada durante a primeira metade do século XVIII pela fundação dos centros mineradores de Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá, em 1727⁵, e Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752⁶, localizados no extremo oeste da região em território onde foi criada a capitania de Mato Grosso a partir do desmembramento de parte do território de São Paulo, em 1748.⁷ A capitania de Mato Grosso teve sua criação associada à exploração das minas de metais preciosos descobertas no interior do continente como também pelo interesse lisboeta em implantar um governo que tivesse autonomia para administrar e organizar a região que passou a fazer parte do território pertencente à Coroa portuguesa a partir de meados do século XVIII.

A criação da capitania em 1748 assumiu uma posição estratégica na defesa do território incorporado pelos colonos lusos às posses da metrópole portuguesa, já que reconhecido em 1750 pelo Tratado de Madrid⁸ e intencionalmente criado com esta finalidade, os limites da capitania demarcaram a região entre o sul da bacia amazônica até a proximidade do Chaco paraguaio e a margem direita do rio Grande⁹. Porém, as resoluções de Madrid não foram suficientes para encerrar as dúvidas referentes à localização da extensão territorial das colônias ibéricas na América nem mesmo garantir que instalada a linha limítrofe esta seria respeitada por ambos os lados, devido às dificuldades em delimitá-la.¹⁰

⁵ AYALA, S. C. & SIMON, F.. *Album Graphico do Estado de Matto Grosso*. Corumbá/Hamburgo, 1914, p. 316.

⁶ MEIRELES, Denise Maldí. *Guardiães da fronteira: rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, p. 195.

⁷ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo: 1765 – 1775*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 30 – 31.

⁸ FARIA, Miguel. *Op. cit.*, p. 164, 178.

⁹ GÓES, Synésio Sampaio. “Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.” *Revista OCEANOS – A Formação Territorial do Brasil*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 40, p. 47 – 48, 57 – 58., Outubro/Dezembro de 1999.

¹⁰ COSTA, Maria de Fátima. *A história de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Estação Liberdade/Kosmos, 1999, p. 55 – 59, 210 – 212.

A demarcação dos limites coloniais no interior da América só foi possível pelo reconhecimento territorial bandeirante durante o século XVIII¹¹, atividade que incentivou algumas décadas mais tarde a constituição da linha defensiva entre as coroas de Portugal e Espanha no interior do continente.¹² Estrategicamente a fundação destes empreendimentos militares poderia encerrar as questões territoriais na fronteira ou mesmo diminuir as tensões entre as metrópoles nas proximidades da bacia platina, já que uma vez assentadas praças militares seria mais fácil povoar o território, criando uma barreira urbana na região limítrofe.¹³

A política adotada pelo Marquês de Pombal considerou que a militarização das regiões fronteiriças do território colonial deveria ser uma das prioridades de sua administração. A descoberta dos núcleos mineradores de Cuiabá e Vila Bela, a criação da capitania de Mato Grosso, a preservação do entreposto de abastecimento das monções de Camapuã, a proteção contra investidas castelhanas, a povoação da via flúvioterrestre que ligava a região mineradora até o litoral atlântico e a proteção do Rio de Janeiro compõem os benefícios que incentivaram a composição da barreira defensiva no oeste colonial.¹⁴ A região fronteiriça entre Castela e Portugal na América do Sul pode ser entendida, portanto, como uma zona de conflitos e interesses territoriais ou mesmo como uma área a ser defendida no processo de colonização da porção central sul-americana.¹⁵

¹¹ ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500 – 1800*. 7ª Edição. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 221.

¹² TULUX, Bruno Mendes. “A defesa do oeste colonial no contexto da segunda metade do século XVIII – o sul da capitania de Mato Grosso”. *Mneme – Revista de Humanidades*. UFRN, volume 9 número 4, sem paginação, set./out. de 2008.

¹³ SOUZA, Laura de Mello e. (org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 61, 71, 80 – 81.

¹⁴ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Op. cit.*, p. 70.

¹⁵ FARIA, Miguel. *Op. cit.*, p. 164.

Acordos internacionais na área setentrional da Bacia Platina¹⁶

A questão limítrofe na América esteve ligada às relações político-diplomáticas que envolveram estas metrópoles que dispunham de territórios sob seus domínios no Novo Mundo. Relativo à fronteira mais pobre entre a Espanha Portugal¹⁷ é possível entender que a defesa do território localizado entre os atuais limites do Paraguai e Bolívia com o Brasil foi recíproca. Portanto, a definição dos limites coloniais teve correspondência e similaridades em outras localidades como, por exemplo, nas cidades e vilas ibéricas localizadas no continente asiático.¹⁸ A Europa nunca dispôs de grandes contingentes humanos e nem de Exércitos Nacionais que pudessem ser enviados até a América para mútuos ataques e enfrentamentos. Esta condição fez com que as colônias ibero-americanas dispusessem de uma população rarefeita e concentrada especialmente nas regiões produtoras de riquezas¹⁹.

A definição das fronteiras coloniais na América dependeu muito mais de ações políticas internacionais para a consolidação dos limites do que do resultado de um natural avanço urbano em direção ao interior do continente. A política para a delimitação territorial foi fundamentada em tratados e acordos que regulamentavam a divisão territorial entre Portugal e Espanha. O Tratado de Tordesilhas dividiu entre as metrópoles ibéricas as terras encontradas no além-mar. A descoberta do ouro no centro da América, entre o final do século XVII e início do século XVIII, deu início a uma intensa busca pelo “Eldorado” no interior do

¹⁶ Para maiores informações ver TULUX, Bruno Mendes. “Considerações sobre a definição documental das fronteiras coloniais na América: um olhar sobre a porção setentrional da bacia platina”. *TRIAS*. Vol. 01 Núm. 03, sem paginação, maio a outubro de 2011.

¹⁷ Estas afirmações são elaboradas a partir do entendimento de que esta região não esteve inserida no contexto de comércio internacional das colônias, nem a porção espanhola nem a parte portuguesa.

¹⁸ GIRALDO, Manuel Lucena. “Reformar as florestas: o Tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa” *Revista OCEANOS – A Formação Territorial do Brasil*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, número 40, p. 68., Outubro/Dezembro de 1999.

¹⁹ No caso português a maior parte da população concentrava-se no litoral. A população castelhana na América do Sul concentrava-se nas regiões andinas mineradoras. Porém, as investidas para o sertão sempre foram realizadas pelos colonos em busca de riquezas, objetivando a fundação de novos povoados.

continente. A corrida pela posse das minas auríferas aproximou os colonos portugueses cada vez mais da região mineradora espanhola, estendendo a influência lusitana até o vale do Guaporé, aos pés da Cordilheira dos Andes.²⁰

A defesa territorial e a descoberta das minas auríferas no sertão continental transformaram o panorama colonial. A criação de mecanismos defensivos militares foi uma resposta das autoridades castelhanas à notável aproximação dos portugueses às minas andinas. A delegação de autonomia para defesa e ataque aos governos locais portugueses colaborou para o aumento da tensão entre os dois lados da fronteira.²¹ A tentativa de implantar bases para o que viria a ser a fronteira lusa colonial deu-se pelo constante incômodo paulista às missões jesuíticas castelhanas, tornando o confronto pelos limites uma questão de tempo. Apesar de estratégica a fronteira colonial entre Espanha e Portugal não despertou nenhum cuidado especial por parte de ambos os lados até aquele momento. Após a aproximação dos bandeirantes e a consequente destruição das reduções jesuíticas de Itatim, Guairá e Tapes e da cidade paraguaia Santiago de Xerez²² é que houve a preocupação do governo espanhol em guardar e preservar o território castelhano, caminho que poderia dar acesso até as minas de prata de Peru e Bolívia.

Mesmo sem poder afirmar categoricamente onde se encontrava, sabia o governo luso que a ultrapassagem da inicial delimitação do Tratado de Tordesilhas já havia sido transposta.²³ Os interesses espanhóis voltavam-se às áreas mineradoras e não acreditavam na possível ocupação do centro da América por portugueses, pois se pensava que esta região apresentava características insalubres. Assim, o pouco esforço aplicado por Espanha para monitorar o território estava concentrado em uma pequena parcela populacional que se manteve sentinela junto ao estuário do rio da Prata.²⁴

²⁰ CORREA FILHO, Virgílio. *Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Publicação Oficial Typ. do Jornal do Commercio, 1922, p. 09.

²¹ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Op. cit.*, p. 30 – 31.

²² Fatos que passaram a ser corriqueiros já que a intensificação da atividade bandeirante paulista, além de procurar alternativas para o comércio, ainda encontrava lucros no comércio da mão-de-obra indígena.

²³ GÓES, Synésio Sampaio. *Op. cit.*, p. 49.

²⁴ BOUNGAINVILLE, Louis Antoine de. *Viajes al redor del mundo*, In: *A América Latina de colonização espanhola: antologia de textos históricos*. 2ª Edição: HUCITEC, 1978, p. 133.

As propostas para a criação do novo tratado estavam fundamentadas no abandono do acordo anterior e teria como base a delimitação das terras pelo *uti possidetis*, princípio este que determinava o direito à posse e exploração da terra para quem já estivesse fixado nos sítios em questão. Em 1750 o Tratado de Madrid definiu como limites entre Espanha e Portugal na América do Sul os recursos físicos e acidentes geográficos, finalizando, temporariamente, a discussão sobre os limites ibéricos americanos. A nova organização política do território conferiu aos “invasores” lusos a posse das terras em litígio na fronteira. Porém, devido às dificuldades em se concretizar o Tratado de Madrid este acordo de limites foi, pouco mais de dez anos após sua criação, substituído pelo Tratado de El Pardo em 1761.

El Pardo revogava tudo o que foi confirmado por seu antecessor. Com o desuso do *uti possidetis*, que legitimou a ocupação portuguesa no interior do continente, voltaram as incertezas iniciais de Tordesilhas, criando uma pausa no trabalho de definição das fronteiras. Passada a revogação de Madrid e as incertezas de El Pardo o próximo acordo, denominado Tratado de Santo Ildefonso e firmado no ano de 1777, consolidou os limites e retomou a resolução do *uti possidetis* para confirmar as fronteiras, aos moldes de como foi pensado em 1750.

Santo Ildefonso vigorou até 1801, quando foi substituído pelo Tratado de Badajoz. De natureza bem menos reformadora e sim com um caráter confirmador, este último tratado legitimou as propostas de Madrid, ratificadas por Santo Ildefonso, com exceção à região de Sacramento, que passou a ser permanentemente de domínio espanhol. Desta forma, é possível entender que a consolidação da fronteira colonial não ocorreu de maneira pacífica. Os interesses diversos na região culminam para a defesa e conseqüente militarização de uma área em litígio. A exploração econômica da região central só foi possível através do pastoreio de rebanhos nativos que se deu graças aos missionários jesuítas que anteriormente habitaram estes sítios e introduziram gado bovino e equino nas pastagens naturais, constituídos como matéria-prima para os habitantes da região.²⁵ O pastoreio foi visto com bons olhos pelo governo de Espanha à época, sendo

²⁵ ACERES, Nidia R.. “Concepción ‘peligrosa’ y ‘descubierta’ de la frontera norte paraguaya. Espaço étnico sócio-político (1773 - 1840)” *Revista de História – Departamento de História da Universidade de São Paulo*. Editora Laboratório COM-ARTE-ECA/USP, Número 133 (Terceira Série), p. 60 – 64, 2º semestre de 1995.

responsável por transformar a porção norte da bacia platina em uma próspera região onde a pecuária seria a maior fonte de exploração econômica.²⁶

O Forte Iguatemi e a diversão pelo sul de Mato Grosso: a experiência do governo do Morgado de Mateus²⁷

A imprecisão sobre a localização da fronteira colonial na América gerou uma série de questões mal resolvidas. Entre essas dúvidas uma delas pairava sobre a fronteira de Mato Grosso: entre os rios Igurei e Iguatemi. Os paraguaios alegavam ter posse sobre o território e os paulistas, apesar de estarem cientes e convictos do domínio português, nunca o fizeram de fato, criando em meados de 1760 as “expedições aos certões do Yvay” que visavam conhecer a região e implantar uma fortificação militar.²⁸ Sabendo da movimentação espanhola na região do Prata já em 1770 e preocupado com alguma investida frente às posições portuguesas na região, o Morgado de Mateus, governador de São Paulo, em ação de cautela e segurança intensifica o processo de guarnição da fronteira com armas e munições, prevendo ataque vindos do norte e sudoeste paraguaio.²⁹ O governador da capitania de Mato Grosso, Capitão General D. Luiz Pinto de Souza Coutinho, reconheceu no governo paulista maior eficiência na proteção e guarda do sul da capitania, região que estaria mais próxima do governo paulista.

A defesa da região fazia-se indispensável já que “Portugal precisava sustentar pelas armas a posse dos territórios que conquistara além das raias de Tordesilhas”.³⁰ Foram grandes as dificuldades de se plantar núcleos urbanos nes-

²⁶ AZARA, Félix de. Descripción del Paraguay y del rio de la Plata, In: *A América Latina de colonização espanhola: antologia de textos históricos*. 2ª Edição: HUCITEC, 1978, p. 138 – 139.

²⁷ Para maiores informações ver TULUX, Bruno Mendes. “O sul de Mato Grosso na experiência do governo do Morgado de Mateus na capitania de São Paulo”. *Colóquios*. Colegiado de História, v. 01 n. 01, p. 273 – 285, junho de 2008.

²⁸ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Op. cit.*, p. 132 – 133.

²⁹ *Ibidem*, p. 149.

³⁰ MELLO, Raul Silveira de. *História do Forte Coimbra – 1º Volume – I a V Períodos (1500 -*

sa região já que a ocupação deu-se de maneira não espontânea, não havendo nenhum atrativo econômico que convidasse colonos a se assentar definitivamente naquela área. Ao contrário, a acomodação de populações no sertão de Mato Grosso deu-se muito mais por uma necessidade política de constituição dos limites portugueses na região além do planalto litorâneo. Essa constituição de uma linha lusa no sertão é fundamentada pela construção de linhas fortificadas e posteriormente de povoados que existiam para abastecer estes postos militares, em regiões próximas da linha defensiva.³¹

A região sul-sudoeste de Mato Grosso, além de desempenhar funções militares de defesa do território ainda foi pensada como núcleo colonizador nas proximidades da fronteira, “sua função não se esgotava nos aspectos estritamente militares, constituindo uma cintura populacional que definia uma presença civil efectiva sobre o terreno, marca fundamental para a reivindicação territorial”.³² A questão militar foi fundamental para a manutenção de tropas na região próxima à fronteira e para a repressão da iminente ameaça espanhola que poderia vir pelo leste-norte do Paraguai. Além de funcionar como uma opção da política pombalina de estender os domínios portugueses para oeste.³³

Fundado em 22/09/1767³⁴ o Forte de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi passou a ser o primeiro baluarte luso no território correspondente à fronteira de Mato Grosso. Ligada à existência do Iguatemi existiu a idéia que com sua fundação, no sul de Mato Grosso se cumpririam as determinações impostas pela política pombalina, além de assegurar a tarefa da capitania de São Paulo em sua restauração, protegendo os territórios Sul e Oeste da Colônia.³⁵ Este forte nunca foi pensado como um instrumento de investida contra os paraguaios. “A pretensão dos paulistas não era conquista de terras de

1718). Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1958, p. 09.

³¹ FARIA, Miguel. *Op. cit.*, p. 164.

³² *Ibidem*, p. 171 - 172.

³³ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Op. cit.*, p. 50 – 51, 104.

³⁴ MARTINS, Gilson Rodolfo. “Forte Iguatemi: sua construção e importância na definição dos limites territoriais brasileiros – ano 1767”. *Revista ARCA*. Visuarte, nº 03, p. 40, 1992.

³⁵ BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Op. cit.*, p. 127 - 128.

Castela. Queriam era desenvolver o estabelecimento de Nossa Senhora dos Prazeres, em terras que davam por certo serem portuguesas.”³⁶

Mesmo sendo fundado pelo Morgado de Mateus, o forte em questão não passaria a fazer parte da jurisdição de São Paulo, ficando acordado entre os governadores que a defesa fez-se pela grande distância entre a região e a capital mato-grossense e pela proximidade com o governo paulista. A posição do Iguatemi era antes de tudo segurança para um plano maior, a defesa do território colonial, motivo pelo qual foi designado o governo da recém instaurada capitania para D. Luis Antônio, respeitado militar na Europa.³⁷

A historiografia, porém, não comprova através de um grande acervo documental que houve, regularmente, o envio de tropas paulistas para o sul e oeste da Colônia. No entanto, é possível perceber que a política de defesa territorial através da “diversão”, tese levantada e executada pelo Morgado de Mateus, existiu. Assim feita defesa, materializada pelo Forte Iguatemi, esta se apresenta através da manutenção de uma posição militar no Oeste e consentida graças ao prestígio que havia conquistado o Governador desta Capitania em momentos anteriores.³⁸ Em 1771 o Morgado de Mateus estabeleceu uma série de “pontos essenciais” que foram os principais objetivos para a defesa da fronteira pelo Iguatemi e à parte ocidental da Colônia:

- Transformar o Iguatemi em ponto fortificado de defesa do território e instrumento de “diversão” caso seja iniciado algum ataque castelhano;
- Povoar as terras adjacentes, chamadas pelo governador de “Campanhas de Vacaria” e assim criar uma situação favorável para existência da praça, sem que esta fique dependente de socorro paulista, pela distância e pela dificuldade em fazê-lo;
- E finalmente proteger também a região mineradora de Cuiabá e todo o território de Mato Grosso, desprovido de quaisquer meios defensivos até o momento da confecção destes pontos.³⁹

³⁶ *Ibidem*, p. 140 - 141.

³⁷ *Ibidem*, p. 141.

³⁸ *Ibidem*, p. 265 – 266, 272 - 273.

³⁹ *Ibidem*, p. 273 - 274.

Acreditava o governador paulista que a manutenção do forte era sem quaisquer precedentes, fundamental para a consolidação da fronteira colonial.⁴⁰ A “diversão” proposta reforçava-se quando com a provável falta de homens no sul forçaria o possível envio de tropas de Buenos Aires, ou mesmo ainda de Espanha, caso houvesse alguma tentativa de invadir o território oeste da colônia portuguesa, enfraquecendo a resistência no Sul. O Iguatemi foi, portanto, fundado para fazer “diversão” aos castelhanos, porém ele ainda assegurava proteção à Mato Grosso, Goiás, à região de Sete Quedas e seria ainda um posto de defesa ao norte da bacia platina.⁴¹ Entre 1772 e 1773 o governador de São Paulo recomendou atenção ao oeste da colônia. Por mais que ainda fizesse parte da jurisdição mato-grossense a região entre os rios Paraná e Paraguai necessitaria de maior atenção por parte do governo. O Morgado de Mateus temia a interrupção do direito de navegação na região, o que dificultaria ainda mais o abastecimento da região das minas cuiabanas.⁴²

Um acesso para o Mato Grosso: o Forte de Coimbra como guardião da fronteira e do rio Paraguai

A fronteira colonial, especialmente a região limítrofe entre a capitania de Mato Grosso e as posses espanholas, constituía-se não apenas de um vazio demográfico, mas de uma área fundamental para ligar o litoral e o centro do continente, a bacia platina e a bacia amazônica. A situação litigiosa da fronteira passou então a configurar como um evento belicoso, pois, segundo John Keegan, as posições lusas e castelhanas configuraram-se como posições de batalha, mesmo sem que houvesse sido declarada guerra entre estas Coroas na América, Ásia ou mesmo na Europa.⁴³ A batalha protagonizada por lusos-brasileiros e hispano-paraguaios representou e influenciou a construção de pontos fortificados às margens dos rios da região.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 274.

⁴¹ *Ibidem*, p. 277, 289, 332.

⁴² *Ibidem*, p. 20.

⁴³ KEEGAN, John. *O rosto da batalha*. Tradução de José Vieira de Lima. Lisboa: Editora Fragmentos, 1976, p. 12.

No âmbito da fundação do Presídio de Nova Coimbra, depois chamado de Forte Coimbra, a historiografia relata uma discussão acerca da localização deste empreendimento militar. Localizado à margem direita do rio Paraguai, o forte foi construído no estreito de São Francisco Xavier, local onde o capitão Matias Ribeiro da Costa pensou ter escolhido corretamente, seguindo as instruções e indicações do governador mato-grossense Luis de Albuquerque. O local selecionado por Matias da Costa é a primeira formação rochosa que surge na margem direita à jusante do rio, acompanhado por uma cadeia de morros na margem oposta, assemelhando-se bastante da descrição do governador sobre o melhor lugar para se fundar o forte. O Morro da Marinha, local escolhido por Luis de Albuquerque, localizado no acidente geográfico conhecido como Fecho dos Morros, surge na margem direita, sendo que na margem esquerda existe uma série de morros menores. Esta indicação de dois lugares com descrições muito próximas não aparecem nas recomendações dadas a Ribeiro da Costa, não havendo nem mesmo a indicação de que deveria a expedição passar por um estreito semelhante, fazendo com que este tenha acreditado ter chegado ao local escolhido logo quando encontrou o estreito de São Francisco Xavier.⁴⁴

O local escolhido para fundar Coimbra foi a margem oeste do rio Paraguai levando em consideração vários aspectos: observação do território, melhor localização para ataque, proteção em caso de ofensiva, proteção contra sazonais enchentes e constituição de lavouras para subsistência do contingente militar. “Chegado ali, levava provavelmente Matias 3 a 4 dias a reconhecer minuciosamente as duas margens do rio, o contorno dos morros e os observatórios; e, em conseqüência, decidiu-se pela margem direita.” A escolha pela margem ocidental, embora estivesse em terreno de domínio paraguaio, foi previamente autorizada por Luis Albuquerque que permitiu também que fosse assentada estacada em local fácil e cômodo se sentisse necessidade.⁴⁵

Virgilio Correa Filho entende que o erro na escolha pelo local de fundação do Forte Coimbra incentivou os colonos paraguaios a povoarem as margens do rio Paraguai e criar seus instrumentos de defesa, como o Forte Olympe e o For-

⁴⁴ MELLO, Raul Silveira de. *História do Forte Coimbra – 2º Volume – VI e VII Períodos (1748 - 1802)*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959, p 65 – 66, 69.

⁴⁵ MELLO, Raul Silveira de. *História...*, 2º volume, *Op. cit.*, p. 71, 73.

tim de San Jose, em sítios próximos à Coimbra.⁴⁶ Mello entende que o erro na escolha pelo local de fundação do forte foi na verdade um acerto. Durante a escolha da localização de Coimbra estavam os castelhanos cobiçosos pela retomada dos territórios fronteiriços junto aos domínios portugueses, entendendo que a aguçada vigilância paraguaia associada à distância desta praça com o restante da capitania estaria decretada a efêmera permanência dos portugueses na região do médio-Paraguai caso fosse fundado Coimbra em Fecho dos Morros. Mello ainda credita ao erro de Matias o domínio da navegação pelo médio-Paraguai, já que este equívoco providencial alavancou a fundação de Albuquerque, Corumbá e outros sítios, justamente para abastecerem Coimbra e não deixar que este percesse pela falta de víveres.⁴⁷

O Presídio de Coimbra foi fundado em 13 de setembro de 1775 e a expedição contou, além do capitão Matias, com o subcomandante capitão Miguel José e alguns dragões treinados no tiro de artilharia. A primeira planta conhecida corresponde a um desenho feito após um incêndio, ocorrido dezesseis meses após a fundação do destacamento. A forma inicial durou aproximadamente vinte anos até que o presídio adquirisse o contorno que conserva atualmente. Mas mesmo antes de adquirir o clássico traçado, entre 1780 e 1790, o presídio foi aumentado cerca de quarenta e cinco metros em sua lateral, o que significativamente não proporcionou nenhuma melhora à defesa da estacada, mas permitiu uma melhor acomodação da guarnição e uma melhor distribuição das instalações na área interna do presídio, que foi construído em terreno rochoso e não permitiu a abertura de fosso de proteção.⁴⁸

Dadas circunstâncias de instabilidade política na região da fronteira, decidiu então Miranda Montenegro, governador da capitania de Mato Grosso no final do século XVIII, enviar ao Presídio de Coimbra o experiente Ricardo Franco que esteve durante algum tempo responsável pela guarnição militar do Forte Príncipe da Beira no rio Guaporé. Ricardo Franco chegou à Coimbra em substituição ao capitão Rodrigues do Prado, oficial que foi designado para providenciar a instalação do Presídio de Miranda, às margens do rio Mbotetêi. No ano de 1797,

⁴⁶ *Ibidem*, p. 17.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 72.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 73, 83 – 85.

observou Ricardo Franco que a estrutura erguida no rio Paraguai necessitava de cuidados urgentes quanto a sua estrutura, sugerindo o tenente-coronel que fosse imediatamente providenciada mudança do local. Distanciando aproximadamente cento e trinta metros da localização original estaria o local mais apropriado para se manter a fortificação acompanhando a relevo do sítio.⁴⁹

O erro fundamental e a fundação do Presídio de Miranda

A fundação de um estabelecimento militar na região da foz do rio Mboteteí já figurava entre os planos de defesa da capitania de Mato Grosso desde a década de 1770. Pelas condições em se associar a proteção de Camapuã, a defesa do itinerário de abastecimento da área mineradora cuiabana e a navegação pelo médio curso do rio Paraguai, e auxiliar a defesa do Forte Coimbra, a idéia de implantar junto à porção final do Mboteteí um empreendimento militar era muito bem aceita pelo governo mato-grossense. Além das condições geográficas favoráveis para a criação do baluarte ainda havia a possibilidade de cultivar roças nos campos adjacentes, tanto para o autoabastecimento do presídio quanto para formar força defensiva junto ao Forte que foi implantado no rio Paraguai em meados da década de 1770, guarnecendo assim a porção sudoeste da capitania frente às investidas castelhanas. Em 1776 já havia sido escolhido local propício para o assentamento de uma guarnição militar, à margem direita do rio Mboteteí.⁵⁰

Mesmo com reais intenções em povoar e guarnecer a porção final do Mboteteí por parte do governo mato-grossense, os colonos paraguaios não deixaram de vasculhar a região procurando gado e ervais nativos e conseqüentemente extrapolando os limites sul da capitania de Mato Grosso, fato que comprometia a manutenção da fronteira colonial estabelecida pelos tratados limítrofes acordados durante a segunda metade do século XVIII.⁵¹ A ocupação paraguaia na região dos Morros dos Três Irmãos, onde foi fundado pelos colonos castelhanos o Forte Bourbon, tornava totalmente inviável para o governo de Mato Grosso

⁴⁹ *Ibidem*, p. 354.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 93 – 95.

⁵¹ *Ibidem*, p. 303.

fundar qualquer estabelecimento militar abaixo desse acidente, pois inevitavelmente este se tornaria alvo fácil para o ataque castelhano. Em 1797 o oficial responsável pelo Forte Coimbra, capitão Rodrigues do Prado, foi deslocado de seu posto para fundar na foz do Mboteteí um presídio. Este estabelecimento teria a finalidade de cobrir a região contra a investida dos atacantes castelhanos à região centro-sul da capitania. A urgência em se criar tal artefato de defesa foi notada após as recentes investidas paraguaias na região, como fica clara após a fundação do Forte Bourbon em 1792, fato que demonstrou o interesse castelhano em retomar o território ou pelo menos parte do mesmo.⁵²

A escolha do local mais apropriado para a fundação deste Presídio atenderia algumas designações estratégicas já que este deveria ser de rápido acesso junto ao Forte Coimbra, além de cumprir com sua função de guarnecer militarmente a região.⁵³ Não se sabe com exatidão a data de fundação do Presídio de Miranda. Apesar de já autorizada a defesa dessa localidade e de expedições anos antes de 1797, estimou-se que o mais provável teria sido entre os quinze dias aproximadamente após a saída da expedição do Forte Coimbra para a fundação do Presídio de Miranda, que ocorreu no dia nove de outubro de 1797, e o dia três de novembro do mesmo ano, data escolhida propositalmente, pois remetia ao primeiro aniversário da chegada do então governador da capitania, Miranda Montenegro, à Vila Bela. O nome deste estabelecimento também é uma homenagem a este capitão-general, como a mudança do nome do rio que aconteceria anos mais tarde.⁵⁴

A inicial escolha do local de fundação do Presídio, realizada no ano de 1797 foi suplantada ainda em 1799, ano em que o presídio mudou de local devido a uma enchente que invadiu a construção e destruiu parte da estrutura do empreendimento. A escolha do novo local para reconstruir o presídio deu-se à distância aproximada de cerca de duzentas braças do local escolhido inicialmente.⁵⁵ Mello atribui ao Presídio de Miranda elevado valor histórico, pois, mesmo não restando atualmente nem mesmo ruínas desta construção e não se conhecendo nem

⁵² *Ibidem*, p. 304 – 305, 368.

⁵³ *Ibidem*, p. 370, 378.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 371 – 372, 374 – 375.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 376.

mesmo o local de fundação com exatidão, este cumpriu seu dever militar, que foi auxiliar na manutenção da fronteira mato-grossense com as posses castelhanas no interior da América do Sul, conjuntamente com o Forte Coimbra. “Vê-se, portanto, que a escolha do Miranda e sua ocupação militar, se não chegou tarde, chegou no momento exato, que correspondeu em tudo ao seu destino histórico, qual foi a defesa e incorporação do sul de Mato Grosso”.⁵⁶

Considerações finais

Compreender as motivações para os desentendimentos fronteiriços entre as frentes colonizadoras de Portugal e Espanha durante o século XVIII constitui um esforço eficaz na análise do desenrolar dos conflitos fronteiriços. A formação dos estados nacionais platinos passa, necessariamente, pelos infortúnios das tropas que ali se instalaram durante todo o século e meio que antecedeu a Guerra da Tríplice Aliança. Conjuntamente à militarização dos limites, guarnecer a fronteira propiciou mais tarde a consolidação da ocupação territorial através da fundação de vilas e cidades para abastecer estes postos militares e ceder auxílio, caso fosse preciso.⁵⁷ Neste sentido, a análise do passado pela metodologia da história militar é uma opção para compreender o processo de formação de uma fronteira militar de Mato Grosso, conforme a proposta deste texto, cujo objetivo é apresentar uma espécie de gênese dos desentendimentos na fronteira.⁵⁸

A documentação produzida pelos tratados figurou muito mais no plano internacional e em raríssimos momentos estas resoluções foram respeitadas, tanto por Portugal como por Espanha; no interior da América do Sul houve mútuas invasões. Sem que essas invasões se fizessem intencionalmente, já que os tratados apresentavam resultados virtuais a uma população que muitas vezes foi suprimida de documentação que a fizesse existir no mundo legal, tanto portugueses quanto espanhóis desrespeitaram essas resoluções. Feita defesa e entendida essa região como a fronteira entre Espanha e Portugal na América, “o território nascido dessa conjugação de vontades seria assumido pelo Estado como a ‘zona

⁵⁶ *Ibidem*, p. 379.

⁵⁷ FARIA, Miguel. *Op. cit.*, p. 178.

⁵⁸ KEEGAN, John. *Op. cit.*, p. 20.

antimural’, ‘a barreira de defesa’, a fronteira entre as duas frentes ibéricas de colonização no oeste da América do Sul.’⁵⁹

Desta forma, este trabalho pretendeu tratar preliminarmente dos desentendimentos fronteiriços entre portugueses e espanhóis, especialmente na porção sul-sudoeste da capitania de Mato Grosso, espaço que compreender atualmente a fronteira entre Brasil e Paraguai, e foi teatro da maior batalha já assistida no continente americano, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Entendendo ainda que este assunto merece maiores análises e que as reflexões aqui apresentadas apenas iniciam a discussão acerca da história dessa região a partir da formação das fronteiras nacionais.

⁵⁹ FARIA, Miguel. *Op. cit.*, p. 164. ⁵⁹ FARIA, Miguel. *Op. cit.*, p. 164

A Imprensa vai à Guerra do Paraguai. O uso da caricatura como arma de guerra no século XIX

*Edgley Pereira de Paula**

O presente artigo pretende problematizar o papel da imprensa brasileira e paraguaia como parte integrante do esforço empreendido pelos dois países envolvidos no grande conflito bélico que envolveu as nações platinas no período entre 1864 e 1870, partindo da perspectiva de se pensar as imagens impressas produzidas nos periódicos que retratavam a guerra.

Palavras-chave: imprensa, guerra, caricaturas

The present article intends to reflect about the paper of the Brazilian and Paraguayan press as integrant part of the effort undertaken for the two involved countries in the great war conflict that involved the platinum nations in the period between 1864 and 1870, starting from a perspective of thinking the images produced in the periodic that portrayed the war.

Key words: press, war, caricature.

Hoje em dia, não raro, nos deparamos com jornais e revistas multicoloridos, sedutores, com grande quantidade de imagens que auxiliam o entendimento do texto e por vezes torna a leitura mero meio auxiliar, pois, na verdade, a imagem já disse tudo...

Essa capacidade que a imagem possui foi largamente utilizada durante o grande conflito armado que marcou a construção das identidades dos povos do atual Mercosul.

Porém nem sempre foi assim, a tecnologia para se imprimir imagens

* O Autor é Oficial do Exército Brasileiro do Quadro Complementar (Historiador), possui Bacharelado e Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pós-graduação em História Militar Brasileira pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Mestrado em História Política no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/ UERJ), sócio honorário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), sócio ti-

em papel levou muitos anos, até o ponto de se baratear e tornar possível sua reprodução em maior escala, para depois ser utilizada nos jornais que circularam particularmente no Brasil, na corte do Rio de Janeiro e no Paraguai no período da Guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870).

O assunto guerra, por ser de valor capital, ponto de inflexão de toda sociedade, geralmente conta com uma considerável produção de documentos, de fontes que envolvem tal fato histórico, contudo, em nenhum outro tema de pesquisa, opiniões são tão diversas, tão apaixonadas e tão discrepantes sobre o mesmo assunto, principalmente quando analisamos documentos produzidos nos países contendedores.

O conflito armado geralmente é estudado dissociado de seus múltiplos aspectos econômicos, sociais e mais ainda culturais, privilegiado análises políticas, diplomáticas ou puramente de caráter militar, a dita “História Batalha”, esvaziando as possíveis discussões mais aprofundadas do acontecimento “guerra” para se entender a história das sociedades.



Figura 1 - O imperador como 1º Voluntário da Pátria em Uruguaiana - *Semana Illustrada* - 1865

tular da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHMTB), Seção Brasília e pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas em História Militar do Exército (CEPHiMEX). Ex-professor do Colégio Militar de Brasília, atualmente serve na Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX). edgleydepaula@hotmail.com

Ao longo do século XIX, o acesso à imagem vai paulatinamente se difundindo. Obras de arte, quadros e pinturas que se encontravam nas mansões, em livrarias, nas confrarias reservadas para uma pequena elite aos poucos vai se ampliando e complexificando seu acesso, assim como, os espaços públicos.

Nesse contexto, as publicações ilustradas impressas e os jornais que proliferaram, particularmente, depois do início da guerra (1864), divulgadas quase que diariamente nos diferentes jornais, causaram forte impacto, não só na sociedade como também nos homens que estavam sendo arregimentados e enviados para lutarem nas campanhas militares no Paraguai.



Figura 2 - Solano López sendo acochado pela Tríplice Aliança - Semana Illustrada - 1865.

As representações construídas na guerra, possivelmente, não teriam prosperado sem a participação das imagens que circularam na imprensa em charges e caricaturas. A irreverência foi a chave utilizada, tanto pelo lado paraguaio, quanto pelo brasileiro, para retratar o inimigo a ser vencido, mas, por trás dessa crítica despudorada evidenciava-se uma gama de preconceitos existentes e que estavam sendo construídos e massificados entre as nações em conflito.

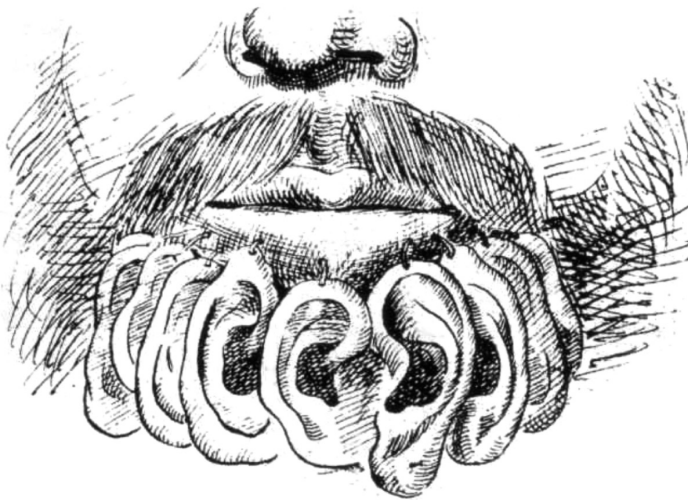


Figura 3 - A crueldade e selvageria dos paraguaios sendo retratada nos periódicos brasileiros - Paraguay Illustrado - 1865

Ao transpor para o papel a imagem do “outro”, os periódicos validaram e desmascararam, através de instrumentos de corrosão da imagem do inimigo, juízo de valores já preexistentes no imaginário coletivo daquelas populações.

Dentre outros periódicos de época que retrataram o conflito temos: A Semana Illustrada, que circulou durante todo o conflito bélico; o Paraguay Illustrado, periódico especializado em cobrir a guerra em andamento e que teve vida efêmera – de julho a outubro de 1865, efetivamente no primeiro ano da guerra e que apesar de curta duração, produziu uma considerável quantidade de imagens e o Bazar Volante, periódico que durante o decorrer do conflito mudará de nome por duas vezes, em 1867 passará a se chamar O Arlequim e a partir de 1868, Vida Fluminense, isso do lado brasileiro, todos em circulação na corte do Rio de Janeiro, então capital do Império.

Do lado paraguaio dois principais jornais: o Cabichuí, editado na frente de combate em Paso Pucú entre maio de 1867 e agosto de 1868 e o El Centinela, editado em Assunção desde 1865 até 1868.

O interessante é que ao observarmos a imagem como representação do inimigo a ser derrotado percebemos não apenas o discurso de quem produziu as caricaturas, mas, também de quem as viu e como as viu.



Figura 4 - A espada civilizadora da Tríplice Aliança - *Semana Illustrada* - 1867

As representações, segundo o historiador francês Roger Chartier, inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”¹; em outras palavras, são produzidas aqui verdadeiras “lutas de representações”.

E estas lutas geram inúmeras “apropriações” de acordo com os interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo humano.

Nesse sentido, o relato de um oficial subalterno do exército imperial chamado Dionísio Cerqueira sobre a utilização dessas imagens como armas de guerra faz-se revelador:

Para exaltar o espírito dos seus soldados, cuja valentia, obediência e abnegação dispensavam aliás estímulos. López nos mandava injuriar pela sua imprensa. (...) Às vezes, sem sabermos como, apareciam exemplares, cobertos de injúrias

¹ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

aos aliados, nos nossos acampamentos. De alguns sabíamos a origem: eram encontrados nos bolsos dos mortos e feridos. Os outros haviam sido deixados provavelmente pelos espiões, que não eram raros e passavam facilmente por orientais no acampamento argentino, por argentinos no oriental e por orientais ou argentinos no brasileiro.²

No Brasil, de uma maneira geral, as imagens personificaram a figura de López, como o grande causador da guerra e por isso ela só poderia terminar quando da eliminação do seu causador.

O Paraguai era retratado como uma nação longínqua, isolada e sob o poder tirânico de um ditador, já o Império e seus aliados teriam essa missão civilizadora e libertadora a cumprir, muito bem alinhado com o discurso reinante à época, do “fardo civilizatório” que as nações mais desenvolvidas teriam para com as mais “bárbaras”; deve-se lembrar que o modelo de civilização moderna e avançada à época era a Inglaterra Vitoriana com sua secular monarquia.

A selvageria e crueldade de Solano López foi tema recorrente durante todo o conflito expostas nos diferentes periódicos. Porém, de acordo com o passar dos anos, as resistências e as sucessivas fugas do Mariscal e seus últimos homens vai desgastando a imagem do exército imperial.

O medo da fuga de López rumo à Europa aparece recorrente nas caricaturas, ora como ave de rapina, levando polpudos sacos de dinheiro, ora como demônio à atijar nosso imaginário cristão.

Aliás, é interessante verificar que tanto nas caricaturas brasileiras quanto nas paraguaias a alusão, seja no estilo, seja através de metáforas, com a passagem do apocalipse da Bíblia Paulina é recorrente, no caso, o Apocalipse: a morte, a fome, a peste, a guerra, ora López como anti-Cristo, ora Dom Pedro II; o que demonstra que as chaves de leituras eram muito próximas...

O fator “tempo” evidenciará, de uma maneira geral, as diferentes vertentes dos periódicos da corte carioca, o ufanista *Paraguay Ilustrado* resistirá apenas alguns meses de 1865, o *Bazar Volante*, *O Arlequim* e a *A Vida Fluminense* seguirão uma linha mais crítica do conflito, enquanto que a *Semana Ilustrada*, de uma maneira geral continuará alinhada ao discurso do império.

² CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980, p.121/122.

Contudo, com o passar dos anos, pátria e governo vão se diferenciando nos desenhos produzidos. Nas publicações brasileiras, o Brasil passa a ser retratado como um índio ora normal, ora gigante, ou então, comumente doente ou acamado, com o imperador e ministros receitando remédios duvidosos. O país, nesse caso, era mostrado como entidade independente do governo.

No Paraguai, as imagens se concentraram tanto no chefe de estado brasileiro, o imperador D. Pedro II, quanto no povo brasileiro, ao ridicularizar a tropa brasileira como um exército de negros macacos, incapazes de lutarem tão valerosamente quanto o combatente guarani.



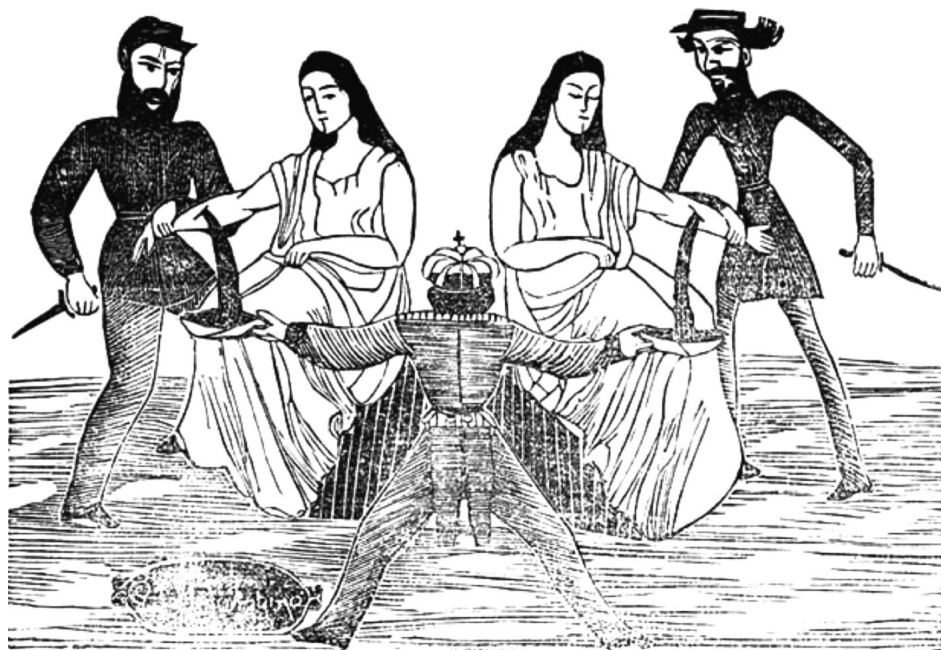
Figura 5 - O imperador, o almirante Tamandaré e o General Polidoro como macacos - El Centinela - 1867

A atitude jocosa perante os nossos chefes militares também será recorrente: D. Pedro II era “Macacon”, Porto Alegre virava “Porto Triste”; General Osório, conhecido por “Osário”; e o Duque de Caxias “el gran jefe Macacuno”. Também será alvo de piadas a pontaria da esquadra brasileira:

El Cabichuí considerando la conveniència de llamar-se lãs casas de la Guerra por sus próprios nombres, o al menos com nombres que encierem ideas analagas a los efectos uq produzem, há acordado y decreta.

Art 1º- Se proíbe bajo severa pena que desde hoy em adelante se llame bombardeo al que hace la escuarda brasileira: se llamará machacada si es de día y si es de noche macaquiza.³

Aspectos críticos da luta são retratados em charges significativas e bem humoradas. O Exército Brasileiro é descrito como uma tartaruga, numa clara alusão à sua demora em marchar para a guerra. Em outra charge, a nossa tropa, totalmente negra, é derrotada por Lopez em seu sonho e D. Pedro II de joelhos pede clemência ao presidente paraguaio.



El Emperador; abran bem esas velas e ainda ha sangue.

Figura 6 - A representação da nação paraguaia sendo ultrajada pelo inimigo - Cabichuí - 1868

Tanto o Cabichuí quanto o El Centinela prosseguirão no bombardeio cômico do oponente, durante toda sua existência e circulação como periódico que durará até 1868, quando cai Assunção e torna inviável a confecção de jornais.

³ CABICHUÍ, 1867: periódico de la guerra de la triple alianza. Edição facsimilar. Asunción: Museo del Barro. Página eletrônica: www.museodelbarro.com: acessado em 02/09/2011.

O discurso e a desconstrução do inimigo continuaram, até o final de suas publicações, sem qualquer crítica ao governo paraguaio, mostrando o caráter tirânico e controlador do governo de Solano López sobre esses meios de comunicação.

Nesse sentido podemos diferenciar três grandes temas centrais nas produções paraguaias: nas primeiras fases da guerra que marcam a ofensiva paraguaia (1864/1865) e o contra-ataque aliado (1865/1866) as caricaturas paraguaias remetem a um exército de seres inferiores (macacos), incapazes de lutarem à altura do combatente guarani, na fase da estagnação (1866/1867), quando as tropas aliadas invadem o território Paraguai e não conseguem passar da linha fortificada de Humaitá, as tropas aliadas são descritas como lentas, inoperantes, de má pontaria, no entanto vencida Humaitá quando os aliados retomam a ofensiva (1868) as imagens irão remeter ao holocausto da nação, à escravidão que o será o futuro do Paraguai.

Interessante verificar que uma idéia que irá acompanhar toda produção dos jornais paraguaios no decorrer do conflito será a fragilidade da aliança Brasil, Argentina e Uruguai e a sombra monarquista e escravocrata do império brasileiro.



Caxias domando su nuevo Carumbé.

Figura 7 - A lentidão do exército aliado e a figura do Marquês - Cabichuí - 1868.

Os acontecimentos militares geralmente são registrados por uma série de documentos, mas geralmente são captados valendo-se de um determinado ponto de vista, de maneira unilateral e incompleta.

Mesmo quando se oferecem de forma abundante, como é o caso da cobertura de um tema tão controverso e que afeta toda uma sociedade como a guerra, não se pode perder de vista sua subjetividade, implícita no seu registro a partir de um dado lugar, de uma dada época e de um olhar próprio de quem o produziu.

Todo documento é uma interpretação daquilo que ocorreu. Cabe ao historiador analisá-lo tendo essa premissa, criticá-lo, confrontá-lo com outras fontes, outras interpretações, perceber as nuances que o envolvem, sua confecção, seu discurso.



Mitre y Flores prestaron obediencia á su Magestad macacuna, que les sumo hasta el cogote el gorro de la libertad.

Figura 8 - a Tríplice Aliança sob os interesses do império - Cabichuí - 1867.

As caricaturas e charges produzidas à época ao revelarem um outro olhar sobre o real, um outro lado da história, sempre crítica, envolvendo um apelo a

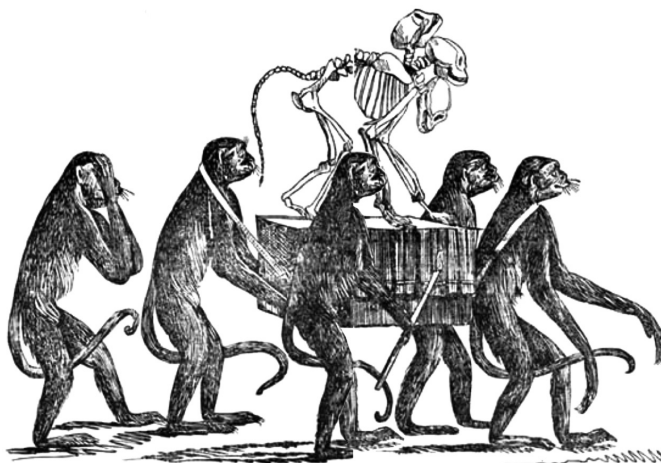
um outro sentido, mais ligado ao imaginário, não significou, necessariamente, que fora um agente de mudanças das práticas sociais, ao contrário, seu papel procurou evidenciar a manutenção da ordem vigente, especialmente através da criação de personagens estereotipados, validando preconceitos.

Essa práxis foi largamente utilizada por ambos os lados do conflito através da personificação do inimigo a ser vencido, animalizando-o, banalizando-o.



La actualidad de la alianza.

Figura 9 - As desavenças da Tríplice Aliança - El Centinela, 1868.



No hay sino una cera para ese entierro, y esta es la antorcha: la verdad que ilumina la marcha funeraria del convoi.

Figura 10 - Exército de macacos, carregando em marcha fúnebre os ossos da Aliança - El Centinela, 1867

Os desenhos veiculados tanto nos periódicos paraguaios Cabichuí e El Centinela quanto nos da corte do Rio de Janeiro disseminaram e gravaram na memória, preconceitos até hoje perceptíveis nos países platinos. Essas caricaturas, esses discursos imagéticos contribuíram para consolidar estigmas, que revestem a Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai de importante atualidade.



Figura 11 - O retorno da soldado negro, herói de guerra à monarquia escravocrata
- A Vida Fluminense - 1870.

O imaginário é composto de imagens que transmitem a idéia, opinião, imaginação de quem as criou sob efeito de várias influências: sociais, culturais, afetivas. O preconceito não é só o que se mostra, mas principalmente o que se esconde, o que se mascara, gravado no interior, na memória; difícil de se dissociar do que o ser humano é.

O tema guerra e toda suas possibilidades potencializaram certas práticas que, na intenção de auxiliarem como motivação de combate no esforço dos estados num conflito de alguns anos, sedimentaram e perderam certas idéias-imagens por séculos, sendo hoje em dia, mais um dificultador da tão sonhada integração regional.

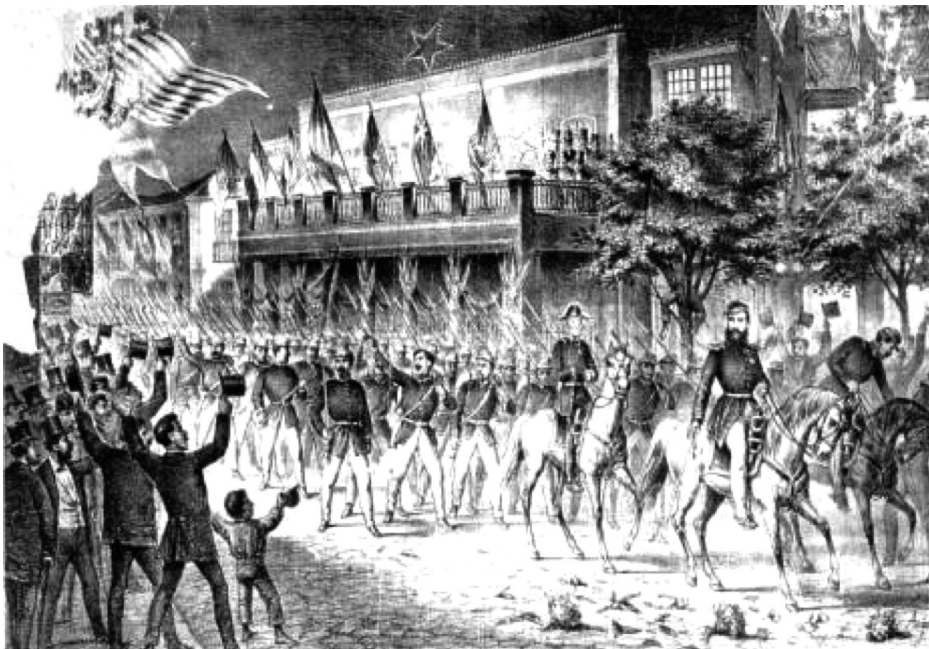


Figura 12 - Retorno triunfal das tropas imperiais - A Vida Fluminense - 1870.

Podemos então nos perguntar: Por que e para que esse revisitar? Qual seria a utilidade prática (para sermos bem atuais) nesses estudos desse tão longínquo oitocentos? Devemos comemorar nossas vitórias? Envergonharmos de nossas derrotas? Ou o contrário, devemos envergonharmos de nossas vitórias?

Bem, acreditamos que esse olhar menos apologético da história, particularmente, da história militar, possa colocar esses homens e mulheres que viveram e morreram nessa grande guerra em sua real dimensão, na sua época, no seu lugar, para que a partir daí, talvez, entendendo-os em suas fraquezas, em seus altruísmos, em suas humanidades, em seus “lugares de fala”, através do conhecimento, fazemos todos juntos, brasileiros, paraguaios, argentinos e uruguaios, uma “catarze” intelectual e construimos, juntos, um futuro melhor, uma História que não separa, antes aproxima.

Principais Fontes Imagéticas

Periódicos paraguaios

Cabichuí: periódico de la guerra de la triple alianza. Edição facsimilar. Asunción: Museo del Barro. Página eletrônica: www.museodelbarro.com

El Centinela: periódico de la guerra de la triple alianza. Edição facsimilar. Asunción: Centro de Artes Visuales - Museo del Barro. Página eletrônica: www.museodelbarro.com

Periódicos brasileiros

Semana Illustrada: Biblioteca Nacional. Loc. Título PR-SOR 02334 (1-8). Período microfilmado: 16 dez 1860/19 mar 1876

Paraguay Illustrado: Biblioteca Nacional. Loc. Título PR-SOR 02153. Período microfilmado: 30 jul/26 out 1865

Bazar Volante: Biblioteca Nacional. Loc. Título PR-SOR 02148. Período microfilmado: out 1865/ dez 1866 (sucedido por: O Arlequim)

O Arlequim: Biblioteca Nacional. Loc. Título PR-SOR 02145. Período Microfilmado: 5 mai/ 29 dez 1867 (sucedido por: A Vida Fluminense)

A Vida Fluminense: Biblioteca Nacional. Loc. Título PR-SOR 02154. Período microfilmado: 4 jan 1868/ 25 dez 1875

História Social da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades

Maria Teresa Garritano Dourado*

A proposta desse trabalho é analisar a Guerra do Paraguai sob um novo olhar, sob o ângulo do soldado comum que, muitas vezes, arrastado para as batalhas, teve que lutar principalmente pela sobrevivência e, na maioria das vezes, morrer. Trata-se aqui de dar visibilidade aos horrores que passaram os soldados e marinheiros, subnutridos e enfraquecidos pela falta de alimentos e por isso mais sujeitos às doenças. Analiso, também, o funcionamento da Justiça Militar em um acampamento do exército brasileiro e em navios da armada imperial onde se vivia sob indispensáveis regras disciplinares, muitas vezes quebradas.

Palavras-chave: fome, doenças e penalidades.

The purpose of this work is to analyze the War of Paraguay under a new look from the perspective of the ordinary soldier who often drawn into the battles, mainly had to fight for survival and, in most cases, die. It is here to give visibility to the horrors that have passed the soldiers and sailors, malnourished and weakened by lack of food and therefore more subject to diseases, analyze also the functioning of military justice in an army camp in Brazil and ships where the imperial army was under disciplinary rules indispensable, often broken.

Keywords: *disease, hunger and crime.*

A História da Guerra do Paraguai pode ser contada em paralelo à história das doenças infecciosas como dois temas que se sobrepõem, caminhando juntas e interferindo nas ordens de comando dos acampamentos militares. A doença deixou de ser um objeto exclusivo da Medicina e passou a ser problematizada pela História. Os germens, os inimigos, a dor e a morte conviviam no mesmo campo de batalha e competiam pela sobrevivência.

É claro que se deve considerar que a presença de enfermidades nos campos de batalhas foi também o produto das extremas condições de vida, das exposições de soldados e civis ao clima, da falta de medicamentos, de alimentos; que causou desnutrição e, portanto, propensão a doenças, assim como outras carências que se impuseram durante a guerra. A aparição de pestes tampouco pode atribuir-

* Prof^a Doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.
.ts.dourado@uol.com.br

-se à casualidade. A escassa alimentação, os milhares de cadáveres insepultos, as más condições higiênicas, a enorme quantidade de bactérias que assolavam o acampamento e campos de batalha contribuíram para a imensa mortandade que existiram durante a campanha. A longa lista de motivos para a expansão de enfermidades e pestes deve juntar-se ao grave dano do sistema ecológico e ao equilíbrio natural que se efetuou com a presença de grande quantidade de pessoas que se deslocavam incessantemente pelos pântanos, pelas matas e bosques, penetrando no habitat natural dos agentes transmissores de doenças.

Uma das principais referências para o estudo das doenças na guerra são os diários dos soldados e dos viajantes, muitos dos quais personagens de suas próprias narrativas, que enriquecem o conteúdo da documentação médica porque são testemunhas oculares que vivenciaram a dor, o desespero e o medo diante da morte. Os diários escritos nos acampamentos revelam situações nem sempre anotadas pelos registros médicos, que também são fontes valiosas e descrevem um quadro minucioso dos sintomas das doenças, que muito contribuem para esclarecer certas enfermidades e possibilitam um cotejamento entre algumas questões: tratamento dos doentes, condições higiênicas e sanitárias, sintomatologia das doenças, e muitos outros problemas que o cotidiano de um acampamento militar proporciona.

As memórias dos veteranos dos países envolvidos oferecem subsídios para uma análise da qualidade do serviço médico, dos alimentos disponíveis, das doenças e muitos outros assuntos referentes à campanha, destacando-se que esses documentos revelam uma riqueza de detalhes ajudando a desvendar o passado, lançando luz e permitindo perceber uma história dos indivíduos e estudar o seu dia a dia. Bastante elucidativos são os escritos de Alfredo d'Escragnolle Taunay, André Rebouças, Augusto Tasso Fragoso, Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo Evangelista de Castro Dionísio Cerqueira, Francisco Pereira da Silva Barbosa, George Frederick Masterman, George Thompson, João Pedro Gay, Juan Crisóstomo Centurión, José Luiz Rodrigues da Silva, Leon de Palleja, Luiz de Castro Souza, Louis Schneider, Manoel Carneiro da Rocha e Richard Burton, entre muitos outros, e todos eles sem exceção descrevem os próprios padecimentos e o cotidiano de um soldado com riqueza de detalhes.

Nos registros de doenças dos Livros de Hospitais e Enfermarias, bem como nos atestados de óbito, anotavam-se os diagnósticos prováveis como diarreias,

disenteria, febres e mal das urinas, entre outros, confundindo o diagnóstico das doenças e certamente a forma de como tratá-las. Também em diários era comum a denominação de doenças pelos seus sinais apresentados e pela sintomatologia.¹

Parte dos soldados feridos e doentes era deixada, em convalescença, em várias localidades portuárias ou em enfermarias localizadas próximo aos acampamentos. Além das questões sanitárias, sempre presentes na mobilização e até mesmo na desmobilização, é possível deduzir quando se lê a documentação disponível, que as unidades, desde o início da guerra, não tinham a sua disposição barracas adequadas e suficientes e nos navios espaços que lhes permitissem uma qualidade de vida saudável².

“A peste é a maior inimiga que temos”, em ofício do mês de julho de 1865 ao Ministro da Guerra Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o Marechal de Campo Manuel Luis Osório, demonstrava preocupação com o estado sanitário do exército brasileiro³. Assumiu um exército em precárias condições no dia 1º de março de 1865, quando o General João Procópio Menna Barreto, sofrendo de tuberculose em estado avançado, retirou-se para o Rio Grande do Sul⁴. Essa tropa, cujo efetivo era de 9.465 homens, acampado próximo a Montevideú, tinha no seu Corpo de Saúde 17 pessoas responsáveis pela assistência médico-cirúrgica, muitas delas sem preparo para enfrentar as situações médicas que exigiam uma atuação de guerra. Fatigada por longas marchas, a tropa sofria com o calor excessivo e o frio intenso, com as condições higiênicas e sanitárias, devido à utilização de água poluída, que causava enfermidades e com a mudança completa do regime alimentar a que estavam acostumados e que os enfraquecia e debilitava. A diarreia e a disenteria com poder devastador foram as causadoras de muitas mortes e responsáveis pela baixa de milhares de combatentes, tanto brasileiros como paraguaios, argentinos e uruguaios. Esses males grassaram durante toda a guerra com maior

¹ ROCHA, M. C. *Diário da campanha naval do Paraguai, 1866*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999, p. 1.

² PRATA, S. J. As condições sanitárias e higiênicas durante a Guerra do Paraguai. In: NASCIMENTO, D. R.; CARVALHO, D. M. (Org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 61.

³ OSÓRIO, J. L.; OSÓRIO FILHO, F. L. *História do general Osório*. Pelotas, RS: Typ. do Diário Popular, 1915, p. 93.

⁴ SILVA, J. L. R. *Recordações da campanha do Paraguay*. São Paulo: Melhoramentos, s.d., p/13.

ou menor intensidade⁵, tendo ainda o agravante de que parte dos recrutas já chegava doentes ao cenário da batalha, transmitindo e disseminando as doenças de suas cidades de origem onde as epidemias foram frequentes em todo o período colonial. Em São Francisco e Dayman, nas proximidades de Salto, um veterano narrou: “Ahi registramos baixas enormes, e os cemitérios atulharam-se, causava lastima, ver como a desynteria ceifava impiedosamente.”⁶ Mas naquela época o termo disenteria poderia significar um número muito grande de doenças, como parasitose e tifo entre muitas outras. O mesmo veterano descreveu corroborado por outro, algumas tentativas, entre outras que se faziam em todos os exércitos para debelar as doenças, mas que com o tempo se mostraram infrutíferas:

Começando a grassar a desynteria, de modo assustador, e, attribuindo-se ao facto da distribuição da carne no momento de abatido o gado, este serviço passou a ser feito com antecedencia de 12 horas, cessando o mal em erupção, para reaparecer mais tarde, transformado em cholera-morbus asiatico, bexiga pelle de lixa, typho e sarampo, tudo a um tempo⁷. Desde o momento em que a cólera apareceu, houve ordem para que se fizessem, por todo o acampamento, fumigações com folhas de louro e capim, e o quartel-general estava tão continuamente impregnado de fumaça que era quase impossível morar-se lá. López compreendeu sua total impotência para lutar pessoalmente contra tão terrível flagelo, e ficou quase louco, acusando seus médicos de intenção de matá-lo, sendo sua denuncia secundada pelo bispo⁸.

Provavelmente o uso de fumaça com folhas medicinais pelo exército paraguaio provém da orientação de médicos estrangeiros que compunham a equipe de saúde de Solano López, muito comum em outros países europeus, como durante a epidemia de cólera em Granada, 1865, quando a teoria dos miasmas ainda dominava. Os moradores acendiam fogueiras pelas ruas na tentativa de purificar o ar ou afastar as substâncias nocivas que este continha⁹. Até então, a causa das doenças transmissíveis continuava um mistério: falava-se no miasma, a emanação de regiões insalubres (o termo malária, “maus ares”, alude precisa-

⁵ THOMPSON, G. *Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968, p. 95.

⁶ SILVA, J. L. R. *Op. cit.*, p. 27.

⁷ *Idem*, p. 50.

⁸ THOMPSON, G. *Op. cit.*, p. 164.

⁹ UJVARI, S. C. *A história e suas epidemias: a convivência do homem com os microorganismos*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2003, p. 137.

mente a isso). Pela teoria dos miasmas, os locais imundos, contendo dejetos de lixo orgânico em decomposição, emanavam substâncias invisíveis, mas nocivas e causadoras das doenças infecciosas e epidemias, impregnando o ar. Portanto, contraía-se a infecção ao respirar o ar que continha tais substâncias miasmáticas, e não pelo contágio de pessoa a pessoa. A teoria já era antiga, haja vista que se supunha que a malária provinha do mau cheiro dos pântanos. Os miasmas, porém, ganharam mais importância no século XIX¹⁰.

Enquanto a teoria dos miasmas dominava a mentalidade européia, cresciam os indícios da outra forma de aquisição das infecções, o contágio, uma teoria que se opunha à primeira. O contágio acarretaria a disseminação das infecções por meio do contato direto de pessoa para pessoa, ou por meio de objetos contaminados pelo doente. Apesar de essa tese ser a correta, a teoria dos miasmas dominava o terreno científico. Seriam necessárias segundas descobertas futuras para que essa teoria fosse ganhando terreno até, finalmente, ter a sua consagração com a identificação dos agentes causadores das infecções, os germes.

Vale ressaltar que muitos soldados davam parte de doenças para poderem fugir das batalhas, fato amplamente comprovado pelas fontes. O número de doentes que permaneciam nos hospitais e enfermarias aponta para outro problema que foi a disponibilidade de praças enviados para as frentes de batalha, condicionando assim planos de guerra ao número de doentes.

Em uma de suas Exposições, o Alferes do 5º Regimento de Cavalaria Leveira Francisco de Assis Trajano de Menezes, Ajudante de Campo do General Osório, escreveu do teatro de operações alguns tópicos, onde se pode observar um panorama geral das diversas dificuldades em que se encontrava o exército brasileiro, entre eles:

O Exercito nesse dia, não passava de um chão de calamidades. A soldadesca nua, a officialidade desgostosa em consequência da Ordem do Dia nº 17 que publicou o combate de Paysandú. Uns, pedindo justiça pelo desprezo ou olvido a que foram atirados os seus serviços; outros, inspeccionando-se de saúde e fazendo-se julgarem-se inválidos; muitos pediram licença; enfim, a magua, o descontentamento era o que se manifestavam desde os soldados até aos officiaes superiores. Chegavam ao campo, logo encontravam o frio que

¹⁰ CHALHOUB, S. *Cidade fabril*. Coretiço e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia. Das Letras, 2004, p. 64/65.

os congelava, a diferença na alimentação, outra maneira de vida, a variola que assolava as febres; enfim, muitos não sobreviveram a taes rigores. Um Batalhão do Pará que o Ministro da Guerra recommendára ao General como de nadadores e mesmo de um pessoal robusto, em poucos dias tão dizimado ficou, que o General teve que dissolver-o, mandando para outro Batalhão o seu commandante que era um tenente commissionado no posto de Tenente-Coronel e alguns poucos officiaes que resistiram as intempéries¹¹.

Tudo leva a crer que as doenças visíveis como cólera, varíola e malária que matavam com muito mais rapidez e eram em maior número foram contabilizadas, enquanto que outras doenças como, por exemplo, as sexuais, entre outras, que demoravam levar a morte muitas vezes passavam despercebidas no campo de guerra e não foram diagnosticadas e tratadas. É preciso ressaltar que os termos febres e sintomas febris foram bastante utilizados naquela época em que os diagnósticos das doenças eram muitas vezes imprecisos e inexistentes. A maioria dos estudiosos que se refere ao número de vítimas de combatentes e populações civis que pereceram na Guerra do Paraguai, não só no exército aliado, mas também entre os paraguaios, concorda, ao menos, em uma coisa: que mais gente morreu como consequência das enfermidades, fome e pestes do que por ações bélicas em si¹². Tal hipótese procede, pois grande parte da documentação disponível nos arquivos públicos, no Brasil e no exterior, possibilita a investigação sobre os numerosos hospitais e enfermarias bem como, na falta deles, era o atendimento aos soldados feridos e doentes.

Seis meses depois de iniciada a luta, o Império do Brasil ainda não tinha conseguido começar a defensiva e em 21 de maio de 1866, portanto, há mais de um ano em que o General Osório comandava as tropas aliadas, as doenças ainda eram as responsáveis pela maioria das mortes dos soldados cujas perdas somavam 10.400 homens¹³.

Reconheço que há um grande numero de doentes. Isto porem, se explica pela natureza insalubre do clima, e das circunstancias do nosso Exercito exposto muitas vezes ás intempéries atmosfericas e ás duras fadigas da guerra. Digo a V. Ex. que si nos demorarmos muitos mezes entre tantos pântanos sem água potável e no meio de tantos animaes mortos, o numero de doentes será inde-

¹¹ OSÓRIO, J. L.; OSÓRIO FILHO, F. L. *Op. cit.*, p. 82.

¹² ARQUIVO DA MARINHA. Relatório do Ministério e Secretaria de Estado da Marinha, 1870.

¹³ OSÓRIO, J. L.; OSÓRIO FILHO, F. L. *Op. cit.*, p. 254.

terminado, sem que a grande solicitude de V. Ex. e os esforços dos medicos possam pôr termo a isto¹⁴.

Mas a partir da administração do exército pelo General Caxias, em 1867, houve um cuidado mais acentuado na hospitalização, ambulâncias e higiene na alimentação, vestuário apropriado, abrigo da tropa e asseio dos acampamentos. A morte por afogamentos, suicídios, doenças venéreas, pneumonia, lepra, raios, varíola, sarampo, impaludismo, diarreia, disenteria, tifo, cólera, sífilis, beribéri, tuberculose, insolação e febres malignas rapidamente disseminadas durante a guerra devido ao deslocamento de soldados, migrações de populações refugiadas e aos estupros da população feminina, ocasionaram uma mortandade nunca vista antes em campos de batalha e “causavam mais mortes que a metralha paraguaia.”¹⁵ Não há estimativa unânime entre os pesquisadores que quantifique o número de mortos no fim da guerra, da população civil e militar, assim como não há consenso sobre o número de mortos por doenças epidêmicas e por ferimentos recebidos nas batalhas. Os soldados desmobilizados e enviados de volta ao Brasil para tratamento médico, devido às doenças crônicas ou mutilações de seus membros inferiores e superiores, tornaram-se um problema social, grave, para ser resolvida pela administração pública. Eles ficaram conhecidos como os “inválidos da pátria.”¹⁶

Nos acampamentos militares e nos navios da armada imperial, onde conviavam milhares de homens, mulheres e crianças, tornou-se indispensável adotar medidas que garantissem as mínimas condições higiênicas. Muitos documentos indicam a preocupação das autoridades com a falta de asseio, demonstrando que já havia a percepção e o conhecimento que ligavam as condições sanitárias e as doenças, alertando para a limpeza dos respectivos acampamentos e navios. Determinavam a necessidade de enterrar diariamente a uma distância conveniente os resíduos e outros materiais suscetíveis de infecção e transmissão de inúmeras doenças, bem como a queima de todo o material usado pelos doentes coléricos,

¹⁴ *Idem*, p. 255.

¹⁵ CERQUEIRA, E. C. D. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865 – 1870*. Rio de Janeiro: Bib. do Exército, 1929, p. 46.

¹⁶ GOMES, M. A. M. *A espuma das províncias: um estudo dos inválidos da patria e o asilo dos inválidos da patria, na corte (1864 – 1930)*. Tese Doutorado em História. - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006, p. 04.

principalmente na estação quente quando as doenças eram mais aceleradas pela ação do calor:

Commando em Chefe de todas as forças brasileiras em operações na República do Paraguay. Quartel General em Tuipi-cue, 4 de setembro de 1867. Ordem do Dia N. 121. A despeito das repetidas recomendações que tem sido feitas acerca do asseio do acampamento continua elle a não estar convenientemente limpo, existindo por enterrar muitos animaes mortos. Manda chamar de novo a attenção dos encarregados deste ramo de serviço, que torna-se urgentíssimo, attenta a estação calorosa em que entramos e as enfermidades que podem originar-se dessa falta de asseio. O Coronel João de Souza Fonseca Costa. Chefe do Estado Maior arquivo do Exercito. Expeça V. Ex. as necessárias ordens para que os Srs. commandantes dos navios de guerra, logo que se dê a bordo o fallecimento de qualquer praça affetada do cholera morbus, mandem consumir os colchões, roupas e utensílios de que se tiverem ellas servido, procedendo-se immediatamente á desinfecção possível, a qual se completará com todos os meios que aconselha a sciencia, assim que o navio fundeie. Affonso Celso de Assis Figueiredo. Sr. Chefe da Esquadra encarregado do Quartel Geral da Marinha¹⁷.

De fato, orientados pelo conhecimento científico da época e sabedores que a bactéria causadora da infecção intestinal era eliminada pela diarreia no meio ambiente, contaminando a água e alimentos ingeridos pelos soldados e fazendo com que a doença se alastrasse, os comandantes dos vários exércitos e navios emitiam ordens do dia determinando procedimentos para efetuar a limpeza de acampamentos e navios militares. Tarefa difícil de executar diante do número de soldados confinados em navios, acampamentos insalubres, da rapidez da contaminação, diagnóstico e conseqüente morte, pois o contato de pés e mãos com objetos ou substâncias contaminadas pelas bactérias e a relação próxima dessas mãos com a de outros soldados e com alimentos levados à boca provocavam rapidamente a diarréia. O modo preferencial de transmissão se fazia através de ingestão de água ou alimentos contaminados por fezes ou vômitos de doente.

“A cólera era mais terrível do que os milheiros de Lopez”¹⁸ e dizimou os batalhões de soldados, ceifando vidas aos montões. Foi a doença que mais causou vítimas entre os combatentes da Guerra do Paraguai. Embora decorridos

¹⁷ ARQUIVO DA MARINHA. Copilação das Ordens Gerais, 1866 – 1868. Ordem Geral, n. 2, v. 5.

¹⁸ CERQUEIRA, E. C. D. *Op. cit.*, p. 192.

dez anos da terrível epidemia de cólera na Bahia de onde provinha boa parte dos soldados, a burocracia e a medicina ainda não haviam alcançado avanços significativos que pudessem curar a doença ou minimizar os sofrimentos dos soldados infectados e mesmo deter a marcha das epidemias nos acampamentos¹⁹. Nesse contexto epidêmico urbano, os soldados que saíam das várias regiões do Brasil para combater na guerra e sem uma política de prevenção e meio eficazes para isolar os doentes, espalhavam as doenças em todo o cenário da guerra.

Dentre as várias enfermidades que assolavam os campos de batalha e navios nenhuma delas causou mais medo e pavor que a varíola, perseguindo os soldados durante toda a campanha contra o Paraguai. Quase não havia uma política de prevenção e vacinação que se mostrasse eficiente e capaz de evitá-las, situação extremamente difícil de resolver porque em um exército em constante movimento saber onde houve a contaminação era quase impossível. Ressaltando que numa epidemia um único caso pode se alastrar, contaminando milhares de pessoas, e que o período de incubação de determinada doença pode variar em vários dias.

Por longos períodos e por vários motivos houve resistência à vacina, perdurando até o século XX, por ocasião da divulgação do projeto de regulamentação da lei que tornara obrigatória a vacinação e que transformou a cidade do Rio de Janeiro em praça de guerra, em novembro de 1905, com a conhecida Revolta da Vacina. Embora a vacinação tenha obtido repercussão mundial, espalhando-se pela Europa, a resistência a ela foi muito grande: o método utilizado poderia, entre alguns casos, causar o desenvolvimento da doença em pessoas que a recebiam precipitando o surgimento de epidemias, levando à morte por erisipelas, pois as lesões que ocorriam no braço inoculado eram grandes e profundas e, muitas vezes infectavam. Só em 1887 é que foi introduzida a vacina animal, importada pelo Barão Pedro de Afonso Franco, fundador do primeiro Instituto Vacinogênico do país, no Rio de Janeiro. Sidney Chalhoub esclareceu muitos pontos importantes como, por exemplo, a rejeição da população à vacina, pois sentiam verdadeiro horror²⁰ enfatizados por artigos em jornais que afirmavam haver o risco de transmissão da sífilis e outras doenças através da vacinação. Ele esclarece, em sua análise, que “a

¹⁹ DAVID, O. R. *O inimigo invisível: a epidemia de cólera na Bahia em 1855 – 1856*. Dissertação (Mestrado), 1994, p.85.

²⁰ CHALHOUB, S. *Op. cit.*, p. 113.

vacina não garantia imunização permanente já que havia muitos casos da ocorrência de varíola em vacinados.”²¹ O método de vacinação efetuado nessa época, braço a braço, e a forma como o serviço estava estruturado na Corte foram responsáveis pela resistência da população e certamente muitos soldados se negavam a tomá-la apesar de existir uma ordem para se vacinarem. Os próprios vacinadores, não obedeciam ou questionavam para irem até os quartéis vacinar os recrutas que estavam de partida para o Paraguai²².

A varíola (do inglês small-pox), vulgarmente conhecida como bexiga ou febre eruptiva, constituiu outrora uma das mais temíveis pestes que assolaram a humanidade, devido a sua extrema contagiosidade e alta letalidade. Em latim, a palavra vari significa “irrupção de botões”; varius são “indivíduos com o rosto recoberto de manchas”. Os acometidos tinham a face com aspecto salpicado – bariolado, variolado pela doença.²³

No cenário da guerra os doentes eram levados aos hospitais em carretas cobertas de couro, deitados sobre pelego de carneiros. Contaminados de pus varioloso, ficavam disformes com a doença, o rosto enorme inchado e cheios de pústulas denegridas, que exalavam cheiro nauseabundo. Os doentes “bexiguentos” cresciam em número, tanto pelo frio como pela disseminação de outras doenças como o sarampo, que foi importado pelas forças vindas da Corte. O General Osório solicitou a remessa de mais médicos e lembrou ao Ministro da Guerra a conveniência de virem os soldados vacinados da Corte ou das suas províncias²⁴.

São raros os documentos relatando a preocupação com a vacinação. Os seguintes são quase uma exceção:

Quartel General do Commando em Chefe do Exercito em operações, acampamento junto a Lagoa Brava, em 9 de Janeiro de 1866. Ordem do Dia N. 116. O Exmo. Sr. General Commandante em Chefe, manda louvar e agradecer o relevante serviço que prestou ao Exercito, o Sr. Major Manoel Ignácio da

²¹ *Idem*, p. 118.

²² VOLPATO, L. R. R. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuaibá (1850 – 1888)*. São Paulo: Marco Zero, 1883, p. 71/81.

²³ UJVARI, S. C. *Op. cit.*, p. 129.

²⁴ *Idem*, P. 61.

Silva, commandante do 1º Corpo Provisório de Cavallaria da Guarda Nacional, o qual mostrou tal interesse e solicitude pela saúde e conservação de seus comandados que, por sua expontanea deligencia alcançou o púz vaccínico, com que não só vaccinou grande numero de seus praças, que ainda o precisavão, como o que nas mesmas circunstancias se achavão em todos os outros corpos de Cavallaria e d' alguns de Infantaria, sendo a elle sómente devida a semente de que dispomos para a vaccinação dos poucos praças dos corpos ultimamente chegados, que precisão ainda do mesmo preservativo. O mesmo Exmo. Sr. General, informado do interesse humanitário e zelo com que se tem desenvolvido o Sr. 2ºCirurgião Dr. Firmino José Dona, não só no serviço de Infantaria a seu cargo, como na vaccinação dos praças do exercito ainda não garantidas por este preservativo, da peste de variola, manda igualmente louval-o por tão importante serviço. Innocencio Velloso Pederneiras Tenente-Coronel²⁵. Grassando a bexiga no Vapor Princesa, determinou o Almirante que fossem conduzidos a Buenos A ires os doentes no Vapor Imperatriz, acompanhados pelo médico do Exército, que de cima vinha vindo, no mesmo vapor²⁶.

No Brasil, a campanha de vacinação era agravada pela falta de recursos; as pústulas saíam caro porque eram importadas da Europa. A dificuldade de transportes para províncias distantes e o fato de a vacina não garantir a completa imunização despertaram um alto índice de desconfiança por parte da população, que não acreditava nela, produzindo estratégias para fugir das autoridades do governo²⁷. De fato, milhares de soldados foram para a guerra sem serem vacinados o que ocasionou uma mortandade nunca vista nos campos de batalha e navios da armada imperial.

Não havia, ao começar a Guerra do Paraguai, instrumental médico, hospitalar e cirúrgico, nem ambulâncias. O pessoal médico não tinha experiência suficiente com respeito ao tratamento de feridas e a técnicas cirúrgicas, que se reduziam a extrair balas, amputar braços e pernas procedimentos realizados pelos médicos veteranos e alunos de medicina²⁸. O serviço de saúde do exército brasileiro durante a guerra era precário, deficiente e a falta de assepsia fez com

²⁵ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Ordens do dia. Ordem n. 116- Osorio 2º.

²⁶ ROCHA, M. C. *Op. cit.*, p. 90.

²⁷ SOUSA, J. L. P. *Campanha da vacinação contra a variola durante a Guerra contra o Paraguai, 1865 – 1870*. ANPUH, 2009, p. 325.

²⁸ GOMES, M. A. M. *Op. cit.*, p. 245-294.

que raramente escapasse da morte quem tivesse que amputar um braço ou uma perna²⁹.

Os meios terapêuticos para evitar os riscos de afecções agudas eram reduzidos e poucos eficazes. Para tudo se aplicavam as difundidas sangrias e os purgantes, com a idéia de que purificavam o sangue. A sangria, procedimento largamente utilizado desde o século XVI, inicialmente pelos jesuítas e depois também pelos boticários e cirurgiões, é assim relatada:

A sangria ou sanguilexia, foi a panacéia universal dos séculos passados. Por meio dela retirava-se a causa da doença, retirava-se o humor vicioso, o humor podre, o humor colérico, o humor fleumático, o humor melancólico, e até mesmo o excesso do próprio humor sanguíneo. Sangrar e purgar tal foi, em resumo, a orientação terapêutica, seguido por todos, em quase todas as doenças, notadamente contra as febres. (...) E segundo os preceitos hipocráticos, sangraram sempre os mais próximo do loco dolenti – local.³⁰

Os mesmos medicamentos eram receitados para doenças diferentes, medicavam-se com o mesmo remédio os apopléticos, para curar o tifo e a disenteria³¹. Também eram usados uma dose de sal amargo e de vinho do Porto no caso de perda de muito sangue. Dr. João Severiano da Fonseca, cirurgião do regimento, ao atender um ferimento na cabeça, cheirou a ferida e “afirmou não ser de bala porque não cheirava a chamusco”³².

O Corpo de Saúde, escandalosamente deficiente, contava até com estudantes do 1º ano das escolas de medicina, que seguiam para a campanha contratados, às vezes, com salários superiores aos dos médicos antigos do quadro, e desempenhavam trabalhos de alta cirurgia, “empunhando um ferro com a maior sem cerimônia, cortando, retalhando a carne humana, desalmadamente.”³³

Os profissionais médicos, poucos para atenderem milhares, não estavam capacitados para enfrentar as situações que se apresentaram durante a campanha. Lutavam contra a falta de recursos materiais, a falta de conhecimento de

²⁹ SILVA, J. L. *Op. cit.*, p. 113.

³⁰ SANTOS FILHO, L. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: USP, 1977, v. 1, p. 229.

³¹ CERQUEIRA, E. C. D. *Op. cit.*, p. 52.

³² *Idem*, p. 114.

³³ SILVA, J. L. *Op. cit.*, p. 114.

algumas doenças, o seu próprio despreparo devido à inexperiência no tratamento de ferimentos e epidemias e a falta de qualificação de seus ajudantes. Sobre a perplexidade dos médicos, diante de tantas epidemias, narrou Taunay: “os médicos, alias, bastante ignorantes, mostravam-se atônitos e não ousavam decidir, receitando as tontas e com incoerência e falta de lógica dignas de lástimas.”³⁴ Num documento reservado, do dia 8 de junho de 1866, foi comunicado ao Gabinete do Ministro que os abusos dos médicos eram cometidos com frequência e denunciados: “Constatou-se que no Hospital de Saladeiro se dão enormes abusos, que longe de aliviar, agravão as circunstâncias dos infelizes que no serviço da Pátria sacrificavão sua saúde e se achão em tratamento. Constatou-se mesmo que a falta de caridade tem chegado a ponto de o Dr. Francisco Mendes de Amorim castigar com bolas, e mandar carregar com armas e saccas d’areia as praças enfermas.”³⁵

Com poucas alternativas para tratamento, os médicos aconselhavam o álcool como profilático, um mau costume daquela época, quando muitos se tornavam alcoólatras, porque se acreditava na profilaxia do álcool contra as febres palustres e outras enfermidades³⁶. O local para onde eram levados os doentes e feridos foi relatado por muitos com repulsa e horror: “Os chamados hospitais de sangue, espaços tristes, sombrios e fúnebres, nada mais eram que pobres ranchos, cobertos de palha, sempre cheios de feridos, que chegavam estropiados, ensanguentados, em doloroso desalinho; uns sozinhos; outros se apoiando em camaradas com ferimentos menos graves; a maior parte carregada no ombro, em redes feitas de capotes e mantas.”³⁷

Rodrigues da Silva, veterano da guerra, referiu-se muitas vezes ao que viu, no hospital central do exército: barraquinhas mal armadas, de porta aberta, soldados doentes deitados em puro e frio chão, desapidadamente. Ao longo de quase cinco anos de sucessivos acampamentos em que se instalou o exército brasileiro – geralmente próximo aos ocupados pelos aliados argentinos e uruguaios – foram o habitat de milhares de homens e mulheres

³⁴ TAUNAY, A. E. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, 1946,

³⁵ ARQUIVO NACIONAL. Cartas Particulares, cx. 813, pac. 3.

³⁶ CERQUEIRA, E. C. D. *Op. cit.*, p. 304.

³⁷ OSÓRIO, J. L.; OSÓRIO FILHO, F. L. *Op. cit.*, p. 290.

de distintas classes sociais, profissionais, igualados pelas privações, pelos padecimentos da guerra e obrigados a se acostumar com a vida áspera e rude de campanha. Nos exércitos da época era um hábito que as famílias dos soldados, crianças, simples companheiras ou legítimas esposas, além de prostitutas, comerciantes e aventureiras civis, acompanhassem as tropas que marchavam para a guerra.³⁸ Tratava-se de simples acampamentos, barracas e muitas vezes choupanas cobertas de capim, onde as tropas passavam dias, meses e até anos, às vezes tendo como abrigo somente capotes, chapéus e a sombra das árvores. Viviam sob indispensáveis regras disciplinares, muitas vezes quebradas, se desenvolvia uma vida complexa e variada. Eram acampamentos quase sempre afastados das cidades, montados em terrenos abertos ou rodeados de vegetação frondosa e mata fechada, próxima quando era possível, a cursos de água. Desenvolvia-se uma cotidiana instrução militar, a desafinadas bandas, a encontros junto ao fogo, aos jogos de azar, às longas conversações íntimas, às bebidas, aos amores confessados ou não, aos soldados com suas mulheres, casados ou não, movidos entre toques de clarim e sinais de alerta, às discussões políticas, literárias e artísticas, aos sonhos de glória de jovens oficiais, que muitas vezes se aborreciam com o passo lento do desenrolar da guerra e, alguns, com horror das batalhas.

A concentração de grande massa de combatentes e não combatentes exigiu a necessidade de garantir a ordem e a disciplina nos acampamentos do exército e nos navios da armada imperial. A ética tem regulado a conduta dos homens através de sua evolução histórica por meio de regras, normas e valores, estabelecendo estreito vínculo entre os conceitos morais e a realidade humana. Os chefes militares precisavam contar, a qualquer hora e em qualquer situação, com um grupo de soldados disciplinados e em condições de guerrear, sob um regime férreo, conscientes das graves sanções, algumas de aplicação imediata, a que estariam sujeitos, em caso de descumprimento dos seus regulamentos. Isso porque, diante de um inimigo, colocando em risco a própria vida e a de seus companheiros, tornou-se imperioso para os chefes militares que tivessem total controle sobre os seus exércitos. A soldadesca sempre original, cantarolava baixinho, enquanto marchava:

³⁸ DOURADO, M. T. G. *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai*. Campo Grande: EdUFMS, 2005, p. 23.

Oh! Tu, que estás de guarda,
Não te faças de amarelo,
Que aí vem o sargento
Com a vara de marmelo³⁹.

A questão que se coloca ao historiador, que tem por objetivo a reconstituição dos crimes e das práticas punitivas ocorridas nos acampamentos do exército e nas esquadras imperiais, é a de compreender por que havia um número significativo de casos de transgressões por parte tanto de simples soldados quanto de oficiais; por que muitos eram perdoados, não sendo punidos apesar das faltas cometidas, por que a justiça delineada através de artigos de guerra, decretos e leis não chegava de forma total aos campos de batalha e por que para um mesmo crime havia punições tão diferentes. O que desejo apontar e destacar é que as três forças armadas oficiais que atuaram na Guerra do Paraguai, quais sejam: exércitos de linha, guardas nacionais e voluntários da pátria, tinham origens em sua maior parte, em elementos não dotados de disciplina e ordem, oriundos de uma estrutura social não condizente com normas e regras tendo grandes dificuldades em se adaptar ao cotidiano do regime militar. Apesar de a Guarda Nacional ser considerada tropa de elite não se admitiu de forma passiva a liderança do exército, criando inúmeros empecilhos ao recrutamento mesmo durante os anos da guerra, devido às divergências entre autoridades civis (políticos) e militares prejudicando e retardando o combate ao invasor paraguaio.

Portanto, diante do árduo trabalho de instruir e disciplinar as instruções eram dadas de forma rigorosa e criteriosa na tentativa de organização do acampamento militar, mas a documentação analisada contesta essas versões, pois muitas vezes essas ordens e a própria legislação não eram obedecidas e cumpridas, consideradas letra morta, o que gerava grandes desentendimentos internos e externos ao longo dos cinco anos que durou a guerra. Do lado argentino também não era diferente. Ser oficial implicava optar por uma existência cheia de privações e sacrifícios, então, formar:

cuerpos de línea como soldados constitía uno de los castigos más graves e insoportables para los hijos del país. Com excepción de unos pocos voluntários

³⁹ QUEIROZ, M. I. P. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Anhembi, n. 27, nov. de 1995.

estimulados por el amor hacia la carrera de las armas o decididos a buscar el olvido de malos pasos y frustraciones mediante una existencia dura, la mayor parte de la tropa ubicada en la frontera o en las guarniciones había sido arreada por los jueces de paz y los comandantes militares en injustas levas.⁴⁰

De fato, já em 1865, portanto, no início da guerra, o General Osório narrou que “todos os batalhões que se formaram depois da declaração da guerra, foram de homens que não conheciam a disciplina militar; n’este estado iam reunir-se ao exercito”⁴¹. Situação que continuou a perdurar nos anos seguintes. Em carta de 20 de julho de 1866, de Corrientes escreveu o Conselheiro Otaviano ao General Osório que: “organizar, instruir e disciplinar um grande Exército, composto em sua quase totalidade de homens alheios à profissão das armas...”⁴² eram tarefas quase impossíveis. A noção de obediência passiva, fundamento da disciplina e da hierarquia nas organizações militares foi um ideal perseguido durante toda a guerra, principalmente por Caxias, que simbolizava o oficial disciplinado e disciplinador e cujo nome serviu de exemplo num dicionário nacional que a ele assim se refere “diz-se de, ou pessoa que, no exercício de sua função, exige dos subordinados o máximo rendimento no trabalho e extremado respeito às leis e aos regulamentos”⁴³. Situações como essa levavam a outra: os crimes ocorridos durante a Guerra do Paraguai em acampamentos militares e navios da Armada estariam diretamente relacionados com a composição humana formada na maioria das vezes de forma compulsória.

No primeiro ano da guerra, noto através das fontes que, para organizar o exército, foi preciso introduzir desde as regras mais básicas e simples, com tudo por fazer. Um general em chefe que deveria ter a cabeça livre e descansada para pensar em planos de batalha e como vencer o inimigo, era obrigado a “ocupar-se de coisinhas, de bagatelas, por falta de quem os auxilie,”⁴⁴ como a organização da ordem de marcha. Assim é que, em 2 de setembro de 1865, o General Manuel Luís Osório elaborou e mandou publicar as seguintes instruções sobre o modo de como deveriam ser feitas as marchas:

⁴⁰ DE MARCO, M. A. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aire: Planeta, 2003, p. 81.

⁴¹ OSÓRIO, J. L.; OSÓRIO FILHO, F. L. *Op. cit.*, p. 45.

⁴² *Idem*, p. 267.

⁴³ HOUAISS, A. *Pequeno dicionário enciclopédico*. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1980,

⁴⁴ OSÓRIO, J. L.; OSÓRIO FILHO, F. L. *Op. cit.*, p. 108.

Ordem de marcha

O toque da alvorada é o de aprontar. A esse toque, desarmam-se as baracas, colocam-se os bois e cavalos nos diversos veículos e na artilharia, ensilham-se os cavalos e cargueiros, e os Quartéis-Mestres reúnem as bagagens e mulheres. As guardas do campo e ordenanças de infantaria e os piquetes recolhem-se a seus corpos, menos as guardas da Pagadoria e Principal. Esta marcha a retaguarda da última bateria. A bagagem marcha no flanco reverso da coluna, a distancia de 50 a 80 passos, se o terreno permitir, e nos passos e desfiladeiros passa a retaguarda das Brigadas a que pertençam. As cavalladas marcharão ainda no flanco da bagagem a distância maior de 100 passos, e tocados de maneira que não se juntem tanto aos cavalos, que se estropem. Os Corpos e Brigadas guardam uns aos outros a distância de 24 passos, além da que deve ocupar a sua primeira facção. As Divisões guardam 100 passos de distância entre si, na marcha. O transporte segue a cauda da coluna e em primeiro lugar as carretas de munições de infantaria, tão reunido como o permittir a estrada. Seguir-se-a o Hospital; ficando para trás da Guarda da retaguarda o Commercio, que não se permitirá passar nenhum desfiladeiro sem que todo o Exército o tenha passado⁴⁵.

As narrativas clássicas de natureza memorialista, escritas para a posteridade e comprometidas com outras conjunturas nacionais, possibilitam informações preciosas sobre o cotidiano de um acampamento militar nas suas mais variadas vertentes. Apesar de alguns exageros em seus escritos, na visão do General Evangelista de Castro Dionísio Cerqueira, que combateu na guerra por cinco anos, a força militar no começo da guerra “era um exército de um povo descuidado, e constituído de soldados bisonhos.”⁴⁶ Declaração semelhante foi dada pelo General Osório que dizia, com abundância de fundamentos, que um exército bisonho, sem instrução, embora valente, numeroso, lançado ao inimigo sem critério nenhum, além de uma desgraça colossal para o País, representava verdadeira desumanidade, senão crime hediondo⁴⁷. Também a esse respeito o General Caxias escreveu ao Ministro da Guerra, João Lustosa de Cunha, Marquês de Paranaguá, referindo-se aos anos anteriores à guerra, que, “por um conjunto de circunstâncias deploráveis, o nosso Exército contava sempre em suas

⁴⁵ *Idem*, p. 113.

⁴⁶ CERQUEIRA, E. C. D. *Op. cit.*, p. 21.

⁴⁷ SILVA, J. L. *Op. cit.*, p. 21.

fileiras grandes maioria de homens que a sociedade repudiava por suas péssimas qualidades.⁷⁴⁸

Em 28 de abril de 1869, Alfredo d'Escragno Taunay, em Diário do Exército, descreveu um panorama geral da situação dos soldados presos nos acampamentos militares: na região fronteira à barranca de Humaitá, existiam 230 presos dos quais 90 tinham respondido a um Conselho de Investigação, 46, ao Conselho de Guerra, 9, sentenciados à morte esperavam o resultado do último apelo previsto na lei, 1 expulso do exército que não podia ser solto pela necessidade da restituição de certa soma, provavelmente acusado de roubo e, finalmente, 92 presos estavam à espera da instauração dos processos que, ou se haviam extraviados ou nunca tinham sido instaurados. Entre estes últimos, ou seja, os 92 soldados presos deu-se o maior número de solturas, porque, acusados de crimes graves, como mortes, ferimentos, etc., estavam sem processo formal, e foram entregues à guarda do exército para que se procurassem, por informações nos Corpos, meios de regularizar o andamento dos papéis de acusação. Entretanto as dissoluções de muitos batalhões e as freqüentes transferências de praças de um para outro Corpo tornaram impossível tal resultado. Os acusados foram soltos, pelo princípio básico que não pode haver pena aquele cuja culpabilidade não poderia ser provada⁴⁹.

Havia um enorme descompasso entre o que era fixado nas leis, o modo como os processos eram efetivamente encaminhados e as penalidades aplicadas. Muitas vezes, os oficiais que conduziam os processos conheciam a legislação militar de forma precária e terminavam por agir de forma parcial, o que comprometia o próprio princípio de justiça. Pela data citada posso concluir que ainda no final da guerra a justiça era lenta, precária e ineficiente, pois infratores que se achavam sob ação do Conselho de Guerra e do Conselho de Investigação, esperavam a sua longa deliberação, sendo dada uma ordem para que se procedesse com a maior urgência, trabalhando constantemente dois Conselhos, um com a presença do auditor formado, outro para os crimes leves, sem aquela autoridade. Essa situação gerava outra, que foi a forma e o local onde os presos aguardavam os julgamentos. A esse respeito, Taunay esclareceu:

⁴⁸ DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 111.

⁴⁹ TAUNAY, A. E. *Diário do Exército*, De Campo Grande a Aquidabã a Campanha da Cordilheira. São Paulo: Melhoramentos, 1958, v. III, p. 58.

Sua Alteza oficiou ao General Polidoro acêrca de queixas, que têm chegado ao seu conhecimento, feitas por indivíduos que estiveram presos na guarda do exército de Assunção sobre o mau trato que aí receberam, ficando em muitos casos até expostos à cruel sêde pela maneira brutal com que se os tratara. Recomendado àquele general sindicância a tal respeito, renova as ordens anteriores para a formação e rápido andamento dos conselhos de guerra, cuja demora traz como conseqüência a acumulação de presos no pontão e na guarda, com prejuizo dos princípios da mais simples humanidade⁵⁰.

A História da Justiça Militar no Brasil iniciou-se com a chegada da Família Real, em 1808, quando a cidade do Rio de Janeiro passou a ser sede da Coroa Portuguesa. A situação do país, de simples colônia, ainda que intitulada Vice-Reino, alterou-se profundamente e, por conseqüência direta dessas mudanças, fez-se necessária a mais completa reorganização do País. O Conselho Supremo Militar e de Justiça era o órgão máximo da justiça criado pelo príncipe regente, D. João, que julgava tanto os problemas administrativos da marinha e do exército (promoções, transferências, etc.) como infrações e crimes tipicamente militares (deserções, insubordinações, abandono de serviço, etc.) Ele era dividido em duas secções, o Conselho Supremo Militar e o Conselho de Justiça. O primeiro deles dava continuidade à tradição do antigo Conselho de Guerra de Lisboa, sendo regulado, dentre outros documentos, pelo Regimento de 22 de dezembro de 1643. Já o Conselho Supremo seguia uma tradição mais recente, fundado por D. Maria I, com decretos de 1777. Mas, além do Conselho Supremo Militar e de Justiça, a justiça militar da época era integrada por outras instituições: os conselhos de guerra, as juntas de justiça militar e as comissões militares⁵¹. A Constituição do Império do Brasil, outorgada em 25 de março de 1824, por D. Pedro I, estabelecia em seu artigo 102, capítulo II, atribuição XV, que cabia ao Imperador “prover de tudo, que for concernente à segurança interna, e externa do Estado”. A defesa do Estado estava também prevista no Código Criminal do Império de 1830, mas não havia um código ou uma lei especialmente dedicada ao tema. Somente com a Constituição de 1934 a Justiça Militar foi vinculada ao Poder Judiciário

O Código Criminal do Império, de 16 de dezembro de 1830, ressaltava em seu artigo 308: “Este Código não compreende: 2º - os crimes puramente

⁵⁰ *Idem*, p. 197.

⁵¹ SEIXAS, A. M. *A justiça militar no Brasil*. Estrutura e funções. Dissertação (Mestrado). Campinas, 2002.

militares, os quais serão punidos na forma da lei respectiva”⁵². Por isso, diante da necessidade de se criarem leis que atendessem a um estado de guerra que o país enfrentava, foram criados ainda no Império os Conselhos de Disciplina para verificar as deserções dos praças de pré; os Conselhos de Investigação para analisar atos criminosos em geral e deserção de oficiais de patentes, os Conselhos de Guerra, para julgar em primeira instância os crimes militares; o Conselho Supremo Militar, tribunal de segunda instância para julgamento dos referidos crimes, e as Juntas de Justiça Militar e os Conselhos para faltas disciplinares⁵³.

Observa-se bastante indulgência por parte do imperador D. Pedro II que interferia nos processos, mandando, talvez porque soubesse da precariedade no cumprimento da lei, por exemplo, soltar 51 presos, em 28 de abril de 1869, no Pontão Ana, no acampamento de Humaitá e mais 12 de Assunção. Todos eles estavam detidos sem haver possibilidade de se instaurar processo, pois não tinham culpas formadas e que, para o Imperador, os crimes eram de pouca importância e o tempo de prisão era castigo suficiente, pois alguns se achavam detidos desde 26 de janeiro, 25 de agosto e 15 de setembro de 1867.⁵⁴ Portanto, não poucas vezes a decisão imperial substituiu os tribunais militares e a possibilidade de revisão das sentenças o que, para Michel Foucault, filósofo e historiador francês e um precioso analista do poder que afirma onde há poder e saber há resistência, o Imperador deveria ser aquele que pune, mas jamais o que age sob o signo da vingança⁵⁵.

Inúmeras dificuldades envolviam o pleno funcionamento da Justiça durante a guerra, como por exemplo: o deslocamento dos acusados ao local de julgamento e as formalidades jurídicas que regiam o processo como no caso de não haver no Código Militar punição para alguns crimes. O Decreto 3499, de 8 de julho de 1865, criou provisoriamente duas Juntas de Justiça Militar, uma na Província de São Pedro, do Rio Grande do Sul e outra na de Mato Grosso que:

[...] funcionarão no lugar que pelo governo será designado, cada uma dessas Juntas sera composta de 1 Presidente, que será o Presidente da respectiva

⁵² BRASIL. Código criminal do Império, 1830.

⁵³ ROMEIRO, J. *Um velho advogado na justice militar*. Belo Horizonte; Imp. Official, 1962.

⁵⁴ TAUNAY, A. E. *Diário...*, *op. cit.*, p. 29.

⁵⁵ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Província e de 6 membros, sendo 3 militares e 3 magistrados ou bacharéis formados em direito designado pelo governo e interinamente pelo respectivo Presidente, os membros militares poderão ser oficiais generaes ou superiores de qualquer das classes do exercito⁵⁶.

Uma carta de Inocêncio Velozo Pederneiras ao Almirante Visconde de Tamandaré, datada de 3 de dezembro de 1876, imediatamente depois de terminada a guerra, mas que traduz a continuação das dificuldades encontradas em se punirem alguns casos, critica o sistema militar de julgamento de faltosos, referindo-se ao caso de seu ajudante de ordens que cometeu “indisciplina e desobediência” às ordens, tendo que responder ao código criminal ordinário⁵⁷. Uma das medidas postas em prática para resolver esses obstáculos, foi a decisão do Governo Imperial criar, em 1866, uma Junta de Justiça Militar que passaria a funcionar diretamente no teatro de operações, junto ao exército quando se estabeleceu pela primeira vez um órgão da Justiça Militar especial para atuar fora do território brasileiro. Ainda assim, as faltas cometidas pelos militares durante a guerra nem sempre eram levadas à instância jurídica. Muitas delas eram resolvidas no próprio local em que eram cometidas e aplicadas as penalidades, segundo o arbítrio do comandante do infrator. Portanto, a administração da justiça estava confiada à Junta de Justiça Militar que decidia, em segunda e última instância, as sentenças dos Conselhos de Guerra, exceto nos casos de pena de morte e estava baseadas nos Códigos do Conde de Lippe, os conhecidos e famosos Artigos de Guerra⁵⁸, título de um dos capítulos dos Regulamentos de Infantaria e cavalaria. Foi a primeira legislação penal militar brasileira, do ano de 1763 e formulada pelo oficial alemão, Wilhelm Schaumburg-Lippe, a pedido do Marquês de Pombal, no governo de D. José I, de Portugal, tendo por objetivo a reestruturação do exército português e adotado no Brasil no século XVIII. As disposições contidas nesses artigos constituíram, até a publicação do novo código de justiça militar em 1870, a mais importante das leis penais do nosso exército.

⁵⁶ BRASIL. *Collecções das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865, tomo XXV, parte 1, p. 309.

⁵⁷ ARQUIVO DA MARINHA. Arquivo do Almirante Tamandaré, Livro IX, doc. 838, p. 46.

⁵⁸ CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO MILITAR. *Revista Direito Militar*. Santa Catarina, v. 52, p. 28-30.

Extremamente rigorosos são os Artigos de Guerra. Destacam-se 13 deles, portanto 44,82% em um total de 29, penalidades que levavam à morte, sendo o mais rigoroso e temido o artigo o 5º, pois o autor do delito aí prescrito seria punido com a execução imediata, sem qualquer julgamento, pela espada do oficial mais próximo. Mas segundo as fontes analisadas, em nenhum caso foi constatada a aplicação desse artigo da lei. A obediência e respeito a todos os oficiais é um elemento intrínseco na carreira militar, reforçada no Código apenas para que se buscasse a idéia de um exército uno, mesmo que na época houvesse oficiais de diversas nacionalidades.



*Caderno
Especial*

III Encontro Internacional de História sobre as Operações Bélicas da Guerra da Tríplice Aliança

Apresentação

*Hildebrando Campestrini**

Se eu morrer alhures, onde quer que seja, morrerei um exilado e um proscrito de mim mesmo. Como sucedia aos antigos egípcios, minha alma, aflita e errante, esvoaçaria pelo Infinito sem nunca encontrar abrigo. Aqui não morreria de todo. Ouviria o passo e a voz dos meus amigos, o gorjeio dos pássaros que amo, o farfalhar das frondes que conheço e o bater do coração da minha casa.¹

Exmo. Sr

Nobres ouvintes:

Quando reunidos para programar o III Encontro Internacional de Operações Bélicas da Guerra da Tríplice Aliança, o Instituto Histórico e Geográfico de

* Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. O referido evento teve o apoio do Comando Militar do Oeste. No dia 27 de outubro de 2011, os trabalhos envolveram palestras e comunicações. No dia seguinte, parte dos participantes deslocou-se até Nioaque, visitou o Cemitério dos Heróis e em seguida o Cemitério- Cambarecê. Ainda neste dia, foi visitada as cidades fronteiras de Jardim e Bela Vista. No dia 29, o grupo deslocou-se para a Fazenda Laguna e Trincheiras, depois, para o Rio Apa (Bela Vista), travessia do Apa e visita ao monumento de Nhandipá. A seguir, deslocou-se rumo a Colônia Militar dos Dourados (Antonio João) e depois Cerro Corá (Paraguai).

¹ SERRA, Ulisses. *Camalotes e guavirais*. Campo Grande: IHGMS, 2006.

Mato Grosso do Sul abraçou, com amor e fé, a proposta, pois poderia, não só nas manifestações mas também na viagem que faremos a partir de amanhã, chamar a atenção dos participantes para os agentes e roteiros das manobras bélicas no território de Mato Grosso do Sul.

Agentes, porque é o homem que faz a história; e roteiros, porque esta história se realizou nos caminhos e veredas que palmilhamos.

É imperativo que conheçamos estes agentes – não para julgá-los, não para torná-los vilões ou heróis; é imperativo conhecê-los para entender as decisões que tomaram, colocando-nos no lugar deles, naquele momento e naquele cenário, nos seus arroubos e nas suas fraquezas; é imperativo que conheçamos também os roteiros, as ínvias estradas por onde aqueles homens buscaram seu destino, marcando-as com passos feitos e jamais desfeitos; estradas por onde passamos, sem notar que nelas foram semeados gritos de busca, lágrimas de esperança, esforços supremos de sobrevivência, ardentes desejos de paz, traições e solidariedade e – acima de tudo, a energia de tantos combatentes, brasileiros ou paraguaios, que, cada um, por seus ideais, espargiu naquela natureza pródiga – energia palpitante que ainda impregna e vivifica aquelas paragens.

Infelizmente, muitas vezes nossa percepção dos horrores da guerra é a de um filme épico, etéreo, absolutamente distante, que em nada nos comove, levado a cabo por seres que nos parecem extraterrestres. Da mesma forma, revivem-se os momentos com tiros de festim ou encenações improvisadas. Nada disto vale. Nada acrescenta. Não podemos transformar o número de baixas de uma batalha em fria estatística. Vale é saber quem combateu, quem lutou, quem sucumbiu e quem sobreviveu. Por isso, fez-se questão de trazer a esta sessão solene descendentes de brasileiros e paraguaios que estiveram nesses entreveros. Estão aqui a professora Deolinda Corbelino Melges, trineta do prestimoso Guia Lopes da Laguna; o sr. Iris de Moraes Sarmiento, trineto do legendário comandante guarani, major Urbietta; e sra. Marietinha Leão de Aquino Sobrinho, bisneta do general Câmara.

No trajeto da Retirada da Laguna, de Bela Vista ao porto do Canuto, uns duzentos e cinquenta quilômetros, num mês, pereceu um milhar de soldados (sem contar as baixas paraguaias). Se distribuíssemos uma para cada vítima, teríamos uma cruz a cada duzentos e cinquenta metros.

Vale aqui um parêntese. Transformamos a retirada da Laguna, de Bela Vista ao porto do Canuto, em essência das operações da Força Expedicionária de Mato Grosso, cometendo grave injustiça, porque não contemplamos, não estudamos a travessia do Pantanal, que, segundo Taunay, tem mais vítimas que a própria retirada.

É imperativo conhecer os agentes acima de tudo para entender por que assim procederam. E, desse entendimento, tirar lições altamente pedagógicas. A história tem que ser a mestra da vida. Assim como a ciência militar estuda a estratégia e a logística das batalhas para tirar conclusões para possíveis novas batalhas, a sociedade deve, precipuamente no ensino regular, estudar os fatos e tirar deles as conclusões que provoquem o aperfeiçoamento do cidadão, da convivência solidária entre as pessoas, entre os grupos e entre os povos. Infelizmente, estudamos história como estudamos a tabela periódica, os logaritmos ou os cossenos – ou seja – estudamos por estudar, porque alguém nos mandou estudar, porque alguém disse que algum dia poderíamos precisar daquelas operações – em verdade tudo sem importância para o cidadão.

Estudemos história para conhecer os equívocos e acertos de nossos antepassados, para aperfeiçoar a sociedade, para evitar tais equívocos e potencializar os acertos, preparando nossos jovens a fazer, nas encruzilhadas da vida, a melhor opção, até porque não podemos ensinar aos generais de hoje a vencer as guerras de ontem, porque não se repetirão. Este estudo é premente, pois a sociedade está mais violenta, mais explosiva; o radicalismo impera. O homem dá, às vezes, a impressão de que está voltando ao tempo das cavernas, ressurgindo, inteiriça, como escreveu Euclides da Cunha, nos Sertões, “a animalidade primitiva, lentamente expungida pela civilização. No lugar do machado de diorito e do arpão de osso – a espada e a carabina; no lugar do antigo punhal de sílex – a faca” de fio reluzente.

Quando é que vamos ensinar aos nossos alunos, nas palavras do Pe. Vieira, que “é a guerra aquele monstro que se sustenta das fazendas, do sangue, das vidas, e quanto mais come e consome, tanto menos se farta. É a guerra aquela tempestade terrestre, que leva os campos, as casas, as vilas, os castelos, as cidades, e talvez em um momento sorve os reinos e monarquias inteiras. É a guerra aquela calamidade composta de todos as calamidades, em que não há mal algum

que, ou se não padeça, ou se não tema; nem bem que seja próprio e seguro. O pai não tem seguro o filho, o rico não tem segura a fazenda, o pobre não tem seguro o seu suor, o nobre não tem segura a honra, o eclesiástico não tem segura a imunidade, o religioso não tem segura a sua cela; e até Deus nos templos e nos sacrários não está seguro.”

Hoje, testemunhamos um crescente interesse pela história e pelo patrimônio cultural. Não encontrei, todavia, em qualquer artigo, ensaio, dissertações ou quejandos, a preocupação pedagógica: estuda-se para discutir; estuda-se para avaliar; estuda-se para dar ou tirar a razão; estuda-se para concordar; estuda-se para discordar. Meu bom Deus, quando é que vamos estudar história para aprender e aperfeiçoar a sociedade? Cícero, no *de Oratore*, já advertia que ignorar o que aconteceu antes de termos nascido equivale a ser sempre criança (*id est semper esse puerum*). O mesmo Cícero, na mesma obra, insiste: a história é mestra da vida. Se é mestra, tem que ensinar e nós temos que aprender.

Meu bom Deus, quando é que vamos estudar a alma das pessoas, seus anseios, seus ideais, enfim, seu caminhar, suas lágrimas e as lágrimas das coisas (*lacrimae rerum*, como escreveu Virgílio). História não é tribunal, não é rol de crimes ou catástrofes, acusada de ser escrita pelos vencedores, portanto suspeita. História é o retorno do passado, para catapultar o presente para o futuro. Nossa escola, como regra geral, é alienante. Não nos leva ao homem e a seus anseios. O aluno não pode falar, não pode reivindicar, tem que ser passivo, tem que ficar em silêncio, não pode colocar seus problemas e sucesso, enfim, a sua história; o aluno não é ouvido nos conflitos existenciais (na sua história), porque a aula é de matemática, é de geografia, é de não sei o quê. Escola é vida, é transpiração, é superação; é história, história de nossos professores e de nossos alunos. História é a busca da alma, alma sempre boa, sempre promissora, que nasceu para o bem. E nós a esquecemos, a isolamos, que não é problema nosso. Não é isto que a história ensina, quando nos mostra que na guerra e nos conflitos sociais não há vencedores nem vencidos: só há perdedores.

Que este encontro nos desperte para esta realidade. Para que nunca mais se repitam os desentendimentos entre povos vizinhos. E amanhã, ao percorrermos parte do roteiro da Retirada da Laguna, que o façamos em sagrado silêncio, porque este chão guarda zelosamente infinitas façanhas;

– o rio Miranda, o Mondego brasileiro, que não testemunhou, extático, os amores de D. Pedro e Inês de Castro, e sim a luta, o entrecocar das armas, exalta hoje, e exaltará sempre, num cântico já não entendido, o rosicler das esperanças daqueles moços que não retornaram ao pátrio torrão;

– na curva enganosa do rio Miranda, sob as águas claras, dormem, de soldados apressados, esquecidas ossadas; às suas margens repousam, em carícias com a glória, Guia Lopes, Camisão, Juvêncio (mesmo que transladados) e numerosos combatentes anônimos;

– cada capão de mato esconde, na sua penumbra, histórias de ciladas, de fugas, de entreveros e sobressaltos;

– nas águas frias e calmas do rio Apa, em seu sepulcral silêncio, rolam segredos de soldados homens;

– no Cambaracê, ouvem-se, nas noites sem luar, o gemido dos coléricos, ali necessariamente abandonados à própria sorte;

– nos campos de extensas e secas macegas, ouvem-se as ordens firmes de Urbietta mandando incendiar aquela massa combustível;

– nos campos dilatados, sem fim, da ema fugidia, abrem-se as curiosas vergôntees em homenagem a Antônio João, impávido, alevantado nos confins da Pátria, na Colônia do Dourados, rio que cantará para sempre, no frisson de suas águas, a epopeia do tenente e de seus subordinados;

– as estrelas, ao passarem e repassarem por estas plagas, lembrarão e lembrarão os lamentos, os vivas, as ânsias daqueles soldados;

– e a lua, nas noites plácidas, nas campinas verdejantes, em catadupas de luar, entre os olores dos guavirais em flor, quebrando a argêntea mudez, contará aos ipês floridos as comoventes histórias que ouviu de soldados noivos, de soldados pais, de soldados filhos, de mães inanizadas; descreverá, emocionada, soldados doentes carregando feridos e desenganados, doando sua reduzidíssima ração a mulheres, a crianças, a moribundos; e apontará, em direções invisíveis, gritos rasgados no ar e gestos petrificados;

– os morros que vigiam o caudaloso Aquidauana jamais reviverão o momento em que, estupefactos, perplexos, tintos da cor do arenito, contemplaram, inertes, a chegada daquela horda de seminus e famintos, espectros de homens,

aos vivos e urros, cambaleando, como que saindo do inferno, erguendo bem alta, orgulhosos, a bandeira do Império, imaculada das mãos inimigas.

Quantos segredos oculta ainda e defende, para sempre, esta terra dadivosa. Por isso, devemos percorrê-la em sagrado silêncio.

Nada disto, contudo, valerá se amanhã não formos melhores, se não superarmos este estágio de sociedade explosiva.

O sonho do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, com este encontro, é exatamente provocar esta reflexão: o estudo da história só vale se a encararmos como realidade concreta, humana (tanto que a história dos animais pouco nos interessa); o estudo da história só vale se tiver resultados pedagógicos, o que só é possível estudando os agentes, atores e cenários das ocorrências ao longo dos anos; só vale, se potencializar o amor de cada um a sua terra, a seu rincão, a seu estado, a seu país, numa relação de profundo pertencimento e responsabilidade; só vale, se melhorar o relacionamento humano, tornando-nos mais tolerantes e solidários; só vale, se entendermos que o homem nasceu para ser bom e deve ser bom porque é de sua natureza, não porque sua religião ou outras imposições exigem.

Enganam-se os que pensam que a única preocupação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul é ser guardião de acervo ou curador de museu; o Instituto tem, acima de tudo, a vocação política de provocar reflexões e análises, para transformar o estudo da História, da Geografia, do Meio Ambiente, do Turismo, da Cultura em instrumento de crescimento humano, de aperfeiçoamento da sociedade, de solidariedade e cidadania.

Por isso, esta nossa pregação, em nome de todos os nossos associados.

* * *

Permitam-se, atentos ouvintes, que os convide a consultar o registro de batismos da igreja de Piumhi, Minas Gerais; abrindo-o encontramos: “Aos sete de maio de 1811 batizei e pus os santos óleos a José, párvulo nascido a vinte e seis de fevereiro, filho legítimo de Antônio Francisco Lopes e de Teotônia Joaquina de Souza, neto pela parte paterna, de Manoel Francisco Lopes, natural de Portugal, e de Joana da Costa Ribeiro, natural da freguesia de Itabira, e pela parte materna, de Joaquim de Souza Costa, natural de Itaverava e de Teotonia Maria das

Neves, natural de Curral Del Rei. Foram padrinhos Francisco de Paulo Machado e Maria Felícia de Jesus, solteiros, filhos do furriel Antonio Vicente Machado, todos desta freguesia. Para constar fiz este assento.”

Este párvulo José é o nosso José Francisco Lopes, o Guia Lopes da Laguna, que, daquela cidade, depois de alguns anos, acompanhando o irmão sertanista Joaquim Francisco Lopes no sertão dos Garcias, fixou-se na fazenda Jardim, devassando os campos do Apa e da Pedra de Cal, desbravador daquelas terras, que lhe recolheram o último suspiro, quando, colérico, caiu da cavalgada para não mais se erguer.

Assim, estamos comemorando neste ano – feliz coincidência com este III Encontro – o bicentenário de nascimento do Guia Lopes da Laguna, tão bem retratado pela incomparável pena de Taunay.

E bicentenário da República do Paraguai, que o Instituto comemorou em sessão solene.

Nobres e atentos ouvintes:

Ao agradecer-lhes a generosa atenção, desejo consignar aqui, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, nossos agradecimentos:

– ao Comando Militar do Oeste, que está sendo muito mais que parceiro nesta empreitada;

– aos institutos culturais do Exército Brasileiro, pelo incentivo e participação;

– a todos que aqui falaram, expondo suas análises e impressões; e, por fim,

– a todos os participantes, de vários Estados brasileiros e, principalmente aos que vieram da República do Paraguai e da República Argentina para abrilhantar e enriquecer este nosso Encontro, que deverá, necessariamente, assinalar caminhos para a nossa solidariedade;

– e, por derradeiro, a todos os que, com sua presença, prestigiam nosso evento.

Para rematar este chamamento, uma convocação: amemos nossa terra, amemos e cultuemos os que a defenderam, os que construíram os caminhos que hoje palmilhamos; pois, só assim, teremos esta relação de pertencimento a nossa

terra, a que certamente continuaremos ligados para sempre. Aí entenderemos as palavras de Ulisses Serra:

“Se eu morrer alhures, onde quer que seja, morrerei um exilado e um proscrito de mim mesmo. Como sucedia aos antigos egípcios, minha alma, aflita e errante, esvoaçaria pelo Infinito sem nunca encontrar abrigo. Aqui não morreria de todo. Ouviria o passo e a voz dos meus amigos, o gorjeio dos pássaros que amo, o farfalhar das frondes que conheço e o bater do coração da minha casa.”

Sim, meus bondosos ouvintes, no chão que construímos e aperfeiçoamos, não morreremos de todo – *Non omnis morriar* (como escreveu Horácio), porque nossa incessante labuta pelo aperfeiçoamento de nossa sociedade, lição involvidável da História, labuta transformada em energia vivificante, permanecerá na alma dos cidadãos e das coisas, apontando, diuturnamente, o caminho da cidadania e da solidariedade.

Invocando a proteção de nossos associados que partiram, em particular de nosso fundador, Paulo Coelho Machado, e dos que, em nome da pátria, sucumbiram ao longo dos caminhos desta terra dadivosa, declaro encerrada esta sessão solene.

III Encontro Internacional de História sobre as Operações Bélicas da Guerra da Tríplice Aliança

*Referencial Histórico**

1. Invasão

Em meados de dezembro de 1864, tropa paraguaia, comandada por Vicente Barrios, subiu o rio Paraguai e tomou o Forte de Coimbra, as povoações de Albuquerque e Corumbá. Outra tropa, comandada por Isidoro Resquin, por terra, destruiu a Colônia Militar do Miranda, as povoações de Nioaque e Miranda. Um destacamento, comandado por Urbietta, destruiu a **Colônia Militar do Dourados**. Outro destacamento, comandado por Agüero, partindo de Miranda, incendiou o Núcleo Colonial do Taquari (hoje Coxim).

2. Reação

Declarada a guerra, decidiu o Império brasileiro atacar a República do Paraguai com a Coluna Sul, por Corrientes, até Assunção; e com a Norte, por Miranda e Apa, atingindo Conceição e, daí, até a capital. A Coluna Sul foi formada principalmente por soldados que já se encontravam no sul do Brasil, mais argentinos e uruguaios. Esta Coluna entrou no território paraguaio em 16 de abril de

* O material aqui apresentado foi organizado por Hildebrando Campestrini, publicado em forma de folheto, e distribuído aos participantes do Encontro.

CRONOLOGIA DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA

Ano	Dia-mês	Frete Sul	Frete Norte
1864	13 dez.	O Paraguai declara guerra ao Império do Brasil.	
	14 dez.		Partem de Conceição os invasores.
	29 dez.		Os brasileiros abandonam o Forte de Coimbra. Morre, na Colônia do Dourados, o tenente Antônio João Ribeiro.
1865	1.º jan.		Os invasores entram em Albuquerque.
	2 jan.		Resquin toma Nioaque. Dias depois a vila de Miranda.
	4 jan.		Os paraguaios tomam Corumbá.
	7 jan.	Criação dos “Voluntários da Pátria”, pelo Imperador.	
	20 fev.	Rendição de Montevidéu. O Uruguai se alia ao Brasil.	
	10 abr.		A Força Exp. deixa São Paulo rumo a Campinas.
	15 abr.		A Força chega a Campinas.
	24 abr.	O capitão Aguero chega ao Núcleo Colonial do Taquari.	
	1.º maio	Tratado da Triplice Aliança.	
	11 junho	Batalha de Riachuelo. Estigarribia toma São Borja.	
	20 junho		A Força deixa Campinas.
	18 julho		A Força chega a Uberaba, incorporando a brigada mineira.
	4 set.		A Força deixa Uberaba.
	18 set.	Capitulação de Estigarribia em Uruguiana.	
	20 dez.		A Força chega a Coxim.
1866	16 abril	Os aliados invadem o Paraguai, pelo Passo da Pátria.	
	25 abril		Parte de Coxim a 1.ª brigada.
	8 maio		A 1.ª brigada chega ao rio Negro.
	24 maio	Batalha de Tuiuti.	
	4 junho		A 2.ª brigada chega ao rio Negro.
	24 junho		A Força parte para o Taboco.

	3 set.	Os aliados tomam a fortaleza de Curuzu.	
	5 set.		A Força parte do Taboco para Miranda.
	10 set.	Caxias assume o comando do Exército brasileiro.	
	17 set.		A Força chega a Miranda.
	22 set.	Derrota dos aliados em Curupaiti.	
1867	11 jan.		A Força parte para Nioaque.
	24 jan.		A Força chega a Nioaque.
			A Força movimenta-se em direção ao rio Apa.
	21 abril		A Força atravessa o rio Apa.
	5 maio		A Força ataca Laguna.
	8 maio		A Força inicia a retirada.
	11 maio		A Força atravessa o rio Apa. Combate de Nhandipá.
	25 maio		A Força abandona os coléricos no Cambaracê.
	4 junho		A Força chega a Nioaque.
	11 junho		A Força chega ao Canuto.
	13 junho		Retomada de Corumbá.
	2 agosto	Começa o cerco a Humaitá.	
	15 agosto	Tomada de Curupaiti.	
	26 agosto		A Força parte para Cuiabá.
	19 out.		A Força chega a Cuiabá.
1868	3 jan.	Caxias assume o comando das tropas aliadas.	
	25 julho	Os aliados entram na fortaleza de Humaitá.	
	6 dez.	Os aliados tomam Itororó.	
	11 dez.	Batalha de Avaí.	
	21-27 dez.	Batalha de Lomas Valentinas.	
	30 dez.	Queda de Angustura.	
1869	1.º jan.	Os aliados tomam Assunção.	
	12 agosto	Batalha de Peribebugui.	
	16 agosto	Batalha de Nhuguaçu.	
1870	29 jan.	Lopez acampa em Capivari.	
	14 fev.	Lopez chega a Cerro Corá.	
	1.º março	Lopez é morto em Cerro Corá.	

1866. Para compor a Coluna Norte, no início de 1865, organizou-se uma tropa, principalmente de voluntários, reunindo forças de linha estacionadas no Paraná, em São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Estas forças, concentradas em Uberaba, formavam a Força Expedicionária de Mato Grosso.

3. A Força Expedicionária de Mato Grosso

Reuniram-se as forças em Uberaba: eram duas brigadas, somando 2.600 homens: a mineira (com 1.200 homens) e a paulista – que seriam acrescidas por soldados goianos de linha e voluntários (incluído um esquadrão de cavalaria), concentrados em Uberaba (MG), formando a Força Expedicionária de Mato Grosso. Partindo de Uberaba a 4 de setembro de 1865, a Força Expedicionária rumou para Cuiabá mas, à altura do rio dos Bois (GO), regressando o coronel Drago (seu comandante) para a corte, tomou a direção de Coxim, por determinação superior. A Força chegou a **Coxim** em meados de dezembro (de 1865), onde estacionou. Daí partiu (para Miranda), em 25 de abril de 1866, a primeira brigada, que acampou no **Potreiro**, perto do **rio Negro**, no dia 8 de maio; depois movimentou-se a outra brigada, que chegou àquele pouso a 4 de junho; reunidas junto ao rio, foram inesperadamente cercadas pela inundação do Pantanal. Ihada, sem alimentos e sem poder locomover-se, a Força foi tomada pela fome, malária e beribéri, ocorrendo numerosos óbitos, entre eles o do próprio comandante, coronel Galvão.

No dia 24 de junho p de a Força deslocar-se em direção à **fazenda Taboco**, atingindo-a no dia 3 de julho – *homens quase nus, esqualidos, devorados de fome, no último estado de desalento e miséria, verdadeira tropa de bandidos maltrapilhos* (Taunay, MEMÓRIAS, p. 212).

Taunay¹ registra que, na travessia de Coxim ao Taboco, *sem exagera o, haviam morrido em menos de seis meses mais de 2.000 praças, sendo pequeno o desfalque por deserção. (...). Calcule-se o que não ficou enterrado no lodo, de gente, da bagagem e comitiva!*

¹ TAUNAY, Visconde de. *Em Matto Grosso invadido (1866 – 1867)*. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

A 5 de setembro a Força marchou para **Miranda**; desfalcada de centenas de soldados, sem cavalos, com os canhões intactos (só quatro, oito haviam ficado no Núcleo Colonial do Taquari¹⁷⁴); acampou às margens do córrego da **Piranhinha**; no dia seguinte chegou ao **porto Sousa**, cuja travessia durou do dia 7 ao 13; a 14, retomou a marcha, chegando à vazante do **Ipegue**. No dia seguinte chegou ao **Naxedaxe**, no dia 16 marchou até o **córrego Agachi**, onde acampou; no dia 17 de setembro, partiu para **Miranda**; *uma hora da tarde*, a tropa acampou na vila, já saqueada e incendiada, em ruínas: *ardera parte das construções (...); ainda se mantinham de pé prédios cômodos* (Taunay) e o quartel estava muito deteriorado pelo fogo. Miranda era *foco de infecção palustre* e o beribéri continuava a ceifar vidas, entre elas a do padre Molina.

A 1.º de janeiro de 1867, o coronel Camisão, vindo de Cuiabá, assumiu o comando da Força. A 11 de janeiro de 1867 a Força partiu para **Nioaque** com menos de 2.000 homens; marchando por campos limpos, passando pelo Lauiad (campo belo, alegre) e, quatro léguas adiante, pela **Forquilha** (confluência dos rios Nioaque e Miranda) e depois pelos **córregos Areias e Formiga**, chegou a 24 àquela vila, já incendiada e saqueada pelos paraguaios, onde permaneciam de pé apenas duas casas e a igreja, cuja nave serviu *de depósito ao cartuchame e a todas as munições* (RETIRADA, p. 40).

Aí se apresentou o voluntário José Francisco Lopes, que conhecia muito bem os campos do Apa. O coronel Camisão resolveu avançar e a 25 de fevereiro fez sua tropa levantar acampamento, estacionando, porém, a uma légua da vila. Dias depois, o coronel resolveu partir para a **Colônia Militar do Miranda** (80 km de Nioaque, já destruída pelos paraguaios), onde chegou a 4 de março, depois de transpor, no dia 26 (de fevereiro), os rios Canindé; no dia 27, o Desbarrançado; em 2 de março, o Feio.

No dia 15 de abril, a tropa marchar para o **rio Apa**; de 16 para 17, pernoidou no **Retiro** (perto da fazenda do falecido Gabriel Francisco Lopes); a 19, atravessou o **Taquaruçu**, acampando às margens do **córrego Sombreiro**; no dia seguinte, tomou a **fazenda Machorra**, guarnecida por poucos paraguaios; a 21, atravessou o **Apa**, com 1.680 soldados (Taunay, p. 167). Camisão intimou a se render a pequena tropa paraguaia que guarnecia o Forte de Bella Vista, proposta naturalmente de imediato rechaçada. No dia 30, a coluna avançou até o **Apami**,

uma légua adiante. No dia seguinte (1.º de maio), acampou perto da **fazenda Laguna**.

No dia 5 de maio, Camisão ordenou que o 1.º Corpo de Caçadores (a pé), sob o comando do capitão Pedro José Rufino, e o 21.º de Infantaria, sob o comando do major José Tomás Gonçalves, somando 527 homens e trinta índios, sem canhões e sem cavalaria, tomassem o acampamento paraguaio de Laguna. Não conseguiu, embora os paraguaios debandassem.

Faltavam víveres e munição; impunha-se a retirada. Enquanto os brasileiros levantavam o acampamento (8 de maio), à saída, os paraguaios atacaram. No dia 9, os brasileiros marcharam, sob o fogo de guerrilhas, para acampar, à tarde, em elevação sobre o rio Apa e o antigo forte paraguaio, onde estacionaram dois dias. No dia 10, a tropa falhou, para descanso.

A 11, avançava a tropa em quadrado, com um canhão em cada ângulo, após atravessar o Apa (levava nisto mais de quatro horas), quando surgiram (às 11 horas) os paraguaios, atacando vigorosamente para romper o quadrado; reagindo, os de Camisão, de arma branca em punho, expulsaram os invasores. Cavalaria nos inimigos, renteando o quadrado, capturaram o gado alvoroçado. O combate, acérrimo, conhecido como de Nhandipá, deixou, segundo Taunay (p. 99), *230 mortos, numa luta entre duas colunas, cujo total, quando muito, atingia 3.000 homens*.

No dia 11 de maio, infletiram os retirantes para o oeste. No dia 12, a coluna transpuseram o córrego José Carlos, rumo norte, estacionando pouco adiante. A marcha foi retomada no dia 14. No dia 16 a coluna atravessou o **ribeirão das Cruzes** (hoje Piripucu). Dia 18 choveu muito. Não bastasse a fome, apareceram, nesse dia, com mais frequência, casos de cólera. A 19, atravessou um córrego formado pela chuva.

No dia 20 o tempo melhorou; *neste dia fez a cólera nove vítimas* e surgiram mais vinte casos e, como registrou Tomás Gonçalves, *o fogo inimigo durou desde a manhã até as quatro horas da tarde*. A 21, a coluna continuou a marcha, passou pelo Campo das Cruzes (com o morro da Margarida ao fundo). A 22, andou uns cinco quilômetros, já perto do **Prata** (o atual **rio Verde**); a 25 (após um dia de intensa chuva), avançou cerca de légua e meia, até aquele rio, em cuja transposição já eram, segundo Taunay, noventa e seis as padiolas com doentes.

Na noite do dia 25, Camisão, *sob a própria responsabilidade* (Taunay, p. 134), resolveu abandonar, na madrugada seguinte, os moribundos numa clareira à margem do **Cambaracê** – eram uns cem coléricos (entre eles 76 soldados, sobrevivendo um), passados pelas armas paraguaias. No dia 26 morria o filho de Lopes (sepultado à margem direita do Miranda, em terras do pai) e o tenente-coronel Juvêncio caía doente; a coluna, depois de percorrer três léguas e meia, acampou no retiro da fazenda de Lopes, que, *assaltado pela cólera*, caiu do cavalo; Camisão também manifestou-a.

No dia seguinte, o inimigo se aproximou da coluna, que avançou até alcançar, meia légua adiante, o rio Miranda, avolumado pelas chuvas. Morreu Lopes e aí foi enterrado. No dia 28, o Corpo de Caçadores atravessou o rio. No dia 29 faleceu, de manhã, Camisão; à tarde, o tenente-coronel Juvêncio, enterrados à margem do Miranda. No local foi construído, por ordem do Imperador, um cemitério, hoje **Cemitério dos Heróis**, cujos restos foram trasladados, décadas depois, trasladados para o monumento aos Heróis da Retirada da Laguna e Dourados, no Rio de Janeiro. No mesmo dia 29, assumiu o comando o major José Tomás Gonçalves, que determinou a travessia do rio.

A primeiro de junho, registra Taunay, *à tarde, achamo-nos todos, afinal, reunidos em torno da casa de Lopes, no seu pomar, por nós despojado dos frutos, e logo, sem mais repouso ou alimento, recomeçamos a caminhar* rumo a Nioaque.

A coluna partiu, naquele dia, às seis da tarde e, caminhando sob intensa chuva, a noite inteira, agora por caminhos conhecidos, chegou às três horas do dia seguinte à margem do **Canindé**, onde estavam à mostra os destroços do saque às carretas dos comerciantes, *estando o chão coberto de farinha e arroz. A soldadesca comeu, enfim, apanhando tudo que foi encontrado, depois de vinte e dois dias de cruel fome* (J. Tomás Gonçalves). E no dia 4, entrou em **Nioaque**, já arrasada, só com sua pequena igreja de pé. Nela os paraguaios deixaram armada uma cilada: um barril de pólvora para explodir ao ser acionado um isqueiro de pedra, colocado de propósito. A explosão feriu treze soldados, dos quais seis faleceram.

No dia 5, a Coluna deixou Nioaque, seguindo *a estrada do Aquidauana*; a 6, pernitoou no **ribeirão das Areias**; a 8, acampou à margem do **Taquaruçu**,

que estava transbordante; nesse dia, teve o último contato com a tropa paraguaia, que retornou para o Apa; a 9, atravessado o rio, livrou-se da fome (suprida pelo serviço de intendência, que veio a seu encontro); a 10, atravessou o **Dois Córregos**; a 11, chegou ao **porto do Canuto**: dos 2.600 homens (os números não são unânimes) que partiram de Coxim, só 2.200 chegaram a Miranda; menos de 2.000 partiram para Nioaque; deles, só 1.680 penetraram no Paraguai; e 700 chegaram ao Canuto.

No dia 19, o major Tomás Gonçalves fez seus soldados acamparem junto ao **córrego Correntes** (perto de Palmeiras hoje); a 17, por ordem do comandante, viajou para a corte o secretário do comando, o tenente-engenheiro Alfredo Tau-nay, a fim de entregar o relatório da expedição ao gabinete imperial.

Recebeu, afinal, o comandante, em 30 de julho, ordens para tomar o rumo de Cuiabá. A 26 de agosto partiram os sobreviventes da Força para a capital da província. Pela mesma rota da Força Expedicionária, vararam o Aquidauana, o Negro e o Taquari; continuando pela estrada do Piquiri chegaram a Cuiabá, em 19 de outubro. E de lá, meses depois, uns tantos deles partiram para a campanha na República do Paraguai.

ROTEIRO DAS FORÇAS PARAGUAIAS

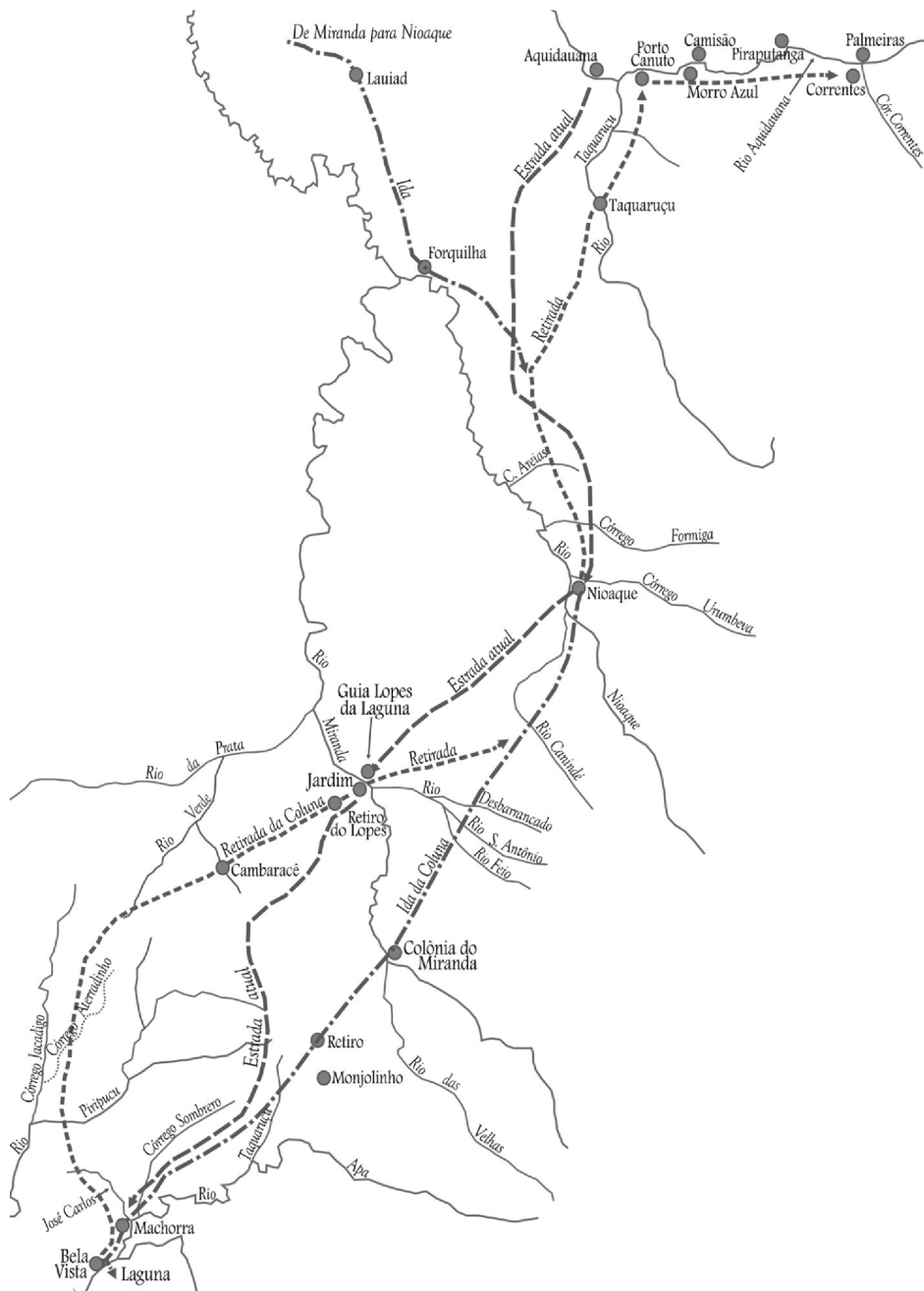


Rota das tropas paraguaias: 1. Vicente Barrios (por água). 2. Coluna Resquin (até Miranda). 3. Coluna Urbietta. 4. Coluna Aguero (Miranda-Coxim).

ROTEIRO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA DE MATO GROSSO DE UBERABA E LAGUNA



ROTEIRO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA DE MATO GROSSO: MIRANDA - LAGUNA - PORTO CANUTO



Impressões Pessoais do Dr. Wilson Barbosa Martins a respeito da política no sul de Mato Grosso entre as décadas de 1930 e 1960

*Bruno Torquato Silva Ferreira**
*Marcos Hanemann***

O político e advogado Wilson Barbosa Martins nasceu em Campo Grande no dia 21 de junho de 1917. É filho de Henrique e Adelaide e irmão de Plínio Barbosa Martins (1926-1998), também político de destaque. Foi casado durante sessenta anos com Nelly Martins (1923-2003), filha de Vespasiano Martins, seu tio. Acordou para a política com a Revolução Constitucionalista de 1932, quando tinha 15 anos de idade e, desde então, passou a tomar parte ativamente na vida pública do sul do estado de Mato Grosso, posteriormente Mato Grosso do Sul, tendo ocupado diversos cargos: prefeito de Campo Grande (1959-1963), duas vezes deputado federal por Mato Grosso (1963-1967/1967-1971), duas vezes governador de Mato Grosso do Sul (1983-1986/1995-1999), sendo seu primeiro governador eleito, e senador por Mato Grosso do Sul (1987-1994). Além disso, desde os anos 1930, destacou-se como grande defensor da “causa divisionista” do sul de Mato Grosso.

Recebidos pelo Dr. Wilson Barbosa Martins em seu escritório particular no dia 4 de abril de 2004, explicamos que tencionávamos fazer uma pesquisa a

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP).

respeito do Movimento Constitucionalista de 1932, principalmente, e conhecer também aspectos da vida e atuação política do Dr. Vespasiano Martins. Nós, Bruno Torquato Silva Ferreira e Marcos Hanemann, então estudantes do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CCHS/Campo Grande), começamos a fazer as perguntas:

Marcos Hanemann - O movimento de 32 faz parte de uma corrente de movimentos divisionistas que houve aqui no estado. Havia esse ideal no sul do estado...

Wilson Barbosa Martins – Ele [Vespasiano Martins] era o líder dessa corrente divisionista.

MH – Por que essa vontade? O que tinha o norte do estado que atrapalhava o sul do estado?

WBM – O que ocorreu foi que Campo Grande crescendo, especialmente a partir da vinda da estrada de ferro, em 1914, para Mato Grosso do Sul, chegando até Porto Esperança inicialmente, mais tarde até Corumbá, Campo Grande se transforma num centro comercial por excelência, o grande pólo de desenvolvimento econômico do estado. Cada vez mais passou a ser um centro de serviços, ensino, de saúde, não é?

MH – Os profissionais liberais todos...

WBM – É. Então, Campo Grande ansiava já muito cedo por essa divisão, porque naquela época não havia estradas para Cuiabá. A estrada para Cuiabá surgiu propriamente na administração do Dr. Arnaldo Figueiredo. As comunicações eram difíceis e a distância muito grande, a nossa participação na receita estadual cada vez maior, com o crescimento da cidade e nós não recebíamos em troca as verbas necessárias... Nós não recebíamos os recursos necessários para empurrar o crescimento e cada vez mais, aquela idéia surgida no passado, há mais de cem anos, se tornava aguda, imperiosa, a idéia de fazer a divisão que acabou se tornando evidente na Revolução de 32, quando São Paulo, cobrando do ditador Vargas, uma Constituição, foi inclusive às armas fazer uma Revolução. São Paulo ficou isolado, embora tivesse inicialmente promessas daqui e dali, de alianças do Rio Grande, de Minas, na verdade só quem não lhe faltou foi o sul de Mato Grosso através dessa corrente divisionista.

MH – Depois dessa tomada em armas de São Paulo, algumas fontes dizem que, como retaliação do Governo Federal, foram criados os territórios de Ponta Porã e Rondônia pra diminuir a receita do estado. O senhor acha que essa informação procede porque, já que o sul do estado que se rebelou, por que tirar as receitas de Cuiabá, que apoiou o governo Vargas?

WBM – A formação do Território não me parece que tenha vindo como um ato de retaliação. Parece que era um desejo de formação de núcleos de fronteiras, de desenvolvimento de regiões próximas à fronteira da Bolívia e do Paraguai. Só que o Território de Ponta Porã não englobou toda área que desejava emancipar-se de Mato Grosso e mostrou-se assim uma reformulação geográfica de menor importância e acabou fracassando; teve que ser extinto o Território de Ponta Porã.

MH – Nesse movimento revolucionário de 32 foram publicados alguns Diários Oficiais aqui. Esses diários oficiais falam no Mato Grosso revolucionário e as fontes que falam a respeito desse movimento falam da criação do estado de Maracaju. Por que há esse descompasso, pois o Dr. Vespasiano assinou os diários oficiais intitulado como governador de Mato Grosso? O que aconteceu naquele momento: as pessoas chamavam esse estado de Maracaju, ou não chamavam?

WBM – O nome oficial do estado era estado de Mato Grosso. A Revolução veio e o movimento do sul de Mato Grosso continuou oficialmente chamando o estado de Mato Grosso. Apenas como estado revolucionário, que passou a ter sede em Campo Grande. Então Maracaju é um nome como outros que estavam para ser examinados para ver se correspondiam à vontade da maioria para ser o nome daquele território. Posteriormente, quando foi feita a própria divisão, em 77, o Geisel (que foi o presidente que editou a lei, que fez o desmembramento de Mato Grosso em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), o Geisel pretendia que se desse o nome de Campo Grande ao Mato Grosso do Sul, mas as pessoas presentes não aceitaram o nome de Campo Grande porque achavam que isso magoaria a maioria dos municípios; daria uma primazia a Campo Grande. Primeiro por ser capital, depois também com o nome de Estado de Campo Grande, então não aceitaram. Os políticos presentes não sancionaram. E assim ficou Mato Grosso do Sul e o outro pedaço maior, quase 2/3 do nosso território antigo ficaram com a denominação anterior de Mato Grosso, não ficou Mato Grosso do Norte.

MH – Qual foi a participação dos militares nesse processo de tomada em armas. Eles chegaram a impor esse cargo de governador revolucionário, de governador de Mato Grosso ao Dr. Vespasiano? Como foi a aceitação do Dr. Vespasiano a esse cargo?

WBM – Vespasiano, na ocasião era o líder incontestado do sul, era a figura de maior expressão política. Um grande médico e tinha uma grande soma de lideranças políticas. Então era fácil chegar-se ao Vespasiano, com essa soma de personalidades de prestígio, chegar a ele como uma unanimidade. Além disso, ele era amigo pessoal do Comandante da Circunscrição Militar de Mato Grosso, que era o Klinger, chefe das forças revolucionárias. O Klinger aliciou o Vespasiano, pediu que ele assumisse o cargo. Ele então assumiu por isso, porque o chefe do movimento veio a ele e convocou-o para que assumisse. Vespasiano não teve como fugir daquele encargo.

MH – Naquele momento, já que ele estava como governador desse estado revolucionário, por que ele não propôs ao gen. Klinger que apenas o sul do estado se tornasse revolucionário e usasse esse movimento como um movimento divisionista? Não seria melhor deixar Cuiabá com os interventores de Getúlio?

WBM – Naquele instante, o movimento estava se formando, detonou aqui o movimento e, como sempre acontece nos movimentos sociais, você não tem uma medida exata das suas proporções, você só vai conhecendo exatamente nos seus desdobramentos. Você não sabe que cidades vão ficar com o movimento, que cidades vão ficar contra. Então, o que ambas as partes pretendiam era que fossem envolvidas as demais: o norte pretendia envolver o sul e o sul pretendia envolver os municípios em maior número.

Bruno Torquato Silva Ferreira – O que a gente percebe no Movimento Constitucionalista é a aliança das lideranças civis de Campo Grande com os militares da Circunscrição Militar. Essa aliança se dá desde o começo, com a instalação das unidades federais? Essa igualdade de propostas...

WBM – Havia sempre muito bom relacionamento entre os militares e as lideranças políticas de Campo Grande. Porque as lideranças políticas de Campo Grande estavam atentas ao problema da sede dos militares no estado. Nós tínhamos uma circunscrição militar em Corumbá e o Calógeras, Ministro da Guerra, quando andou por aqui, ele acertou com as lideranças de Campo Grande que traria que

traria para cá a sede da Circunscrição Militar. E efetivamente a circunscrição Militar veio para Campo Grande. Não foi para Cuiabá. Isso fortaleceu muito Campo Grande.

BT – Campo Grande se fortaleceu politicamente frente, principalmente, a Corumbá e Nioaque...

WBM – Fortaleceu muito ao sul todo e, em consequência, Campo Grande aparecia como a liderança do sul pra enfrentar o norte.

BT – O Movimento Tenentista teve repercussão nacional. O senhor vivenciou um pouco esse momento, poderia dizer quais os desdobramentos dele em Campo Grande antes de 32?

WBM – O Movimento Tenentista era um movimento que desejava uma mudança no Brasil já a partir de 22. A primeira manifestação tenentista no Brasil foi o Levante do Forte de Copacabana, ali é que surgiu a oficialidade que veio para a rua, depois de ver fracassado um movimento que eles tinham articulado, num levante contra o governo, veio pra rua e queria ir pro palácio pra depor o Presidente da República. Estavam os 13 do Forte; ficaram o Eduardo Gomes e mais um, que não me vem à memória agora... Inclusive um civil que aderiu aos militares que ele viu marchando pela praia. Foi a primeira manifestação dos tenentes contra a situação existente no país. Eles queriam a modificação da legislação, especialmente a legislação eleitoral; achavam que as eleições se faziam fraudulentamente, as eleições chamadas “à bico de pena”, quando ainda não havia o voto secreto e nem era dado o direito de voto às mulheres. O movimento seguinte foi em 24, movimento que ficou mais circunscrito a São Paulo: Levante do Isidoro Dias Lopes e do Miguel Costa – os dois chefes principais do movimento. Veio uma pequena manifestação em 26, depois veio a de 30, que coroou todas as demais, em que levantou-se o estado do Rio Grande do Sul, articulado com outros, e acabaram vencendo a Revolução de 30, com a chefia do Getúlio, do Góes Monteiro... Góes Monteiro foi o chefe da Revolução, vencendo em três meses os adversários e acabaram depondo o Presidente da República, que era Washington Luís, e o Presidente eleito, que era o Júlio Prestes, governador de São Paulo. Foi nomeada uma junta governativa, e assim se coroou num movimento vitorioso os ideais da Revolução de 30. E esses ideais deles [os tenentes] foram expressos na legislação que veio a partir da posse do Getúlio.

BT – O Dr. Vespasiano apoiou a Revolução de 30?

WBM – Eu não me lembro, não sei. Eu não saberia dizer porque em 30 eu era um menino de treze anos e não sabia nada a respeito da vida pública, só fui acordar pra situação brasileira em 32, já com quinze anos, quando eu estava matriculado no ginásio, aqui em Campo Grande, e vi o Dr. Vespasiano, então, ser elevado à posição de governador.

MH – Pensando que o Movimento Tenentista tinha ideais, vamos dizer assim, nobres, e que levado ao poder, Getúlio Vargas acabou se tornando um ditador, o que teria degenerado esse movimento?

WBM – Os ideais de 30 foram corporificados nele como chefe de governo. Ele inicialmente recebeu [o poder] de uma junta governativa, da qual fazia parte, entre outros, o Tasso Fragoso. A Constituição da República Velha foi derogada com a Revolução e São Paulo queria que ele convocasse uma Constituinte que aprovasse uma Constituição para o país. Por isso a Revolução de 32, da qual já tratamos rapidamente. Getúlio em 34 convocou uma Constituinte e veio uma Constituição em 34. Posteriormente, o Getúlio, em 37 – depois de um início de Revolução Comunista, em 35, e de uma Revolução Integralista, em 36, esta comandada por Plínio Salgado, aquela comandada por Luis Carlos Prestes – o Getúlio decretou o Estado Novo e outorgou ao país uma Constituição, derogando a Constituição de 34, nitidamente ditatorial, em que o Poder Executivo enfeixava os Poderes do Legislativo e do Judiciário, então ficou uma situação muito difícil para o país. Getúlio passou a governar o país ditatorialmente. Isso foi até 45, quando o Getúlio foi deposto do governo, mas não foi exilado: ele foi pra fazenda dele, em Itu, e lá ficou. Foi feita uma eleição logo em 46, um ano depois, e foi eleito Presidente da República Eurico Gaspar Dutra com apoio de Getúlio, e ele, Getúlio, se fez candidato ao Parlamento. De acordo com a legislação eleitoral de então, ele pôde ser candidato em vários estados, se elegeu por vários estados, mas acabou tomando posse como Senador pelo Distrito Federal, onde teve uma votação esmagadora.

BT – Dizem que os tenentes de 22 foram os generais de 64: Geisel, Castelo Branco, todos esses eram tenentes naquela época...

WBM – Em 45, quem tomou o poder foram as Forças Armadas, mas voltou o Getúlio. Em 54 veio o golpe novamente das Forças Armadas, mas daí pra alijar

de vez o Vargas. Ele foi deposto pelas Forças Armadas naquele episódio da rua Toneleiros, quando um dos asseclas do Palácio do Catete, comandado de Gregório, que era segurança do Getúlio, chamado Climério, atirou no Lacerda quando ele ia descer em casa... Tinha vindo de uma reunião com o Maj. Rubem Florentino Vaz, e [Climério] baleou o Lacerda no pé e matou o Rubem Florentino Vaz, que era amigo do Lacerda. As Forças Armadas se fecharam e depuseram o Vargas; houve uma reunião no Catete, da qual participaram todos os Ministros; Tancredo era Ministro da Justiça, Zenóbio da Costa era Ministro da Guerra, participou também a filha do Getúlio, a Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Getúlio tinha colocado como chefe de polícia do Distrito Federal – que era o Rio de Janeiro – tinha posto o irmão dele, Benjamim Vargas, Bejo Vargas. Isso irritou profundamente os políticos. O Getúlio não queria renunciar, como desejavam as Forças Armadas... que ele sáísse do poder. E ele queria encontrar uma fórmula pra sair com honra do poder e permitiram a ele uma licença, de discutir uma licença, um licenciamento, mas às quatro horas da manhã, depois de discutirem muito, ele e os ministros, e não terem chegado a um acordo, sobre se ele renunciava ou se ele não renunciava, ele foi pros aposentos dele e nas primeiras horas da manhã se suicidou com uma bala no peito. Assim se encerrou o ciclo Getúlio, que governou de 30 a 45, 15 anos; e de 50, quando se tornou Presidente pelo voto popular – uma votação imensa – a 54, mais quatro anos. Então, ele governou dezenove anos.

MH – Nesse período, qual era a posição do Dr. Vespasiano aqui no estado? O que Vespasiano pensava? Ele teve uma atuação política durante o Estado Novo?

WBM – Naquele tempo não havia eleições. Os prefeitos eram nomeados pelos interventores.

BT – O Dr. Vespasiano foi exilado depois de 32? Quanto tempo ele passou no exílio?

WBM – Ficou alguns meses no exílio. Em Ponta Porã... no Paraguai. Não Ponta Porã, em Pero Juan Caballero, alugou casa lá e ficou lá. Meses, suponho que coisa de três meses. Nesse livro [Vespasiano, Meu Pai, de Nelly Martins]...

MH – Ela [Nelly Martins] fala disso no livro, mas...

WBM – Mas não precisa data? Mas, me parece que foi menos de um ano.

MH – Durante o Estado Novo estava abafada a participação política dele, mas a liderança dele chegou a ser afetada, ou não, continuava sendo um grande líder...

WBM – Ele continuava sendo um líder. Tanto que ele foi, nessas eleições (1946) em que Dutra se elegeu, depois de Getúlio, ele foi candidato ao Senado e teve a maior votação de todos os candidatos, inclusive votação maior do que teve aqui no estado o candidato vitorioso a Presidência, o presidente Dutra. (...) Ele sempre ocupou aqui no estado uma posição de liderança, ora na oposição, ora na situação, mais na oposição do que na situação, porque ele se filiou a União Democrática Nacional e a UDN quase sempre militou na oposição.

MH – Pensando nesse espírito democrático, em que Getúlio chegou a governar, a gente percebe que a política aqui no estado, talvez pela presença do próprio Exército, é uma política mais ligada aos ideais democráticos do que ao coronelismo, como no nordeste. E é difícil você ver uma diferença entre uma geração política e outra. O senhor veio de uma geração política logo posterior a do Dr. Vespasiano. Qual era a diferença de geração? O que o Dr. Vespasiano pensava que o senhor pensava diferente?

WBM – Dr. Vespasiano pensava em ficar com os amigos dele, da geração anterior, que é o Filinto [Muller], o João Ponce, Villas-Boas... e pensava em ficar com o governo, com o Partido Social Democrático. Nós, a juventude, que formamos com antecipação à oposição aqui no estado, queríamos ficar na oposição ao governo Vargas. Puxamos o Vespasiano e ele veio conosco, até um pouco contrariado, mas veio conosco. Fechou conosco e ficou na UDN; chefe da UDN. Essa foi a verdade.

MH – Militaram na oposição a Vargas?

WBM – Na oposição a Filinto, ao Ponce, ao governo do Getúlio. A UDN foi oposicionista.

MH – E como projeto de país, ele apoiava a nacionalização do Getúlio Vargas às indústrias...

WBM – Ele era a favor, da legislação trabalhista também, mas tava sempre observando, pra ver se isso aí não extravasava a cultura e os interesses da sua própria região e dos seus companheiros.

MH – Não era uma oposição fechada, não era contrária a Getúlio Vargas, mas contrária a alguma atitude dele.

WBM – É. Tanto que quando veio Getúlio aqui em certa ocasião... ele era Presidente. Vespasiano tava na oposição a Getúlio, e queriam aqui que ele assumisse a prefeitura. O governo do estado aqui era o Júlio Müller, queria que ele assumisse a prefeitura de Campo Grande e o próprio Getúlio insistiu pra que ele fosse Prefeito.

MH – Isso na época em que ele [o Governador] ainda nomeava os Prefeitos?

WBM – Sim. E Campo Grande tinha uma grande reivindicação nessa ocasião: era a construção do seu sistema de água, captação, adução, tratamento e distribuição de água para a cidade e havia um pleito do município pela concessão pela Caixa Econômica Federal de um empréstimo de dez milhões – na época era de reais – pra construção desse serviço de águas na cidade. Em nome desses projetos, desses interesses da cidade, ele aceitou ser Prefeito. Teve algum tempo na Prefeitura.

MH – E como foi a participação dele na formação dos partidos políticos aqui no estado [em 1946]?

WBM – Surgiram alguns partidos, aqui surgiram o... O partido que dava apoio ao oficialismo era o Partido Social Democrático; o maior partido da oposição era a UDN; o partido dos trabalhadores era o PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro. Havia o partido do Adhemar de Barros, o PP... E também havia o partido do integralismo, o partido do Plínio Salgado, o Partido Integralista Brasileiro. E havia o Partido Socialista Brasileiro, o PSB. E esses são todos que havia na reconstitucionalização do país.

MH – E existiam diferenças ideológicas profundas, ou nem tanto?

WBM – Programaticamente, sim. Havia também o Partido Comunista Brasileiro, o PCB, que elegeu dois vereadores na Câmara Municipal [de Campo Grande]. Elegeram Artur de Barros e um outro que trabalhava n'O Democrata, aquele jornal comunista daqui, chamava Vasconcelos. Os dois eram comunistas.

BT – Esse período de 46 a 64, o senhor caracterizaria como um período de liberdades individuais, em que as pessoas podiam manifestar suas opiniões...

MH - Era um período de democracia plena?

WBM – Nesse período houve democracia plena, houve eleição de Senadores comunistas. Mesmo o Luis Carlos Prestes foi Senador comunista, tinha uma bancada federal grande na Câmara dos Deputados, no Rio, até que veio a cassação desses mandatos e a prisão dos comunistas e sobreveio uma nova perseguição à esquerda. Como no período de Getúlio, foram presos Olga Benário Prestes – mulher do Luis Carlos Prestes, o Prestes, um jornalista alemão – que foi torturado na prisão – Harry Berger, foi preso um argentino, que também era famoso nas lutas na América do Sul [Rodolfo Ghioldi] e a Olga foi entregue pelo governo do Getúlio, com o Filinto, que era chefe de polícia no Rio, foi entregue à polícia de Hitler, e morreu nas câmaras de gás.

BT – Eu vou perguntar de novo sobre os militares, mas dessa vez é sobre todo esse período até 64. A gente sabe que o Mato Grosso antigo, ele era considerado – uma expressão do Euclides da Cunha – a “Sibéria canicular do funcionalismo público, civil e militar”. Esses militares, em virtude deles darem problemas nos lugares de origem, eles vinham pra cá. E aqui, qual era a atuação deles na sociedade? Eles eram prezados pela sociedade? Eram hostilizados?

WBM – Os militares, eu me recordo, eu era mocinho, era rapazote, os militares aqui eram cotados, tinham boa cotação na sociedade, boa aceitação.

BT – Alguns filhos de comerciantes e agricultores iam estudar no Colégio Militar inclusive...

WBM – É verdade. Havia um bom trânsito pra eles. Nunca houve discriminação aqui com os militares.

BT – No movimento constitucionalista de 32, qual seria o suporte financeiro dos constitucionistas, tanto aqui no antigo Mato Grosso, quanto em São Paulo. Quem financiou, quem ajudou a suprir as tropas, a máquina dos estados constitucionistas?

WBM – Havia precariedade completa de recursos. Formavam-se os batalhões... Nós tivemos vários batalhões, meu pai mesmo foi comandante do batalhão que combateu na região de Três Lagoas, no Sucuriú e chegou até a Serra das Morangas, e que tinha o objetivo de impedir que as forças de Minas viessem, através de Paranaíba e Três Lagoas, e tomassem a [ferrovia] Noroeste. Havia precariedade completa de recursos. A chefia devia receber alguma coisa e repassar a esses comandantes de pelotões... Como é que nós chamávamos? Não eram

pelotões, é de... colunas, e fazer [cobrir] as suas outras despesas, mas havia escassez completa de recursos. Posteriormente à nossa derrota, houve recebimento por parte de alguns dos chefes revolucionários de indenização de despesas que foram comprovadas; processo que se instaurou em São Paulo, e alguns receberam alguma coisa.

MH – Em São Paulo, há registros de pessoas que doavam brincos de ouro...

WBM – É, aqui também. Aqui se fazia isso.

BT – O envolvimento da população, aqui [Campo Grande]...

WBM – É... uma população pequena e pobre, então o que amealhavam, o que reuniam não era expressivo, era pouca coisa, mas houve esse movimento. De alianças, de jóias... “Ouro pelo bem de São Paulo, ouro pelo bem do Brasil”.

MH – Insistindo um pouco nesse ponto da Revolução, a sede do governo ficava ali na [rua] Calógeras, naquele prédio da Maçonaria? Por que escolheram justamente aquele prédio da Maçonaria?

WBM – Não tenho conhecimento das razões que levaram... Primeiro, era um prédio central...

MH – Era um dos únicos que havia naquela época?

WBM – Aquela área da Afonso Pena e da Calógeras, com exceção da Prefeitura e do Rádio Clube, logo depois, e do Jornal do Comércio, eram casas residenciais. A Loja Maçônica era um prédio amplo, um espaço maior, e não tinha, também, necessidade de se reunir amiúde, com frequência, então cedeu o prédio, certamente foi requisitado.

BT – A respeito da participação dos nortistas... Houve adesão do norte?

WBM – No norte não. O norte ficou todo com o norte.

BT – Então foi um racha mesmo?

WBM – Foi um racha. De Coxim pra baixo era nosso. Coxim mesmo ficou com o norte.

BT – Então o movimento de 32 foi um precursor do seccionismo, dos sulistas em relação ao norte...

MH – Esse já era um desejo velho, já...

WBM – É, os limites da área que nós dominávamos, pelos projetos, aqui no sul, iam até o Taquari, compreendia Coxim. Eram mais ou menos esses limites do estado atual. O sul era isso.

MH – Os industriais de São Paulo apoiaram a Revolução. Aqui, qual era a posição das pessoas que apoiaram a Revolução... ou não houve discórdia nenhuma?

WBM – Aqui, massivamente, todos apoiavam a Revolução. Havia certamente quem não apoiasse, mas não levantava a cabeça.

MH – Não houve nenhuma resistência... Talvez não apoiasse, mas também ficou calado...

WBM – Não me recordo de “Fulano não apóia”; o sujeito fugia, ia embora, não ia ficar aqui pra apanhar.

BT – Tinha o Silvino Jaques, lá na fronteira com o Paraguai...

WBM – Tinha o Silvino Jaques...

BT - Que era afilhado do Dr. Getúlio...

WBM – Era. Morava lá no município de Caracol. Naquela época não era município de Caracol, era município de Bela Vista, e Caracol era distrito de Bela Vista, foi emancipado posteriormente; mas lá era a casa dele... Eu conheci a casa dele há algum tempo.

BT – Mas esse também era meio que fugido, quando a barra pesava pro lado dele, ele pegava e fugia lá pro outro lado, do Paraguai.

WBM – (Risos).

MH – Eu não tenho mais perguntas. Bruno?

BT – (Negativa).

MH – A gente agradece, então. O senhor tem mais alguma coisa a dizer?

WBM – Acho que pude transmitir a vocês o pouco que sei.

NORMAS EDITORIAIS

1. A revista Albuquerque é uma publicação semestral com o objetivo de apresentar a produção científica do corpo docente e discente dos cursos de História da UFMS, e também permitir o intercâmbio com a produção intelectual de outras instituições de pesquisa.
2. A revista deverá veicular artigos/ensaios completos, entrevistas, traduções, resenhas, relatórios de pesquisas produzidos por toda comunidade dos cursos de história e áreas afins (incluindo relatórios de IC e TCC, desde que realizados com aval e coautoria de um orientador e avaliado por comitê externo), dossiês temáticos, documentos históricos comentados e analisados.
3. A revista é dirigida por um Câmara Editorial composta por professores vinculados aos cursos de História da UFMS e membros externos convidados.
4. Todos artigos publicados deverão ser previamente aprovados por um Conselho Científico, composto de consultores internos e externos. Cada trabalho deverá passar pela aprovação de no mínimo dois consultores. Caso o trabalho não receba parecer de recomendação para publicação por um dos consultores, será consultado um terceiro parecerista.
5. O artigo/ensaio completo encaminhado à Câmara Editorial pode ser escrito em português, espanhol ou inglês, tendo no máximo 20 laudas, formato A-4, digitadas em fonte Times New Roman, tipo 12, com espaço 1,5, margens 2,5 cm. As notas devem ser colocadas no rodapé. Caso houver imagens, elas deverão ser escaneadas em 300 dpi no formato TIFF ou JPG e dimensionadas no formato de aproximadamente 5 x 5, preto e branco.
6. O artigo/ensaio a ser apresentado deverá vir acompanhado de resumo em português/inglês, de no máximo de 7 linhas e de três palavras-chave em português/inglês, independentes da língua utilizada no texto completo.
7. Abaixo do nome do autor deverá constar a instituição a qual está vinculado e seu endereço eletrônico.
8. As resenhas poderão conter até cinco laudas e as entrevistas até 10 laudas. A publicação e os comentários a respeito de documentos inéditos seguirão as mesmas normas especificadas para os artigos. As traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto.

9. Em se tratando de pesquisa com apoio financeiro e recursos institucionais, estes deverão ser mencionados com o respectivo órgão público ou privado financiador.

10. Os trabalhos deverão ser entregues em CD ou pelo endereço eletrônico da Câmara Editorial revista_albuquerque@nin.ufms.br O programa utilizado deve ser compatível com Word for Windows.

11. Os textos a serem publicados deverão obedecer rigorosamente às normas ABNT, com as convenções utilizadas na área de conhecimento em História.

12. Exemplos de bibliografia:

a) SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo Edição. Cidade: Editora, ano, p.

b) SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro, In: Título do livro em itálico: subtítulo. Edição: Editora, ano, p. x-y.

c) SOBRENOME, Nome. “Título do artigo entre aspas”. Título do periódico em itálico. Edição: vol. fascículo, p. x-y, ano.

13. Fontes:

a) Entrar pelo nome do autor ou do órgão produtor, em CAIXA ALTA (maiúscu-

lo). Título. Data. Localização no arquivo, Nome do arquivo.

b) Para jornais, entrar com o título do periódico em itálico. “Título do artigo entre aspas”. Nome do autor (se houver). Cidade, ano, número da edição, data. Localização no arquivo. Nome do arquivo.

14. Citações:

a) Até cinco linhas no corpo do texto “entre aspas”. Mais de cinco linhas, usar recuo esquerdo, na linha do parágrafo, de 2 cm, letra 11, espaço antes e depois da citação, sem aspas.

15. Cabe à Câmara Editorial a decisão soberana referente à oportunidade da publicação das contribuições recebidas.

16. A revisão ortográfica e gramatical é de responsabilidade do(s) autor(es).

17. Junto com o trabalho do autor deverá vir o termo de autorização de sua publicação da Revista Albuquerque sem remuneração.

18. O autor do trabalho publicado receberá, a título de compensação, três exemplares da revista gratuitamente.

Por que Albuquerque

O nome da revista remete historicamente à figura extraordinária do capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que governou a capitania de Mato Grosso no século XVIII, consolidando o domínio português na região oeste da colônia.

Em 1775, dentro do seu projeto político-administrativo, Luiz de Albuquerque ordenou a fundação, nos limites com o império colonial espanhol, do Forte de Coimbra, mesmo em precárias condições. Como suporte ao seu abastecimento, instalou a missão de Nossa Senhora da Misericórdia, administrada por padres franciscanos, para criação de gado e pólo de atração da população indígena do Pantanal. Pouco tempo depois, esse pequeno povoamento passou a ser conhecido pelo nome de Albuquerque, homenageando assim o capitão-general de Mato Grosso.

No ano de 1778 foi fundada uma outra povoação nas altas barracas que margeiam o rio Paraguai, que também recebeu o nome de Albuquerque e que se tornaria mais tarde, por volta de meados do século XIX, a vila de Corumbá.

O mesmo nome Albuquerque dado a dois lugares diferentes, embora próximos, decerto expressou o respeito dos súditos da capitania pelo seu comandante e capitão-general, que demonstrou competência administrativa e visão de futuro, promovendo de fato medidas que garantiam a posse de territórios litigiosos para o império de Portugal. Do plano traçado para a ocupação de territórios importantes à margem direita do rio Paraguai, na imensa região dos pantanais até o vale do Guaporé, resultou as linhas lindeiras, que até os dias de hoje desenharam o oeste do Brasil no mapa do continente sul-americano.

O distrito de Albuquerque existe até hoje, pertencente ao município de Corumbá, e sua importância é histórica por representar um marco e um momento significativo os primórdios do processo de desenvolvimento de uma região, que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, a revista Albuquerque vem à luz para tornar-se também um marco dos estudos históricos em Mato Grosso do Sul, atendendo a um legítimo anseio de pesquisadores, docentes e discentes dos cursos de História da UFMS.

